



Norte de Portugal – Castilla y León  
COMUNIDADE DE TRABALHO COMUNIDAD DE TRABAJO

# COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013

**PLANO DE ACÇÃO | 2009**



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE



**FICHA TÉCNICA**

**COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013  
PLANO DE ACÇÃO**



Equipa Técnica:

Ana Paula Delgado

Patrícia Teixeira Lopes



## **Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León: Sumário executivo**



A estratégia de cooperação Norte de Portugal – Castilla y León tem por objectivo global contribuir para reforçar a coesão económica e social do espaço de fronteira entre Região do Norte e a Comunidad Autónoma de Castilla y León através da cooperação territorial.

Na definição da estratégia de cooperação tomou-se como ponto de partida as prioridades estratégicas definidas no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013 (POCTEP) - competitividade, promoção do emprego e desenvolvimento económico; protecção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável; consolidação das estruturas de comunicação e fomento da cooperação e integração social e institucional – tendo por quadro os princípios da concentração, da selectividade, da sustentabilidade económica e financeira, do aumento da escala de intervenção, da co-responsabilidade e da simplificação de estruturas e procedimentos.



Considerando as metas a atingir pela estratégia de desenvolvimento 2007-2013 de cada uma das regiões NUTS II, concretizou-se a seguinte Visão para a Euro-região Norte de Portugal-Castilla y León:

**VISÃO PARA A COOPERAÇÃO**  
**NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN**

A EURO-REGIÃO NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN  
SERÁ UM **ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL**  
POTENCIADOR DA **COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL** ASSENTE  
EM **CRESCIMENTO ECONÓMICO, MAIS EMPREGO E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL**  
**SUSTENTÁVEL.**

De acordo com esta Visão, foram definidos **três objectivos finais** para o Plano de Acção:

- Promover a articulação dos territórios da Euro-região, tornando-a num lugar mais atractivo para viver, trabalhar e investir, através da compatibilização do “Plano Regional de Ordenamento do Território – Norte” com o “Plan Regional Valle del Duero” (OF1);
- Aumentar a competitividade do tecido produtivo da Euro-região por via da atracção de investimento, da intensificação tecnológica, do conhecimento e da inovação (OF2);
- Aumentar a coesão social e territorial intervindo ao nível da equidade de acesso a bens e serviços, da capacitação do capital humano e da mobilidade das pessoas (OF3).

A partir desses objectivos finais, das prioridades de desenvolvimento regional do Norte e de Castilla y León e respectivas opções estratégicas territoriais, estabeleceram-se dez objectivos específicos para a cooperação no horizonte do actual período de programação.



## Quadro I - Os objectivos específicos do Plano de Acção

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<p><b>OE1:</b> Promover a <b>modernização e competitividade da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b>, da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b>, no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas</p>
<p><b>OE2:</b> Incentivar a organização do sistema de <b>acessibilidades</b>, com vista a inserir este território nas <b>grandes redes de transportes internacionais</b>, concluindo os principais itinerários principais que servem a região, reforçando o papel dos seus pontos nodais e valorizando o futuro serviço de Alta Velocidade Peninsular (Vigo/Valladolid/Madrid)</p>
<p><b>OE3:</b> Valorizar as <b>infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de internacionalização</b>, com uma aposta forte nas infra-estruturas e nos serviços de logística, numa perspectiva integrada</p>
<p><b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT e de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b> tendo em vista consolidar clusters articulados pelas novas condições de acessibilidade</p>
<p><b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b>, valorizando o <b>património cultural</b>, em particular as sinergias resultantes dos valores culturais inscritos na lista de sítios Património da Humanidade, <b>a identidade cultural e o património natural</b></p>
<p><b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> como um pilar fundamental de desenvolvimento, de sustentabilidade e de centralidade na zona de fronteira</p>
<p><b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável</p>
<p><b>OE8:</b> Apoiar o reforço do <b>sistema urbano</b>, potenciando os eixos rodoviários principais de articulação inter-regional abrangendo centralidades potenciais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade tanto ao longo do eixo Porto – Valladolid, E82 (A11 Corredor del Duero/IP4/A4) como dos IP2 e IC5</p>
<p><b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas e das energias renováveis</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética. Apoiar uma infra-estrutura energética diversificada de elevada capacidade e qualidade, factor necessário para o desenvolvimento socioeconómico</b></p>
<p><b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> numa óptica de equidade social e de combate à desertificação, reforçando a dimensão funcional dos principais aglomerados, num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Reforçar a cooperação institucional consolidando o funcionamento da Comunidade de Trabalho Castilla y León Norte de Portugal e procurando a complementaridade e o valor acrescentado do resto das estruturas estáveis de cooperação no âmbito daquele território</p>

Fonte: Elaboração própria

A cooperação estratégica entre o Norte de Portugal e Castilla y León estrutura-se em torno de quatro áreas prioritárias de cooperação, cujas linhas de acção principais se especificam no quadro II, e de uma área especial de cooperação, o projecto estruturante Douro – Duero.



## Quadro II – Áreas prioritárias de cooperação e respectivas linhas de acção

<b>1. Competitividade, inovação, emprego e formação</b>
1.1. Inovação e Desenvolvimento 1.2. Energia 1.3. Desenvolvimento Rural 1.4. Formação e Emprego 1.5. Promoção Empresarial, Investimento, Comércio Bilateral e Pólos e Clusters de Competitividade
<b>2. Património Natural, Cultural e Turístico</b>
2.1. Ambiente 2.2. Prevenção de riscos 2.3. Cultura 2.4. Turismo
<b>3. Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território</b>
3.1. Logística e Transporte 3.2. Ordenamento do Território
<b>4. Cooperação Institucional e Políticas Sociais</b>
4.1. Cooperação Institucional 4.2. Cooperação de Proximidade

Fonte: Elaboração própria

O presente plano de acção identifica, para cada linha de acção, os domínios de intervenção prioritários e as acções e tipologias de projectos.

Na área da **Investigação e Desenvolvimento** privilegiam-se as seguintes intervenções:

### **1. Promoção e consolidação de redes entre entidades do sistema de ciência e tecnologia e entre estas e as empresas e as associações empresariais**

- Projectos de equipamentos científico-tecnológicos
- Projectos transfronteiriços entre centros educativos e tecnológicos e entre empresas
- Projectos de promoção de oferta conjunta de formação de 2º e 3º ciclo

### **2. Promoção e consolidação de redes em torno de projectos de I&D em que participam instituições de ambos os lados da fronteira**

- Projectos de partilha de conhecimentos e projectos comuns de I&D em áreas estratégicas para a região: agro-alimentar; aproveitamento de recursos energéticos; ambiente; florestas.

### **3. Promoção e consolidação de projectos de I&D relativos a sectores de actividade relevantes na região**

- Estudos de viabilidade de criação de um centro tecnológico para a economia do vinho
- Projectos de transferência de conhecimento entre as duas regiões nos sectores de actividade relevantes na região (vinho, lacticínios e outros produtos da pecuária, floresta)
- Acções de I&D conjuntas relativas a produtos regionais relevantes



#### **4. Fomento da mobilidade dos recursos humanos do sistema de I&D e da integração entre as instituições de I&D**

- Projectos de promoção do intercâmbio de docentes, investigadores e estudantes das duas regiões em domínios científicos complementares entre as diferentes entidades envolvidas

#### **5. Criação de ambientes favoráveis à cooperação entre unidades do sistema científico e tecnológico e as empresas e à transferência de tecnologia e de conhecimento**

#### **6. Promoção da incorporação da inovação nos bens e serviços produzidos na euro-região.**

Na área da **Energia**, privilegiam-se as seguintes intervenções:

##### **1. Exploração das potencialidades regionais em energias renováveis e alternativas (hídrica, eólica, solar, bioenergia e energia geotérmica)**

- Projectos que promovam uma maior utilização de fontes locais de energia renovável e a diversificação das fontes de energia
- Projectos que promovam a integração das fontes de energia
- Projectos de desenvolvimento de produção de energia em pequena escala

##### **2. Promoção de sistemas comuns de gestão de recursos energéticos**

- Projectos de desenvolvimento e harmonização de metodologias de avaliação do desempenho dos equipamentos e sistemas energéticos
- Projectos que visam o desenvolvimento de normas comuns de monitorização dos sistemas energéticos e para a certificação, manutenção e inspecção periódica das instalações

##### **3. Acções de promoção de eficiência energética e do uso racional e integrado da energia**

- Projectos que promovam a utilização de fontes passivas de energia, nomeadamente de energia solar, nos edifícios
- Projectos de difusão de tecnologias de produção de energias híbridas
- Projectos de divulgação de boas práticas e acções de sensibilização tendo em vista a diminuição do uso de energias fósseis

##### **4. Desenvolvimento de projectos de I&D no domínio das energias renováveis e da eficiência energética**



- Projectos comuns em áreas estratégicas como por exemplo o estudo da possibilidade de integração de painéis foto voltaicos ou de aproveitamento da bioenergia ou da energia geotérmica

## **5. Fomento de novas actividades económicas associadas à fileira das energias renováveis**

- Projectos de produção de energia a partir do aproveitamento da biomassa, complementares e/ou em substituição de actividades agrícolas, florestais ou pecuárias
- Projectos de produção de equipamentos destinados à produção / distribuição de energia a partir de recursos renováveis e autóctones e à integração da energia excedentária produzida nos sistemas centralizados de distribuição

Na área do **desenvolvimento rural** são privilegiadas intervenções na agricultura, na floresta, e no âmbito das denominações de origem:

### **1. Agricultura**

- Capitalizar a dinâmica das estratégias de eficiência colectiva relevantes, neste âmbito, no Norte de Portugal (Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial e Cluster dos Vinhos do Douro), articulando com estratégias semelhantes em Castilla y León;
- Promoção de projectos conjuntos de I&D na área do vinho, dos lacticínios, da pecuária, associando universidades, laboratórios e empresas;
- Acções conjuntas de divulgação dos produtos locais e de penetração em novos mercados;
- Estudos de mercado e de valorização de produtos tradicionais: cogumelos, frutos frescos e secos, entre outros.

### **2. Floresta**

- Desenvolvimento de sistemas integrados de prevenção de riscos e de doenças;
- Desenvolvimento de sistemas integrados de gestão, protecção e exploração sustentável dos recursos silvícolas;
- Promoção de I&D nas matérias identificadas nos dois pontos anteriores;
- Estudos de mercado e de valorização económica dos recursos silvícolas;
- Promoção do associativismo;



- Desenvolvimento de instrumentos de engenharia financeira – fundos de investimento florestal – de promoção do redimensionamento e/ou internacionalização das unidades silvícolas.

### **3. Denominações de origem**

- Desenvolvimento de marcas comuns, âncora, sob as quais seriam promovidos e distribuídos os produtos com denominação de origem e/ou biológicos.

Na área da **formação e emprego** são privilegiadas intervenções de promoção da mobilidade transfronteiriça e da adaptação dos trabalhadores e das empresas às condições do mercado de trabalho, e de investimento em capital humano, quer através da formação profissional quer pela via das universidades.

#### **1. Impulsionar a mobilidade transfronteiriça através do emprego, melhorando a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas**

- Análise do mercado e identificação das oportunidades de emprego
- Articular a oferta entre centros de emprego transfronteiriços
- Criar sistemas de informação comuns e articular as actividades de formação

#### **2. Investir em capital humano**

- Formação profissional – projectos que visam aumentar a mobilidade, a promoção de estágios em empresas do outro país, favorecer o conhecimento das línguas oficiais de ambas as regiões, criação de recursos on-line partilhados e bilingues
- Universidade – projectos que visem o intercâmbio, a transferência de conhecimento em I+D+i, estimular a cooperação entre universidades e entre estas e as empresas quer ao nível da investigação quer da inserção profissional

Na área da **promoção empresarial, investimento, comércio bilateral e pólos e clusters de competitividade** as intervenções devem estruturar-se em torno da **procura conjunta de inovação aplicada à empresa, cooperação na internacionalização, acesso a financiamento, apoio á criação de clusters e de pólos de competitividade, promoção conjunta.**

No âmbito da segunda área de cooperação – Património Natural, Património Cultural e Turismo, na linha de acção **Ambiente**, privilegiam-se as seguintes intervenções:

#### **1. Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas (AAC)**

- Projectos de inventariação de áreas degradadas e solos potencialmente contaminados



- Definição de metodologias de identificação dos solos contaminados e dos riscos decorrentes
- Cooperação na recuperação, reabilitação e valorização de AAC, na perspectiva da euro-região
- Desenvolvimento de sistemas comuns de gestão e monitorização das AAC

## **2. Melhoria da qualidade do ar e sistemas de controlo**

Projectos de desenvolvimento de metodologias de avaliação da qualidade do ar

- Desenvolvimento de ferramentas de monitorização
- Desenvolvimento de planos de contingência
- Projectos de desenvolvimento integrado dos sistemas de comunicação entre estações de controlo e os sistemas regionais e entre estes

## **3. Optimização da gestão de resíduos sólidos urbanos e promoção da obtenção de eficiência nos sistemas de recolha selectiva e tratamento de resíduos**

- Projectos de desenvolvimento de metodologias de gestão dos resíduos sólidos urbanos
- Projectos de implementação de sistemas eficientes de recolha selectiva e o tratamento de resíduos perigosos
- Projectos que promovam um acréscimo da eficiência na triagem

## **4. Exploração sustentável do património natural**

- Projectos que promovam a exploração sustentável do património natural da euro-região;
- Projectos de inventariação do património natural e dos principais riscos;

## **5. Gestão integrada dos recursos naturais e ecossistemas comuns**

- Projectos de desenvolvimento de metodologias comuns de gestão integrada dos recursos naturais e dos ecossistemas, ao nível da euro-região
- Projectos de divulgação de boas práticas em matéria de gestão integrada dos recursos naturais e dos ecossistemas
- Projectos de monitorização dos sistemas de gestão

## **6. Explorar sinergias na prevenção de catástrofes e riscos naturais**

- Projectos de desenvolvimento de sistemas de monitorização e de identificação dos riscos
- Definição de planos de prevenção e de intervenção comuns

## **7. Explorar sinergias nas acções de protecção da natureza e da biodiversidade, do uso e poupança de água e de outras acções de educação ambiental;**

- Identificação e divulgação de boas práticas



- Projectos que promovam o desenvolvimento de metodologias e de sistemas de gestão tendo em vista a protecção da natureza, da biodiversidade e da água

## **8. Promover acções conjuntas de inovação ambiental e a elaboração de um inventário dos espaços protegidos envolvendo o recurso ao sistema de I&D e às TIC**

- Projectos de partilha de conhecimentos e desenvolvimento de um Inventário único dos espaços protegidos

Na área da **prevenção de riscos**, os domínios de intervenção e as principais acções previstas comportam sobretudo a cooperação com vista a estabelecer medidas de prevenção, de cooperação e de apoio mútuo em caso de emergência, e acções conjuntas de educação, formação e prevenção na área da protecção civil.

Na área da **cultura**, os domínios de intervenção e as principais acções previstas são as seguintes:

### **1. Aprofundar as manifestações culturais**

- Projectos que promovam o encontro e o diálogo entre criadores de ambas as regiões
- Criação de uma Feira da Música que seja um referencial ibérico e um espaço de intercâmbio, tendências e informação
- Projectos que promovam o uso de espaços de interesse cultural
- Promoção das indústrias culturais e divulgação dos bens e serviços culturais da região no exterior

### **2. Património cultural**

- Valorização e recuperação do património construído, baseando a cooperação no desenvolvimento de metodologias e técnicas de intervenção integral sobre o património

Na área do **Turismo**, são privilegiadas as seguintes intervenções:

- 1. Promoção conjunta e em rede dos sítios classificados como Património da Humanidade;**
- 2. Utilização dos recursos turísticos imóveis como factor de diversificação da actividade económica e de divulgação do património cultural da euro-região;**
- 3. Coordenação de usos turísticos e tradicionais das áreas rurais e protegidas;**



4. Promoção conjunta e em rede de novos tipos de actividades turísticas mais compatíveis com o **aproveitamento sustentável de um ambiente natural de excelência**;
5. Promoção do **uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC)** em acções de divulgação dos recursos turísticos locais;
6. Sistemas comuns de **gestão dos recursos e infra-estruturas turísticas**;
7. **Articulação das sub-marcas** e dos diferentes produtos turísticos existentes;
8. Desenvolvimento da **oferta de caminhos, percursos e ecopistas**;
9. Desenvolvimento de uma **sinalética comum**;
  
10. Desenvolvimento da oferta de **alojamentos ambientalmente sustentáveis** e que respeitam a identidade local.

Na terceira área prioritária de cooperação – Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território, no quadro da linha de acção **logística/transportes**, os domínios de intervenção e respectivas acções prioritárias são os seguintes:

#### **1. Construção e manutenção de itinerários rodoviários, ferroviários e fluviais e sua articulação**

- Conclusão dos itinerários rodoviários principais
- Requalificação e consolidação de ligações rodoviárias transfronteiriças já existentes, bem como construção de novas ligações transfronteiriças
- Articulação dos sistemas de transportes públicos de proximidade, nos territórios de baixa densidade
- Conservação/Manutenção da infra-estrutura ferroviária no Vale do Douro

#### **2. Desenvolvimento de serviços de telecomunicações**

- Aumento da cobertura da rede de banda larga e desenvolvimento de serviços avançados de telecomunicações
- Desenvolvimento de sistemas tarifários apropriados para as telecomunicações móveis em zonas de fronteira

#### **3. Desenvolvimento de infra-estruturas aeroportuárias e portuárias**

- Prospecção de potencialidades das estruturas aeroportuárias
- Potenciação do porto fluvial de Vega Térron com vista ao estabelecimento de uma logística transfronteiriça

#### **4. Desenvolvimento e articulação de infra-estruturas logísticas**



- Projectos transfronteiriços para o desenvolvimento conjunto de infra-estruturas logísticas no espaço de fronteira

## **5. Integração das infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e dos serviços de logística**

- Articulação entre pólos de competitividade e tecnologia/*clusters* entre o Norte de Portugal e Castilla y León
- Instalação de um sistema de comunicações intermodal, associando a via fluvial com o comboio turístico, as vias rodoviárias com a ferrovia e articulando com as plataformas logísticas
- Produção de estudos de viabilidade, estratégicos e ambientais de alcance transfronteiriços

No âmbito da quarta área de cooperação – Cooperação Institucional e Políticas Sociais, na linha de acção **Cooperação Institucional**, privilegiam-se as seguintes intervenções:

- Criação de Comissões de acompanhamento do Memorando de entendimento
- Colaboração na calendarização e elaboração de um programa de actividades
- Elaboração de um anuário estatístico
- Consolidação do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças
- Complementaridade e cooperação com outras estruturas de cooperação existentes no território de Castilla y León- Norte de Portugal

Na linha de acção **Cooperação de Proximidade** a intervenção está estruturada em três áreas:

### **1. Educação**

- Colaboração na implementação de cada uma das línguas oficiais como língua de opção no outro país
- Acções de formação tendentes à formação de recursos humanos especializados no ensino da língua nacional como língua estrangeira
- Programas conjuntos de formação de professores e de avaliação da qualidade de ensino

### **2. Saúde**

- Fomentar a colaboração entre serviços, centros de saúde e hospitalares e coordenar a prestação de serviços de saúde de urgência ou não
- Fomentar a colaboração em áreas específicas (oncologia, doenças mentais, tratamento do alcoolismo e dependência de drogas, transplantes de órgãos)
- Criação de um cartão de acesso aos cuidados de saúde em ambos os lados da fronteira



### **3. Serviços Sociais**

- Realização de jornadas para o intercâmbio e conhecimento das estratégias e do funcionamento dos serviços sociais em ambas as regiões
- Desenvolvimento de acções conjuntas de informação, prevenção
- Desenvolvimento de acções para favorecer a mobilidade laboral nas jazidas de emprego dependentes dos serviços sociais
- Criação de redes específicas para serviços sociais.

No que refere à área de cooperação especial – projecto estruturante Douro – Duero, na linha de acção **Vinho/Turismo**, privilegiam-se as seguintes intervenções:

#### **1. Infra-estruturação do Território e dos Serviços**

- Infra-estruturas complementares de âmbito intermunicipal e regional e sinalização turística
- Actividade turístico-fluvial
- Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do Turismo
- Património ambiental e desenvolvimento rural e local
- Património histórico-cultural

#### **2. Oferta turística**

- Alojamento, Termalismo e Animação Turística
- Turismo em Espaço Rural e de Habitação e Turismo de Natureza

#### **3. Qualificação dos recursos humanos**

- Acções que visem a qualificação e a formação de recursos humanos de forma a dotar as regiões de capacidade de implementação das medidas e acções identificadas.

#### **4. Imagem do destino turístico Douro**

- Acções conjuntas e articuladas entre as duas regiões que promovam a consolidação e a afirmação da imagem do Douro enquanto destino turístico

#### **5. Capacidade institucional do Vale do Douro**

- Acções que visem o reforço da capacidade institucional do Vale do Douro e a promoção da cooperação no domínio do Turismo, promovendo a articulação e desenvolvendo acções concretas de cooperação internacional inter-regional e transnacional

Ainda na cooperação Douro-Duero, na linha de acção **Paisagem protegida**, são identificadas as seguintes intervenções prioritárias:



- 1. Acções de valorização das zonas naturais** através da gestão conjunta dos parques naturais Douro-Duero
- 2. Projectos de cooperação no domínio da gestão sustentável dos recursos florestais e paisagísticos** transfronteiriços
- 3. Acções conjuntas de gestão da biodiversidade, da qualidade da água, do ar e dos resíduos**
- 4. Acções conjuntas de gestão da bacia do Douro-Duero** enquanto recurso natural, económico e cultural
  
- 5. Acções conjuntas de nível inter-municipal de investimento florestal** com vista à protecção das áreas florestais
- 6. Acções de promoção de redes de estruturas e de equipamentos** de promoção e preservação dos **recursos paisagísticos** na região transfronteiriça
- 7. Acções de promoção sustentável da paisagem protegida** no âmbito de actividades turísticas (de natureza, actividades ao ar livre)

Na linha de acção **Património da Humanidade** são identificadas as seguintes acções prioritárias:

- 1. Acções conjuntas para a gestão de intervenções arquitectónicas** coerentes com o território e com vista à sua manutenção como Património da Humanidade
- 2. Acções de rentabilização articulada dos recursos existentes** através da gestão em rede e partilhada desses recursos
- 3. Acções conjuntas de protecção desse património** e revitalização dos elementos patrimoniais da região, tendo em vista a afirmação do Vale do Douro como um destino turístico coerente e de qualidade.

Na linha de acção **Cúpulas do Douro**, entendeu-se definir no âmbito deste plano estratégico cinco cúpulas correspondentes às seguintes **cinco temáticas**:

### **1. Água**

- Como recurso vital de qualquer ecossistema; a água como elemento estratégico da geopolítica mundial; o Douro como activo específico que exige um plano de gestão sustentável

### **2. Agro-alimentar**



- Os produtos agro-alimentares da região do Douro e a sua qualidade, com particular destaque para o vinho como recurso gastronómico, cultural, económico e turístico

### **3. Tecnologia**

- As infra-estruturas de transporte e de telecomunicações como factores fundamentais do desenvolvimento da região, fortemente ancoradas no Douro

### **4. Energia**

- O potencial energético do Douro, especialmente no que se refere às energias renováveis com vista ao desenvolvimento da região

### **5. Paisagem**

- O património natural do Douro como elemento potenciador de desenvolvimento económico da região



O plano estratégico de cooperação entre a Região do Norte e a Comunidad Autónoma de Castilla y León aposta, pois, na cooperação no âmbito de temáticas estratégicas para o desenvolvimento de cada uma das regiões e que são essenciais para a prossecução das prioridades estratégicas que cada uma das regiões se propôs atingir no horizonte 2013.



As áreas de cooperação definidas aparecem, assim, associadas a temas de grande actualidade como sejam a valorização do território através da cooperação no domínio da investigação e desenvolvimento, da especialização regional em actividades de maior valor acrescentado, do investimento em infra-estruturas e da internacionalização, procurando aumentar a competitividade territorial; a prevenção de riscos e a conservação e promoção dos recursos locais (naturais, ambientais e culturais), procurando garantir o desenvolvimento sustentável do território e o fortalecimento da cooperação e integração e reforço da identidade da Euro-região Norte de Portugal – Castilla y León.

O presente plano estratégico de cooperação potencia, pois, o relançamento da cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, de forma inovadora, com forte aposta na cooperação no âmbito de temáticas sectoriais consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional de cada uma das regiões e que, por essa via, se revestem de importância extrema para a prossecução das prioridades estratégicas que cada região se propôs atingir no período 2007-2013, nomeadamente as plasmadas no Memorando de Entendimento assinado entre a Comunidade Autónoma de Castilla y León e as Comissões de Coordenação do Norte e do Centro de Portugal.



## Índice de conteúdos

<b>Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León: Sumário executivo .....</b>	<b>ii</b>
<b>Índice de conteúdos .....</b>	<b>xvii</b>
<b>Índice de quadros .....</b>	<b>xviii</b>
<b>Índice de figuras.....</b>	<b>xx</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>xxii</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Síntese da Abordagem Metodológica .....</b>	<b>11</b>
<b>3. Enquadramento .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1. A Dinâmica da Cooperação Territorial da UE .....</b>	<b>13</b>
<b>3.2. O Quadro Geral da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha na Europa 14</b>	
3.2.1. A Dinâmica da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha: a experiência do INTERREG III 14	
3.2.2. Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), 2007-2013 15	
3.2.3. As Prioridades da Programação na Área de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León, 2007-2013.....	17
<b>3.3. A Estratégia Nacional e a Cooperação Territorial .....</b>	<b>17</b>
<b>3.4. As estratégias regionais de cooperação .....</b>	<b>18</b>
3.4.1. Enquadramento Geral e Prioridades Estratégicas.....	18
3.4.2. A cooperação transfronteiriça de ambos os territórios .....	18
3.4.3. Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castilla y León.....	20
3.4.4. Estratégia Conjunta de Cooperação Castilla y León – Norte de Portugal .....	21
<b>3.5. A Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro .....</b>	<b>23</b>
<b>4. Diagnóstico Socioeconómico e Territorial .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1. Norte de Portugal – Castilla y León.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais no Território de Fronteira Norte – Castilla y León .....</b>	<b>26</b>
4.2.1. Dinâmicas demográficas.....	26



4.2.2. Dinâmicas de Actividade e Emprego.....	29
4.2.3. Dinâmicas na produção, rendimento e produtividade.....	31
4.2.4. Dinâmicas em Equipamentos e Serviços .....	32
4.2.5. Dinâmicas a Nível de Infra-estruturas .....	36
4.2.6. Dinâmicas de Utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC).....	42
4.2.7. Dinâmicas Ambientais.....	43
4.2.8. Dinâmicas da Estrutura do Sistema de Povoamento.....	44
<b>4.3. Diagnóstico do Território de Fronteira Norte – Castilla y León – Matriz SWOT 45</b>	
4.3.1. Coesão Territorial Norte de Portugal - Castilla y León .....	45
<b>5. Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León.....</b>	<b>50</b>
<b>5.1. Visão .....</b>	<b>51</b>
<b>5.2. Objectivos da Estratégia de Cooperação .....</b>	<b>52</b>
<b>5.3. Áreas de Cooperação .....</b>	<b>54</b>
Área Prioritária 1: Competitividade, Inovação, Emprego e Formação .....	55
Linha de Acção 1.1: Inovação e Desenvolvimento (I&D) .....	55
Linha de Acção 1.2: Energia .....	59
Linha de Acção 1.3: Desenvolvimento rural .....	62
Linha de Acção 1.4: Formação e Emprego .....	64
Linha de Acção 1.5: Promoção Empresarial, Investimento, Comércio Bilateral e Pólos e Clusters de Competitividade .....	68
Área Prioritária 2: Património Natural, Património Cultural e Turismo .....	70
Linha de Acção 2.1: Ambiente.....	70
Linha de Acção 2.2: Prevenção de riscos .....	74
Linha de Acção 2.3: Cultura.....	76
Linha de Acção 2.4: Turismo .....	78
Área Prioritária 3: Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território.....	81
Linha de Acção 3.1: Logística/Transportes .....	81
Linha de Acção 3.2.: Ordenamento do Território.....	86
Área Prioritária 4: Cooperação Institucional e Políticas Sociais .....	86
Linha de acção 4.1.: Cooperação Institucional.....	86
Linha de Acção 4.2.: Cooperação de Proximidade.....	88
Área Especial de Cooperação: Projecto Estruturante Douro - Duero .....	92
Linha de Acção 1: Vinho/Turismo .....	94
Linha de Acção 2.: Paisagem protegida .....	98
Linha de Acção 3: Património da Humanidade .....	99
Linha de Acção 4: As Cúpulas do Douro.....	100
<b>5.4 Das Linhas de Acção aos Objectivos Específicos do Plano Estratégico de Cooperação.....</b>	<b>107</b>
<b>5.5 O Plano de Cooperação Norte – Castilla y León e as Prioridades Estratégicas do POCTEP.....</b>	<b>110</b>
<b>6. Notas finais.....</b>	<b>112</b>



## Índice de quadros

Quadro I - Os objectivos específicos do Plano de Acção.....	iv
Quadro II – Áreas prioritárias de cooperação e respectivas linhas de acção.....	v
Quadro 3 - Participação da Região Norte e de Castilla y León no objectivo da Cooperação Territorial Europeia no período 2007-2013 .....	18
Quadro 4- Programa de Cooperação Norte de Portugal - Castilla y León – Âmbito geográfico básico e zonas adjacentes.....	25
Quadro 5- População, densidade populacional e população com 65 e mais anos de idade, nas áreas básicas de cooperação da fronteira Castilla y León-Norte de Portugal .....	27
Quadro 6 – Tendências da dinâmica populacional nas áreas básicas de cooperação da fronteira Castilla y León-Norte de Portugal .....	28
Quadro 7 – Taxa de actividade, taxa de desemprego e repartição do emprego por sector de actividade, nas áreas básicas de cooperação .....	29
Quadro 8 - Tendências das dinâmicas de actividade e de emprego nas áreas básicas de cooperação .....	30
Quadro 9 – PIB <i>per capita</i> , PIB por activo e repartição do VAB por sector de actividade, nas áreas básicas de cooperação .....	31
Quadro 10 - Tendências das dinâmicas de produção, rendimento e produtividade nas áreas básicas de cooperação.....	32
Quadro 11 – Equipamentos e serviços de saúde, nas áreas básicas de cooperação portuguesas .....	33
Quadro 12 – Educação e formação profissional, nas áreas básicas de cooperação portuguesas .....	34
Quadro 13- Equipamentos culturais e recreativos.....	35
Quadro 14- Equipamentos turísticos.....	35
Quadro 15- Indicadores de infra-estruturas .....	42
Quadro 16- Indicadores de acesso e utilização das TIC.....	43
Quadro 17- Indicadores ambientais .....	44
Quadro 18 – Distribuição da população residente segundo a dimensão dos lugares.....	44
Quadro 19 – Norte de Portugal - Castilla y León .....	45
Quadro 20 - Prioridades Estratégicas da Cooperação Transfronteiriça Norte – Castilla y León .....	51



Quadro 21 - Os objectivos da Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León 2007-2013.....	54
Quadro 22 - Linhas de acção por área prioritária de cooperação.....	55
Quadro 23 - I&D - Domínios de intervenção prioritários.....	57
Quadro 24 - Energia - Domínios de intervenção prioritários.....	60
Quadro 25 - Promoção Empresarial .... - Domínios de intervenção prioritários.....	70
Quadro 26 - Ambiente - Domínios de intervenção prioritários.....	71
Quadro 27 - Prevenção de riscos - Domínios de intervenção prioritários.....	76
Quadro 28 - Objectivos Prioritários para o Desenvolvimento Turístico da Região do Norte.....	79
Quadro 29 - Programas de acção para o desenvolvimento turístico.....	80
Quadro 30 - Logística/Transportes - Domínios de intervenção prioritários.....	83
Quadro 31 – Novos Comités Sectoriais.....	87
Quadro 32 - Douro-Duero: Vinho / Turismo - Domínios de intervenção prioritários.....	95
Quadro 33 - Douro-Duero: Paisagem protegida - Domínios de intervenção prioritários... ..	98
Quadro 34 - Douro-Duero: Património da Humanidade - Domínios de intervenção prioritários.....	99
Quadro 35 - Ligação entre as linhas de acção e os objectivos específicos da estratégia de cooperação.....	107
Quadro 36 - Contributo dos objectivos específicos da estratégia de cooperação para as prioridades estratégicas do POCTEP.....	110



## Índice de figuras

Figura 1 - Metodologia do planeamento estratégico de cooperação Norte de Portugal - Castilla y León.....	11
Figura 2 - Redes rodoviárias no território Norte de Portugal – Castilla y León.....	36
Figura 3 - Rede Multimodal de transportes e conectividade: infra-estruturas existentes e cenário prospectivo.....	36
Figura 4 – Infra-estruturas de transporte e logísticas no Norte de Portugal.....	38
Figura 5 – Infra-estruturas de transporte e logísticas em Castilla y León.....	39
Figura 6 – Infra-estruturas aeroportuárias.....	41



## Lista de Siglas

**AMP** – Área Metropolitana do Porto

**C&T** – Ciência e Tecnologia

**CA\_CyL** – Comunidad Autónoma de Castilla y León

**CAV** – Comboio de Alta Velocidade

**CCDR-N** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

**CE** – Comissão Europeia

**ERASMUS** – European Region Action Scheme for the Mobility of University Student

**ESPON** – European Spatial Planning Observation Network

**EUROSTAT** – Statistical Office of the European Communities

**FEADER** – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

**FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FEP** – Fundo Europeu das Pescas

**FSE** – Fundo Social Europeu

**I&D** – Inovação e Desenvolvimento

**I&DI** – Inovação, Desenvolvimento e Inovação

**IDT** – Inovação, Desenvolvimento e Tecnologia

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**INTERACT** – INTERREG Animation Cooperation and Transfer

**INTERREG II** – European Union Programme for Territorial Co-operation (1994-1999)

**INTERREG III** – European Union Programme for Territorial Co-operation (2000-2006)

**INTERREG IVC** – Innovation and Environment Regions of Europe Sharing Solutions

**IP** – Itinerário Principal

**MENR** – Marco Estratégico Nacional de Referencia

**Norte\_CyL** – Norte de Portugal Castilla y León

**NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas

**OC** – Objectivo Central

**OE** – Objectivo Específico

**PAC** – Política Agrícola Comum

**PDTV** – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

**PENT** – Plano Estratégico Nacional de Turismo

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIC** – Programa de Iniciativa Comunitária



**PIC INTERREG III A** – Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III – Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha

**PIOT-ADV** – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

**PME** – Pequenas e Médias Empresas

**PNPOT** – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

**POCyL** – Programa Operativo FEDER de Castilla y León 2007-2013

**PO Espaço Atlântico** – Programa Operacional de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico 2007-2013

**PO SUDOESTE** – Programa Operacional de Cooperação Territorial do Espaço Sudoeste Europeu 2007-2013

**POCTEP** – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal

**POFC** – Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013

**POPH** – Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013

**POR NORTE** – Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

**POVT** – Programa Operacional Temático de Valorização do Território 2007-2013

**PRN2000** – Plano Rodoviário Nacional

**PROT** – Planos Regionais de Ordenamento do Território

**PROT-Norte** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte

**PROVERE** – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

**QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013

**SWOT** – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

**TER** – Turismo em Espaço Rural

**TIC** – Tecnologias de Informação e de Comunicação

**UE** – União Europeia

**UMD** – Unidade de Missão do Douro

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**URBACT** – Urban Development Network Programme

**VAB** – Valor Acrescentado Bruto



## 1. Introdução



O presente documento constitui o Plano de Acção para a Cooperação entre as regiões do Norte de Portugal e de Castilla y León, 2009-2013. Na elaboração deste plano de acção tomou-se por base a dinâmica existente ao nível da cooperação transfronteiriça e inter-regional, bem como o respectivo enquadramento institucional, nomeadamente os documentos da Comunidade de Trabalho que associa a Junta de Castilla y León e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Memorando de Entendimento sobre a cooperação Transfronteiriça entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional do governo português e a Junta de Castilla y León de 6 de Maio de 2009, e o Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal, para o período 2007-2013.

O documento é composto por seis capítulos. No primeiro capítulo, após a introdução, explicita-se sinteticamente a metodologia do planeamento estratégico da cooperação Norte de Portugal – Castilla y León. No capítulo seguinte apresenta-se os fundamentos regulamentares e conceptuais da cooperação territorial europeia, salientando, após uma primeira referência à dinâmica de cooperação territorial no âmbito da União Europeia (UE), o quadro geral de cooperação territorial da UE e da cooperação transfronteiriça Portugal – Espanha, a abordagem da cooperação na estratégia nacional e nas estratégias



regionais do Norte e de Castilla y León, a cooperação transfronteiriça com Castilla y León, a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro e a abordagem estratégica da cooperação da região de Castilla y León, vertida no documento genericamente designado por Plan Regional del Val del Duero.

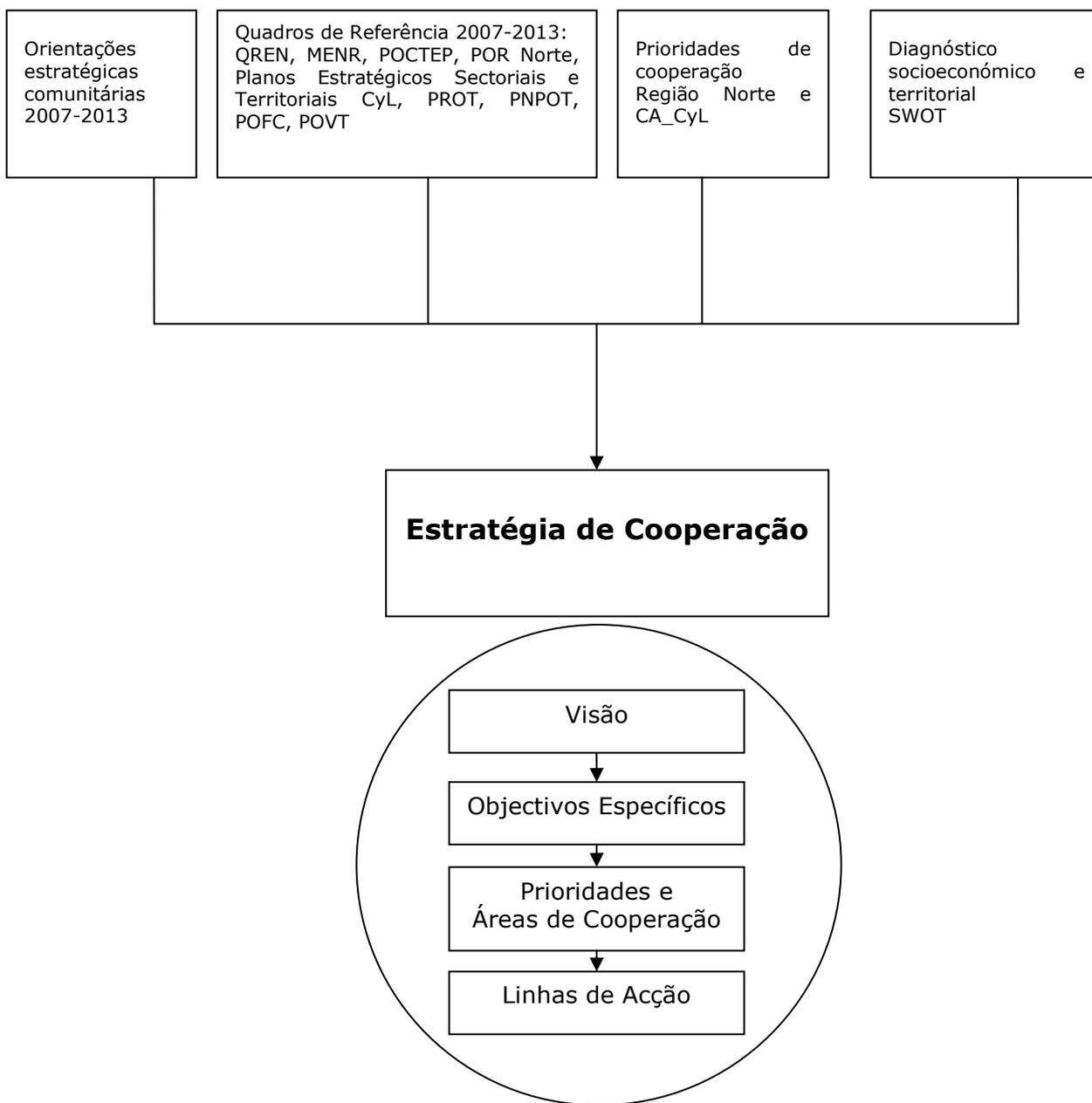
No capítulo seguinte procede-se à caracterização de ambas as regiões Norte de Portugal – Castilla y León e das dinâmicas socioeconómicas e territoriais no respectivo território de fronteira. Apresenta-se um diagnóstico sintético do território em análise e a correspondente matriz SWOT.

Tendo por base os pontos anteriores, o capítulo 5 concretiza a explicitação das Linhas Estratégicas de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León. Começa-se por definir uma Visão para a cooperação entre ambas as regiões. A definição da estratégia de cooperação assenta, igualmente, na identificação de um conjunto de objectivos específicos a atingir em estreita ligação com a Visão anteriormente definida. De seguida, tendo por base os princípios definidos no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) e as prioridades estratégicas definidas nos documentos enquadradores da estratégia de cooperação, são identificadas as respectivas áreas de cooperação e as linhas de acção a privilegiar no âmbito de cada temática.

O capítulo 6 finaliza o documento, sintetizando o contributo da estratégia vertida neste plano de cooperação para a concretização das prioridades estratégicas das duas regiões.

## 2. Síntese da Abordagem Metodológica

**Figura 1 - Metodologia do planeamento estratégico de cooperação Norte de Portugal - Castilla y León**





### 3. Enquadramento

O artigo 174º do Tratado da União Europeia<sup>1</sup> expressa a necessidade de reforçar a **coesão económica, social e territorial** como condição para o desenvolvimento harmonioso do conjunto da União Europeia. Neste âmbito, prevê-se conferir especial atenção às regiões transfronteiriças enquanto zonas de desenvolvimento potencialmente mais difícil.

O Tratado entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre cooperação transfronteiriça entre Entidades e Instituições Territoriais, de 2002 (chamado Tratado de Valencia), que regula juridicamente pela primeira vez a cooperação transfronteiriça entre instituições territoriais portuguesas e entidades territoriais espanholas.

O Convénio de cooperação Transfronteiriça entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de Portugal e a Junta de Castilla y León firmado no Porto em 27 de Janeiro de 2009, adaptando desta forma o regulamento e o funcionamento da Comunidade de Trabalho ao Tratado de Valencia.

O Memorando de Entendimento sobre cooperação Transfronteiriça entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional do governo português e a Junta de Castilla y León firmado a 6 de Maio de 2009 pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e do Centro de Portugal, a Junta de Castilla y León e o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Regional português que tem por objectivo promover as acções necessárias para o estabelecimento e consecução de uma estratégia conjunta de cooperação transfronteiriça Castilla y León – Norte de Portugal com o objectivo de fomentar uma maior coesão social, económica e territorial e tendo por finalidade melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos dos nossos territórios, em particular os fronteiriços.

O artigo 66 da Lei Orgânica 14/2007, de 30 de Novembro, que aprova a reforma do Estatuto de Autonomia de Castilla y León assim como o artigo 2 do Decreto-Lei 134/2007, de 27 de Abril, que estrutura os organismos do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional português referem expressamente os objectivos de promover e de estabelecer relações de cooperação e de

---

<sup>1</sup> Jornal Oficial C 115 de 9 de Maio de 2008.



boa vizinhança, baseadas no respeito mútuo e na colaboração, entre a região Norte de Portugal y a Comunidade Autónoma de Castilla y León, estreitamente vinculadas do ponto de vista geográfico, histórico, cultural, económico e ambiental.

### 3.1. A Dinâmica da Cooperação Territorial da UE

Os Programas de Cooperação Territorial nos anteriores períodos de programação financeira comunitária assumiram a forma de Iniciativas Comunitárias dirigidas aos Estados-membros e visaram a resolução de problemas específicos de âmbito europeu, sendo a sua governação levada a cabo fora dos Quadros Comunitários de Apoio.

Em 2005, após a constatação de que os objectivos definidos na Agenda de Lisboa (Março 2000) estavam a ser atingidos de forma insuficiente, a Comissão Europeia apresentou uma Estratégia de Lisboa renovada<sup>2</sup> assente em três pilares básicos, a saber:

- Tornar a Europa um lugar mais atractivo para investir e trabalhar;
- O conhecimento e inovação ao serviço do crescimento;
- Criação de mais e melhores postos de trabalho.

Na sequência da Estratégia de Lisboa renovada, o Conselho Europeu adoptou um conjunto de orientações estratégicas em matéria de coesão<sup>3</sup> as quais vêm atribuir à **dimensão territorial** uma importância fulcral, no sentido que a política de coesão deve adaptar-se ao território e prestar atenção particular às regiões com condições geográficas especiais. Assim, o reforço da cooperação entre as regiões da União Europeia é tido como factor acelerador do desenvolvimento económico.

Neste âmbito, é atribuído à **cooperação transfronteiriça** o objectivo de **reforçar a competitividade das regiões de fronteira** e a **integração económica e social**, em especial nos casos em que existem grandes disparidades económicas entre os dois lados da fronteira.

Por último, no que à **cooperação inter-regional** diz respeito, as acções devem centrar-se na inovação, no apoio às PME e ao espírito empresarial, na protecção do ambiente e na prevenção dos riscos, bem como no intercâmbio de experiências e de melhores

---

<sup>2</sup> COM (2005) 24, "Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego. Um novo começo para a Estratégia de Lisboa", Comunicação ao Conselho Europeu da Primavera, 1.02.2005.

<sup>3</sup> Decisão do Conselho de 6 de Outubro de 2006 relativa às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão (2006/702/CE), Jornal Oficial da União Europeia, L 291/11 – 32.



práticas no que respeita ao desenvolvimento urbano e na modernização dos serviços do sector público (como a utilização das TIC pelos sectores da saúde e da administração pública).

O alargamento da UE, a nova Agenda de Lisboa e os objectivos da Política de Coesão representam factores condicionantes do desenvolvimento de uma política de coesão territorial na UE. Assim, no período de programação 2007-2013, a cooperação territorial assume-se como um instrumento chave para a coesão surgindo como uma dimensão estratégica das políticas regionais, passando a sua programação a ser efectuada no âmbito de Programas Operacionais.

O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia<sup>4</sup> “lança o debate sobre a coesão territorial com o intuito de aprofundar a compreensão deste conceito e das respectivas implicações políticas e em termos de cooperação” (p. 4). Este Livro Verde vem sugerir que a resposta política para atingir um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso da UE passe por três áreas de acção, a saber:

- Concentração, visando ultrapassar as diferenças de densidade;
- Interligação, visando eliminar fronteiras;
- Cooperação, visando eliminar divisões.

No que respeita a esta última frente de acção – a Cooperação, ela surge como um veículo de resolução de problemas ao nível das duas primeiras linhas de acção – designadamente, os problemas de conectividade e de concentração, sendo ainda o elemento de base das políticas ambientais, das políticas de inovação, das políticas de desenvolvimento de base local, das políticas de acesso à saúde, ao ensino e à formação superiores e das políticas de infra-estruturas e de desenvolvimento marítimo.

## **3.2. O Quadro Geral da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha na Europa**

### *3.2.1. A Dinâmica da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha: a experiência do INTERREG III*

---

<sup>4</sup> Comunicação da Comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu (COM (2008) 616 Final), “Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Tirar Partido da Diversidade Territorial.”, Bruxelas, 6.10.2008.



O INTERREG III foi um Programa de Iniciativa Comunitária da CE, financiado pelo FEDER no período 2000-2006. Na sua vertente A – Cooperação Transfronteiriça, o objectivo do programa é desenvolver a cooperação económica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento entre regiões fronteiriças vizinhas.

A dotação financeira do FEDER atribuída a cada um dos programas em que Portugal participou, na vertente da cooperação transfronteiriça do INTERREG III, ascendeu a 291,415 milhões de euros.

O plano financeiro estabelecido para o Subprograma de cooperação Norte de Portugal / Castilla y León ascendia a um montante total de cerca de 133 milhões de euros. Os Eixos prioritários que colheram a maior parte deste montante foram o Eixo 2. Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais e o Eixo 1. Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço, com 52,5 milhões de euros e 40,3 milhões de euros, respectivamente.

Relativamente às convocatórias lançadas no âmbito deste Subprograma a nível global foram desenvolvidas três convocatórias para os anos 2003, 2004 e 2005, co-financiando um total de 77 projectos, dos quais 28 se enquadravam no Eixo 2. Valorização, Promoção e Conservação do Ambiente e dos Recursos Patrimoniais Naturais, atingindo um orçamento de cerca de 45 milhões de euros.

### *3.2.2. Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), 2007-2013*

O Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013<sup>5</sup> apresenta os domínios da cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha para o actual período de programação comunitária. A definição desta programação teve por base um conjunto de princípios definidos pelos dois Estados (POCTEP, p. 55), a saber: Princípio da concentração, Princípio da selectividade, Princípio da Sustentabilidade Económico-financeira, Princípio do Aumento da Escala da Intervenção, Princípio da Co-responsabilidade e Princípio da Simplificação de Estruturas e Procedimentos.

O POCTEP apresenta como objectivo global o de contribuir para reforçar a coesão económica e social do espaço de fronteira luso-espanhola através da cooperação territorial valorizando o capital acumulado durante as três gerações do INTERREG,

---

<sup>5</sup> Doravante designado por POCTEP.



definindo cinco áreas de cooperação: Galiza – Norte de Portugal; Norte de Portugal – Castilla y León; Região Centro e Castilla y León; Alentejo/Centro – Extremadura; e Alentejo/Algarve – Andalucía. A área de cooperação Norte – Castilla y León inclui o espaço geográfico da Região Norte de Portugal e da Comunidade Autónoma de Castilla y León, abrangendo as NUTS III de Trás-os-Montes (sector sul), Zamora, Douro e Salamanca (sector norte)<sup>6</sup>.

Numa óptica transversal a todas as áreas de cooperação, a programação transfronteiriça Portugal – Espanha para o período 2007-2013 define como Eixos prioritários da programação, os seguintes:

**1. Fomento da competitividade e a promoção do emprego**

Visa o incentivo da cooperação empresarial na fronteira

**2. Ambiente, património e prevenção de riscos**

Visa uma gestão mais responsável dos recursos naturais e culturais na fronteira

**3. Ordenamento do território e acessibilidades**

Visa a integração territorial da fronteira, mediante uma estratégia conjunta de ordenamento que permita um planeamento territorial coerente e ordenado

**4. Integração socioeconómica e institucional**

Visa a promoção da utilização conjunta de serviços institucionais

**5. Assistência técnica ao processo de cooperação transfronteiriça**

Visa apoiar a gestão do Programa, avaliar os seus resultados e realizar as tarefas de acompanhamento e promoção associadas a este tipo de iniciativas

O POCTEP contempla um custo total subvencionável de 354 milhões de euros, com uma ajuda FEDER da ordem dos 267,4 milhões de euros. De entre estes montantes, as verbas destinadas à cooperação Norte - Castilla y León ascendem a 37 milhões de euros (dos quais, cerca de 28 milhões de euros são ajuda FEDER).

---

<sup>6</sup>Para cada área de cooperação são definidas prioridades específicas ao nível da cooperação transfronteiriça. As prioridades específicas na área Norte – Castilla y León são apresentadas no ponto seguinte.



### 3.2.3. *As Prioridades da Programação na Área de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León, 2007-2013*

O POCTEP surge como um programa de natureza fortemente territorial que aponta no sentido da **valorização das infra-estruturas e serviços localizados nos espaços transfronteiriços**, através da sua **gestão e utilização conjuntas**, da **articulação entre entidades públicas** no âmbito do quadro global veiculado pelo Tratado de Cooperação e pelas Comunidades de Trabalho e da **focalização em projectos imateriais** que visem a consolidação de iniciativas anteriormente apoiadas pelo INTERREG.

É de referir ainda que o POCTEP se apresenta como um dos **instrumentos de apoio à concretização dos planos estratégicos regionais de cooperação transfronteiriça e inter-regional** das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e das Comunidades Autónomas (POCTEP, p. 65), pelo que constitui naturalmente uma das bases centrais para a definição dos objectivos específicos e dos temas de cooperação do presente Plano Estratégico de Cooperação. Simultaneamente, tal implica que, do ponto de vista metodológico, seja implementada a análise de coerência entre os objectivos e os temas de cooperação deste Plano Estratégico com os do POCTEP.

### **3.3. A Estratégia Nacional e a Cooperação Territorial**

Com o Tratado entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre cooperação transfronteiriça entre Entidades e Instituições Territoriais, de 2002 (chamado Tratado de Valencia), atende-se às questões levantadas pelas entidades que participavam e impulsionavam as actividades de cooperação transfronteiriça e, pela primeira vez, regula-se juridicamente a cooperação transfronteiriça entre instituições territoriais portuguesas e entidades territoriais espanholas.

Nesse Tratado cria-se a Comissão Hispano – Portuguesa para a cooperação transfronteiriça como órgão intergovernamental responsável por supervisionar, avaliar e impulsionar o cumprimento do Tratado, de modo que, desde esse momento existe um órgão que de forma permanente atende às questões relativas à cooperação transfronteiriça desenvolvida por entidades e instituições territoriais de ambos os países, o que supõe, sem dúvida um avanço no comprometimento de ambos os Estados nesta matéria.



Por outro lado ambos Estados vêm, nos últimos tempos dando forma às necessidades de cooperação sectorial que vêm colocando as entidades e instituições territoriais através da Comissão Hispano – Portuguesa para a cooperação transfronteiriça, assim recentemente foram assinados Acordos entre ambos os Estados em matéria de cooperação sanitária transfronteiriça, em matéria de qualidade do ar, em matéria de ensino e promoção das suas línguas e em matéria de combate a incêndios. Estes Acordos possibilitam a cooperação transfronteiriça entre entidades e instituições territoriais que lhes permitem a possibilidade de realizar convénios específicos relativos às matérias da respectiva competência.

### **3.4. As estratégias regionais de cooperação**

#### *3.4.1. Enquadramento Geral e Prioridades Estratégicas*

O quadro seguinte sintetiza a participação da Região Norte e de Castilla y León no objectivo Cooperação Territorial Europeia no período 2007-2013.

**Quadro 3 - Participação da Região Norte e de Castilla y León no objectivo da Cooperação Territorial Europeia no período 2007-2013**

	Programa Operacional
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	Portugal – Espanha
COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE)
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL	Cooperação Inter-regional (INTERREG IVC)
	Redes de Cooperação (INTERACT, URBACT, ESPON)

Fonte: Elaboração própria

#### *3.4.2. A cooperação transfronteiriça de ambos os territórios*

A cooperação entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e a Comunidade Autónoma Castilla y León, inicia-se formalmente com a Declaração Conjunta da Comissão de Coordenação da Região Norte e a Junta de Castilla y León, do Porto de 9 de Fevereiro de 1990, que posteriormente tem o seu desenvolvimento com a assinatura no Porto do Protocolo de Colaboração de 21 de Fevereiro de 1995 e com o “Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castela e Leão” de 19 de Janeiro de 2000.



Neste âmbito Territorial também outros actores têm protagonismo em matéria de cooperação. Assim a Convenção de Cooperação Transfronteiriça Zamora – Bragança<sup>7</sup>, assinada no mês de Setembro de 2000, cria a Comunidade de Trabalho Zamora – Bragança com vista a *“la promoción del desarrollo sostenible y armonioso de su ámbito territorial a través del establecimiento de una dinámica de cooperación que se concretará en encuentros regulares y la puesta en práctica o gestión en común de las actuaciones requeridas por proyectos y programas de cooperación transfronteriza con el objeto de solucionar problemas comunes”* (artigo 2º, Convenção Zamora – Bragança). Em termos territoriais, a Comunidade de Trabalho Zamora – Bragança inclui os municípios de Zamora, Puebla de Sanabria, Pedralba de la Pradería y Fermoselle do lado de Espanha, e os municípios de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, do lado de Portugal.

Também se deve mencionar a Convenção de Cooperação Transfronteiriça de Adaptação ao Tratado de Valência do Acordo Constitutivo da Comunidade Territorial de Cooperação do Douro Superior – Salamanca<sup>8</sup>, assinada no mês de Julho de 2004, que cria a Comunidade de Trabalho Douro Superior - Salamanca, enquanto organismo de cooperação transfronteiriça sem personalidade jurídica, visando “a promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentado da região transfronteiriça do Douro Superior - Salamanca, através do estabelecimento de uma dinâmica de concertação regional, (...), para tratar de temas e assuntos que sejam de interesse comum, trocar informações, coordenar iniciativas e examinar a possibilidade de solucionar problemas comuns por meio de acordos, de projectos conjuntos, decisões que apontam para soluções coordenadas, recomendações e propostas às autoridades competentes” (artigo 2º, Convenção Douro Superior – Salamanca).

O âmbito da área territorial da Comunidade de Trabalho é formado, em Portugal, pelas áreas correspondentes aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, que constituem a Associação de Municípios de Fins Específicos do Douro Superior e, em Espanha, pelo território da província de Salamanca, sem prejuízo do especial interesse deste acordo para os Municípios das Comarcas de Vitigudino e Ledesma.

Por último, mais recentemente teve lugar a constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça DUERO - DOURO que foi apresentado oficialmente no dia 7

---

<sup>7</sup> Doravante designada Convenção Zamora-Bragança.

<sup>8</sup> Doravante designada Convenção Douro Superior – Salamanca.



de Março de 2009 em Miranda do Douro e que tem a sua sede no município de Travanca e contava inicialmente com 102 municípios espanhóis das províncias de Zamora e de Salamanca e 68 Câmaras municipais portuguesas.

#### 3.4.3. *Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castilla y León*

A Comunidade de Trabalho surgiu como “um instrumento que favorece a continuidade, a coerência e o incremento da cooperação transfronteiriça, contribuindo para o desenvolvimento das regiões e reforçando as suas relações de boa vizinhança ao harmonizar critérios de acção.” (pp. 21 e 22, Documento sobre a Comunidade de Trabalho Castilla y León – Norte de Portugal), tendo por objectivo “promover uma dinâmica de encontros regulares, para tratar de assuntos de interesse comum, trocar, informações e coordenar iniciativas” (p. 4, *ibid.*). A Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castilla y León actuará, através de Comissões Sectoriais, em 10 sectores centrais: Infra-estruturas, Transportes e Comunicações; Empresa e Indústria; Saúde; Infra-estruturas Tecnológicas; Formação e Educação; Agricultura e Pecuária; Património, Turismo e Ambiente; Universidades. Recentemente, este acordo foi adaptado ao Tratado de Valência (Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha entre Instâncias e Entidades Territoriais), passando a actuar com quatro Comissões Sectoriais: Competitividade, formação, emprego e inovação, Património natural, cultural e turismo, Cooperação institucional e políticas sociais, Território Douro-Duero.

A necessidade de intensificar as relações de cooperação entre ambas as regiões e desta forma melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da fronteira e conseguir uma maior coesão territorial, económica e social levaram recentemente à adaptação do Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho anteriormente mencionado ao Tratado de Valência, cumprindo assim os prazos estabelecidos no mesmo.

Assim em 27 de Janeiro de 2009 teve lugar a assinatura do Convénio de Cooperação Transfronteiriça entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e a Junta de Castilla y León durante o III Plenário da Comunidade de Trabalho.

Para além do cumprimento legal dos prazos estabelecidos no Tratado de Valência, pretendia-se reforçar e dinamizar a dita Comunidade de Trabalho e reorganizar as Comissões Sectoriais e Territoriais de modo a que estas possam ser mais dinâmicas e possam reflectir as prioridades em matéria de cooperação transfronteiriça e inter-



regionais definidas pelo Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, pelo Programa Operacional FEDER de Castilla Y León 2007-2013, pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal 2007 – 2013, pelo Memorando de Entendimento sobre Cooperação Transfronteiriça entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional do Governo de Portugal e a Junta de Castilla y León, bem como pelos diferentes Planos Territoriais e Sectoriais que afectam o Norte de Portugal e Castilla y León.

#### *3.4.4. Estratégia Conjunta de Cooperação Castilla y León – Norte de Portugal*

Em 6 de Maio de 2009 é subscrito o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Transfronteiriça entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional do Governo de Portugal e a Junta de Castilla y León. Assinam o dito documento as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Centro de Portugal, la Junta de Castilla y León assim como o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional de Portugal.

Através do Memorando revêem-se os fundamentos institucionais da cooperação estabelecida de forma bilateral, desde o início da última década do século passado. São neste contexto relevadas tanto a criação e o funcionamento das Comunidades de Trabalho como as consequências decorrentes da própria implementação do Tratado sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, assinado em 2002 entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa e entrado em vigor em 2004.

Este Memorando de Entendimento assume, de forma inovadora, que as partes subscritoras se dispõem a promover as actuações necessárias ao estabelecimento de uma estratégia conjunta de cooperação transfronteiriça tanto entre Castilla e León e o Norte de Portugal como com o Centro de Portugal, com "... o objectivo fundamental de fomentar uma maior coesão social, económica e territorial bem como com o fim último de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos dos nossos territórios, em particular dos transfronteiriços."

O referido documento, define, em concreto, no seu ponto segundo, que, no que à ligação entre Castilla y León e a região Norte diz respeito, as relações inter-regionais se articulam em torno do Rio Douro enquanto elemento integrador que atravessa ambos os territórios ao longo de 900 km, integrando grande parte da linha de fronteira mas



também através do “corredor del Duero” CEP 4: A11 / CEP (Corredores Estratégicos Principais) que se ligam ao eixo rodoviário português IP4/A4/E82.

Mas, tal documento constitui-se, sobretudo, num guião de intervenções prioritárias ao identificar o conjunto de “objectivos básicos” a prosseguir através das diferentes actuações, planos, programas e projectos que tanto a Junta de Castilla y León como o Governo de Portugal têm vindo a implementar, objectivos que se identificam seguidamente:

- Promover a competitividade e o desenvolvimento económico e equilibrado e sustentável do território do Douro;
- Compatibilizar o desenvolvimento económico com a protecção natural e cultural do território do Douro;
- Estruturar uma Rota do Património da Humanidade ao longo do rio Douro, envolvendo as duas regiões;
- Promover a reabilitação para fins turísticos da linha férrea entre Pocinho e Salamanca;
- Assegurar a coesão económica do território do Douro através da intervenção em domínios como o aumento dos fluxos comerciais e do investimento directo transfronteiriço, a logística e transportes, a intensificação das actividades de cooperação universitária assim como de investigação e desenvolvimento conjunto, o turismo, o desenvolvimento rural, o aproveitamento das oportunidades disponibilizadas pelos recursos naturais e energéticos.
- Assegurar a coesão social no território de fronteira através da intensificação da cooperação de proximidade;
- Assegurar a coesão territorial através da dinamização dos projectos estruturantes, principalmente os relacionados com o Plano Regional de âmbito territorial “Valle del Duero” e da Estrutura de Missão para o Douro, e no contexto destes dois, através da infra-estrutura denominada “Cúpula del Duero” na zona fronteiriça do rio, como projecto emblemático;
- Facilitar a coordenação de todas as Administrações Públicas em favor de um tratamento homogéneo do território do Douro;
- Melhorar as infra-estruturas para o desenvolvimento do território do Douro.

O carácter indicativo decorrente da assinatura de tal Memorando de Entendimento torna-o numa referência incontornável face às intervenções a implementar já desde a data da respectiva assinatura, tanto no que respeita a documentos de planeamento de ordem



estratégica como a intervenções concretas, sejam elas de âmbito infra-estrutural ou imaterial.

A circunstância de o mesmo documento contemplar também a ligação entre a Castilla y León e a região Centro deve motivar, tanto quanto seja possível, uma análise integrada pela parte portuguesa, nomeadamente em matérias como as ligações rodoviárias ou os aspectos associados ao Ambiente e ao Ordenamento do Território.

### **3.5. A Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro**

Não constituindo uma instituição de cooperação transfronteiriça, a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro<sup>9</sup>, enquanto instituição cuja área de intervenção abrange a Região do Douro, terá naturalmente de ser incluída no plano de cooperação entre a Região Norte e a Região de Castilla y León.

A Estrutura de Missão, criada em 2006 (Resolução do Conselho de Ministros nº. 116/2006) apresenta como missão “dinamizar acções para o desenvolvimento integrado da Região do Douro e promover a articulação entre as entidades da administração central e local com competências na região, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil” (vd. ponto 1 da Resolução 116/2006). Neste âmbito, a Estrutura de Missão está incumbida de levar a cabo acções que contribuam para o **desenvolvimento integrado do Douro**. Os projectos de cooperação a desenvolver com Castilla y León, no âmbito deste plano de cooperação, deverão certamente contribuir para a prossecução da missão da Estrutura de Missão do Douro.

---

<sup>9</sup> Doravante designada por Estrutura de Missão.



Norte de Portugal – Castilla y León  
COMUNIDADE DE TRABALHO COMUNIDAD DE TRABAJO

COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013 | PLANO DE ACÇÃO

## 4. Diagnóstico Socioeconómico e Territorial

Analisa-se, neste ponto, a situação socioeconómica e territorial da região do Norte e da Comunidade Autónoma de Castilla y León, bem como a sua evolução no período mais recente, tomando como referência a média da União Europeia a 25 e a 15, de Portugal e de Espanha. Tomou-se como ponto de partida os diagnósticos realizados no PO SUDOE, bem como, no POCTEP, actualizando a informação estatística sempre que possível.

### 4.1. Norte de Portugal – Castilla y León

De acordo com o POCTEP (p. 5) o âmbito geográfico básico da cooperação Norte de Portugal – Castilla y León (Norte\_CyL) integra as NUTS III de Alto Trás-os-Montes (sector sul), Zamora, Douro e Salamanca (sector norte). No mesmo documento (ib.) estabelece-se como zonas adjacentes, do lado português, as NUTS III do Grande Porto, do Ave e do Tâmega, no que à Região do Norte respeita, e de León, de Valladolid e de Ávila, para Espanha e Castilla y León. Contudo, ao incluir na página seguinte a referência às áreas de cooperação do subprograma Castilla y León – Norte, no quadro do INTERREG III, de algum modo se sugere que, no caso vertente, as áreas adjacentes pertinentes serão, do lado português, o Cávado, o Ave e o Tâmega, mantendo-se León, Valladolid e Ávila, do lado espanhol.

**Quadro 4- Programa de Cooperação Norte de Portugal - Castilla y León – Âmbito geográfico básico e zonas adjacentes**

<b>País</b>	<b>Âmbito Básico</b>	<b>Zonas Adjacentes</b>
<b>Portugal</b>	Alto Trás-os-Montes (sector sul) Douro	Cávado Ave Tâmega
<b>Espanha</b>	Zamora Salamanca (sector norte)	León Valladolid Ávila

Fonte: POCTEP, pp. 4-6



## **4.2 Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais no Território de Fronteira Norte – Castilla y León**

### *4.2.1. Dinâmicas demográficas*

As zonas de fronteira têm vindo a perder peso no contexto da população residente na Península Ibérica, não obstante terem registado, no seu conjunto, ganhos demográficos de 1991 a 2004 (POCTEP, p. 18). Apresentam-se como zonas de reduzida densidade populacional face ao valor médio registado, em idêntico período, no conjunto Portugal-Espanha (ib.)

No que concerne às áreas básicas de cooperação da Região Norte com a Comunidade Autónoma de Castilla y León, observa-se um declínio, em valor absoluto, da população residente. Em consequência, as NUTS III em causa perdem expressão no contexto regional e nacional e distanciam-se, em termos de densidade demográfica, dos valores observados quer na região<sup>10</sup> quer no país.

Em conclusão, as estimativas populacionais mais recentes, confirmam e acentuam as dinâmicas de regressão já apresentadas no POCTEP: trata-se de territórios que conjugam uma densidade populacional débil com taxas regressivas de crescimento populacional (-0,29% entre 2001 e 2003 e -0,24% entre 2003 e 2007).

---

<sup>10</sup> Exceptuando Castilla y León, cuja densidade populacional é inferior às das NUTS III consideradas.



**Quadro 5– População, densidade populacional e população com 65 e mais anos de idade, nas áreas básicas de cooperação da fronteira Castilla y León-Norte de Portugal**

Regiões	População (milhares)			Densidade Populacional (hab/ Km <sup>2</sup> )			% Pop. Res. com 65 ou mais anos de idade	
	2001	2003	2007	2001	2003	2006	2001	2007
Espanha	41116	42717	45200	80.5	83.0	87.2	15	16,7
Castilla y León	2479	2487	2528	-	26.1	26.8	22,7	22,5
Zamora	202.3	199.6	197.2	19.2	18.7	18.7	27,9	28.3
Salamanca	350.2	348.2	351.3	28.4	28	28.6	23,1	23.5
León	499.5	495.9	497.3	-	31.2	32	24,3	24,6
Valladolid	497.9	506.3	521.6	-	61.9	64	17,3	17,8
Ávila	163.8	165.4	168.6	-	20.3	20.8	26,3	24,9
Portugal	10329	10474	10617	112.3	113.6	114.9	16,4	17.4
Norte	3667	3711	3745	172.4	174.0	175.7	14	15.3
Alto Trás-os-Montes	220.7	220.7	216.2	27	27	26.7	22,7	24.0
Douro	219	217.9	212.1	53.4	53.2	52.3	20	20,3
Cávado	392.5	401.1	411.3	315.1	320.5	328.1	11,8	12,7
Ave	508.2	516.3	524	407.9	412.8	419.3	11,4	12,9
Tâmega	548.6	555.4	560.6	209.5	211.5	213.8	11,8	12,5
Fronteira (Zamora-Salamanca-Alto TOM-Douro)	992.2	986.4	976.8	28.2	28.0	27.8	23,5	23,8

Fonte: INE, Portugal, Censos 2001 e Anuário Estatístico da Região Norte, 2008  
Instituto Nacional de Estadística, España, Cifras de Población y Censos demograficos, Población por sexo, comunidades y provincias y edad, in <http://www.ine.es>

Além disso, observa-se nas áreas de fronteira o acentuar do envelhecimento da população, relativamente aos valores médios apresentados, no POCTEP, para as zonas de fronteira. De facto, sendo estes já superiores à média ibérica (ib., p. 17), em Zamora a população residente com 65 anos e mais representa, em 2007, 27,9% dos residentes (a média homóloga para a fronteira Castilla y León-Norte de Portugal é de 23,7%, para o conjunto das duas regiões é de 18,8%, e para o espaço ibérico de 17,0%), e no Alto Trás-os-Montes 24,0%. Acresce que os dados mais recentes apontam para um aumento do peso relativo da população com 65 anos e mais, com valores para a fronteira acima dos valores homólogos nacionais e regionais (vd. Quadro 5).

Outro factor demográfico que diferencia as zonas fronteiriças dos valores médios nacionais é o baixo nível de formação da população. Em 2001, 18,64% da população fronteiriça carecia de qualquer tipo de estudos, em contrapartida a média ibérica era de 13,15% (POCTEP, p. 24). Observa-se no Douro e no Alto Trás-os-Montes uma situação pior do que a média nacional (14,3%) e ibérica (13,15%), em 2001: no Douro, 17,4% da população não tinha qualquer tipo de estudos e, no Alto Trás-os-Montes esse valor ascendia aos 19,2%. Os dados disponíveis para 2006/2007 (INE, 2008, Anuário



Estatístico da Região Norte 2007, vol. I, quadro 11.2.1) mostram que as NUTS III do Douro e do Alto Trás-os-Montes continuam a apresentar indicadores de educação piores do que os nacionais e regionais, nomeadamente taxas de retenção no ensino básico acima das médias indicadas e taxas de transição/conclusão no ensino secundário inferiores a essas mesmas médias. Ao contrário, a província de Salamanca, com 16,25% da população com estudos superiores, afirma-se pela positiva (POCTEP, p.24).

**Quadro 6 – Tendências da dinâmica populacional nas áreas básicas de cooperação da fronteira Castilla y León-Norte de Portugal**

<b>Indicador</b>	<b>Tendência na zona de fronteira</b>
Taxa de crescimento da população residente	No conjunto da zona considerada, perdas de população em termos absolutos. A densidade populacional é significativamente inferior à observada em cada um dos espaços nacionais.
Peso das regiões no total ibérico	[Norte de Portugal] 1,9% em 2001 e 1,8% em 2007 [Castilla y León] 0,04% em 2001, e 0,04% em 2007
Envelhecimento da população na fronteira (Zamora - Salamanca - Alto Trás-os-Montes - Douro)	População cada vez mais envelhecida. [Alto Trás-os-Montes - Douro] Em 2001 21,3% da população tinha mais de 65 anos e, em 2007 esse valor ascendia a 22,1% (face aos 15,3% da média regional em 2007). [Zamora - Salamanca] Em 2001 25,6% da população tinha mais de 65 anos e, em 2007 esse valor ascendia a 25,5% (face aos 22,4% da média regional em 2007).
Nível de escolaridade	Não disponível mas, em 2006/2007, indicadores de sucesso escolar piores do que a média nacional e regional. [Castilla y León] A percentagem dos que completaram estudos de nível médio e alcançaram um diploma universitário é superior à média nacional. Segundo o "Panorama de la Educación. Indicadores de la OCDE 2008 (Informe Pisa), que avalia as competências científicas dos alunos do ensino secundário obrigatório, estes situam-se acima da média dos países da OCDE e da média nacional.
Grau de analfabetismo	Tendencialmente superior à média nacional no Norte de Portugal (8,70% de média nacional). Em Castilla y León, a taxa de analfabetismo é de 1,0%, inferior à média nacional (2,4%).

Fonte: Elaboração própria. DG Estadística de la Junta de Castilla y León con datos del INE "Censo Población y Viviendas 2001"

Em traços gerais pode afirmar-se que o território de fronteira pertinente, do lado português e castelhano-leonês, se caracteriza por:

- perdas populacionais no período 1991-2001, que se acentuam, em algumas sub-regiões, no período 2001-2007;
- perda do peso relativo no contexto nacional e ibérico;
- fraca densidade populacional;
- elevado peso relativo da população com 65 anos e mais e aumento do peso relativo deste grupo etário de 2001 para 2007;
- elevado peso relativo da população sem qualquer tipo de estudos e menor peso relativo da população com estudos superiores.



#### 4.2.2. Dinâmicas de Actividade e Emprego<sup>11</sup>

Em regra, em Portugal, as regiões de fronteira consideradas apresentam taxas de actividade superiores à média nacional. Contudo, em Espanha, a tendência aponta para menores taxas de actividade nas regiões de fronteira, face à média nacional.

As taxas de desemprego convergem, de um lado e de outro da fronteira, em resultado da diminuição acentuada das taxas de desemprego em Espanha, de 2001 para 2006, e da evolução de sinal contrário, observada em Portugal no período homólogo. De acordo com o INE (2008b), a taxa de desemprego em 2007 cifrava-se em 8,1% e 8,3%, para Portugal e para Espanha, respectivamente, apresentando as regiões do Norte<sup>12</sup> e de Castilla y León valores compreendidos entre os 7 e os 10% (ib., p. 20). Dados mais recentes<sup>13</sup>, indicam que a taxa de desemprego, no terceiro trimestre de 2008, em Castilla y León estaria abaixo da média nacional de Espanha (9,35% e 11,33%, respectivamente).

As NUTS III consideradas apresentam também uma taxa de crescimento do emprego inferior à nacional, de que resulta uma perda da importância relativa destas regiões, nos correspondentes totais nacionais. Há contudo uma diversidade de comportamentos, sendo de referir que em Salamanca e Zamora se observa, no início da década, uma forte expansão do emprego.

**Quadro 7 – Taxa de actividade, taxa de desemprego e repartição do emprego por sector de actividade, nas áreas básicas de cooperação**

	Taxa de actividade		Taxa de desemprego		Sectores de actividade					
					Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Espanha	43,9	49,1	10,5	8,3	5,8	5,1	30,9	30,1	63,3	64,8
Castilla y León	40,5	45,7	10,1	7,2	12,4	10,9	29,1	29,4	58,5	59,7
Zamora	33,7	39	8,7	8,2	19,1	18,6	26,1	23,7	54,8	57,7
Salamanca	43	41,7	13,4	8,9	7,9	7,4	23,4	22,7	68,7	69,9
Portugal	51,6	52,9	4,0	8	12,8	11,8	31,8	28,7	55,4	59,5
Norte	51,7	53	3,7	9,4	12,7	12,5	42,6	38,3	44,7	49,2
Alto Trás-os-Montes	57,4	53	-	7,1	49,2	46,5	13,7	12,4	37,1	41,1

<sup>11</sup> Seguimos neste ponto o POCTEP, pp.18-20.

<sup>12</sup> De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região do Norte, 2007, a taxa de desemprego na região, seria, em 2007, de cerca de 9,38%.

<sup>13</sup> In INE, Notas de prensa, in <http://www.ine.es/daco/daco42/daco4211/epapro0308.pdf>



Douro	47,4	57,1	4,4	8,7	44,6	42,1	14,5	13,8	40,9	44,1
-------	------	------	-----	-----	------	------	------	------	------	------

Fonte: INE, Portugal, Censos 2001 e Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos  
Instituto Nacional de Estadística, España, in <http://www.ine.es>

A estrutura económica nas áreas básicas de cooperação, pode caracterizar-se por uma especialização relativa, face às médias nacionais respectivas, nas actividades primárias, muito mais marcada do lado português, e por uma sub-representação das actividades do sector secundário e, sobretudo, dos serviços, exceptuando, neste último caso, Salamanca, uma vez que as actividades do terciário assumem nesta região um peso relativo superior ao que assumem a nível nacional.

Na agricultura, na região abrangida pela cooperação Norte - Castilla y León sobressai a produção de vinho e de azeite, de primores e de produtos biológicos e tradicionais, muitas vezes com denominação de origem, e a floresta. O sector tem um peso muito elevado no PIB da região do Douro e da região do Alto Trás-os-Montes.

Quanto às actividades secundárias, continua a observar-se um retrocesso do seu peso relativo na estrutura do emprego regional.

Os serviços reforçam o seu peso relativo na estrutura do emprego, apesar do peso relativo destas actividades se encontrar, nas zonas de fronteira, muito abaixo das médias nacionais respectivas, à excepção de Salamanca, como referido.

**Quadro 8 - Tendências das dinâmicas de actividade e de emprego nas áreas básicas de cooperação**

Indicador	Tendência na zona de fronteira
Taxa de Actividade	Taxas de actividade mais elevadas do lado português do que do lado espanhol. Nas províncias espanholas consideradas as taxas de actividade são inferiores às nacionais, o mesmo não se observando do lado português.
Volume de Emprego	O emprego fronteiriço cresce mas a uma taxa menor que o ibérico. Em 2001 representa 1,9% do total ibérico, com tendência para a divergência.
Desemprego	As taxas de desemprego seguem tendências contrastadas em Portugal e em Espanha, mas as taxas regionais não se afastam muito das médias nacionais.
Motores de emprego	Maior dinamismo das actividades de construção e de obras públicas e do emprego terciário. Diferentes estruturas sectoriais com as NUTS III portuguesas a evidenciarem uma enorme dependência face ao sector primário.
Centro de emprego	Diversificação da base produtiva com actividades dinâmicas em diferentes ramos e territórios, designadamente em alguns centros urbanos e corredores transfronteiriços.
Mercado laboral transfronteiriço	Escassa mobilidade transfronteiriça dos trabalhadores em ambas as direcções, dificultada pela insuficiente permeabilidade do território de



	fronteira e pela falta de serviços de informação para os trabalhadores (oferta/procura, formação, condições de vida e de trabalho, etc.).
--	---

Fonte: POCTEP e elaboração própria.

#### 4.2.3. Dinâmicas na produção, rendimento e produtividade<sup>14</sup>

No anterior período de programação, observou-se, nas áreas de fronteira, uma tendência de convergência do PIB. Apesar desse processo de convergência, no seu conjunto, as áreas de fronteira configuram “um espaço de desenvolvimento económico limitado, situado na periferia produtiva ibérica, com insuficiente capacidade de geração/atracção de novas iniciativas produtivas” (POCTEP, p. 20).

**Quadro 9 – PIB per capita, PIB por activo e repartição do VAB por sector de actividade, nas áreas básicas de cooperação**

	PIB per capita (€)		PIB per capita (€) UE-15=100		PIB por activo		PIB por activo (€) UE-15=100		Sector de actividade		
	2001	2005	2001	2005	2001	2006	2001	2006	Primário	Secundário	Terciário
									2005	2005	2005
UE-25	19726,9	22400,2	95,4	88,7	45,4	50	87,8	89,0	1,9	26,4	71,7
UE-15	20674,3	25245,5	100,0	100	51,7	56,2	100,0	100	-	-	-
Espanha	19398,5	23068,7	93,8	91,4	37,7	43,5	72,9	77,4	3,2	30	66,8
Castilla y León	17571,2	21717,9	85,0	86,0	37,1	43,5	71,8	77,4	7,3	31,9	60,8
Zamora	13740	17483,2	66,5	69,3	34,7	40,7	67,1	72,4	12,5	24,5	63
Salamanca	15848,7	19314	76,7	76,5	31,3	38,8	60,5	69,0	6,2	23,7	70,1
Portugal	15284,3	16891	73,9	66,9	24,3	26,9	47,0	47,9	2,8	24,6	72,6
Norte	12550,4	13399,4	60,7	53,1	19,9	21,2	38,5	37,7	2,2	33,1	64,7
Alto Trás-os-Montes	9479,6	11597,7	45,9	45,9	13,6	16	26,3	28,5	8,4	25,8	65,8
Douro	9686,9	11259,4	46,9	44,6	16,9	18,1	32,7	32,2	9,2	19,9	70,9

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região do Norte e Eurostat

Os dados mais recentes mostram contudo que as trajetórias regionais e sub-regionais são diversas. Assim, enquanto Castilla y León converge para a média da UE-15, no período considerado, quer em termos de PIB per capita quer de PIB por activo, a Região do Norte evidencia uma trajetória de divergência. Note-se que o Alto Trás-os-Montes mostra uma tendência de convergência, em termos de PIB por activo, e o Douro um afastamento menos acentuado que o registado na Região do Norte. Por seu turno Zamora e Salamanca apresentam, em regra, uma tendência de convergência.

<sup>14</sup> Seguimos aqui a caracterização constante do POCTEP, pp. 20 a 22.



Os valores do PIB *per capita* e do PIB por activo permanecem abaixo da média da UE-15, em especial nas NUTS III portuguesas, com relevo para o Alto Trás-os-Montes e Douro.

As áreas de fronteira são relativamente especializadas nas actividades do sector primário, com especial relevância para o Alto Trás-os-Montes e o Douro. O mesmo acontece, em Espanha, nas províncias de Zamora e Salamanca. Em regra, a especialização relativa nas actividades do sector primário é acompanhada por uma sub-especialização ao nível do secundário e do terciário. No entanto, a região do Alto Trás-os-Montes apresenta também um pólo de especialização relativa no sector secundário.

Quanto ao sector terciário há que registar que as NUTS III do Douro e de Alto Trás-os-Montes apresentam um peso relativo deste sector inferior à média nacional mas acima da média da Região do Norte. Do lado espanhol, Salamanca apresenta uma especialização relativa no sector, devido sobretudo ao turismo e aos serviços e comércio que lhe estão associados, e à educação. Em Zamora há uma sub-representação do sector que, em 2006, não representava senão 63% do PIB.

Por último refira-se que as estruturas das economias das NUTS III em causa não são muito diferentes, quando se analisa a repartição sectorial do VAB.

**Quadro 10 - Tendências das dinâmicas de produção, rendimento e produtividade nas áreas básicas de cooperação**

Indicador	Tendência na zona de fronteira
<b>Rentabilidade:</b> PIB por habitante em relação à UE-15	Ligeira tendência para convergência do lado espanhol, tendência inversa do lado português; valores das NUTS III nacionais cerca de 20 a 30 pontos percentuais abaixo dos observados em Zamora e Salamanca.
<b>Produtividade:</b> PIB por activo em relação à UE-15	Tendência para a convergência; NUTS III nacionais com valores inferiores em 30 pontos percentuais ou mais, face às congéneres espanholas.

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.4. Dinâmicas em Equipamentos e Serviços<sup>15</sup>

As dotações infra-estruturais face aos valores ibéricos devem ser interpretadas à luz da especificidade destes territórios e da natureza dos equipamentos. De facto, a escassa densidade populacional pode implicar que os indicadores ponderados pela população apresentem valores elevados, sobretudo dado o carácter básico e de proximidade de determinados equipamentos.

<sup>15</sup> Seguimos aqui a caracterização do POCTEP, pp. 22-23.



### *Equipamentos e serviços de saúde*

Os indicadores habitualmente utilizados para medir a dotação de um território em equipamentos e serviços de saúde indicam que, face aos correspondentes valores nacionais, as áreas de fronteira portuguesas, estão sub equipadas, com valores inferiores à média nacional e regional, em especial no que respeita ao número de médicos. Sem embargo, em Salamanca, este número supera as respectivas médias nacional e regional, devido em parte à presença de centros hospitalares e de investigação especializados.

**Quadro 11 – Equipamentos e serviços de saúde, nas áreas básicas de cooperação portuguesas**

	Hospitais por cem mil habitantes	Camas em hospitais por mil habitantes	Médicos por mil habitantes
	2005	2005	2005
Espanha	1,73	3,36	4,6
Castilla y León	1,66	3,97	5,0
Zamora	1,01	3,31	4,31
Salamanca	0,57	3,48	6,22
Portugal	1,93	3,6	3,4
Norte	1,69	3,1	3,1
Alto Trás-os-Montes	0,93	3,3	2,1
Douro	1,82	2,6	1,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte 2005; INE España, Estadística de Indicadores Hospitalarios 2005. D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León con datos del INE.

### *Educação e formação profissional*

As tendências demográficas destes territórios reflectem-se nos indicadores de educação, podendo observar-se uma quebra na procura de equipamentos de ensino básico e secundário, em resultado do progressivo envelhecimento da população, não obstante o carácter universal e obrigatório deste tipo de ensino. Já quanto ao ensino pré-escolar, a evolução dos indicadores reflecte, por um lado, o carácter mais recente do apetrechamento dos territórios neste tipo de equipamentos e, por outro lado, o reflexo de fluxos migratórios recentes.

No ensino universitário, a evolução das NUTS III de fronteira aponta para um certo declínio do número de alunos, nos anos mais recentes. A universalização do acesso e as tendências demográficas regressivas podem explicar essa evolução. Por outro lado, dados recentes parecem indicar que os estudantes universitários tendem a permanecer



na proximidade da sua residência, o que favorece as instituições de ensino superior das zonas de fronteira. A especialização dessas instituições em áreas científicas específicas, orientadas para a formação de recursos humanos com qualificações adequadas às necessidades da economia local, poderia contribuir para a formação de centros de excelência locais e revelar-se, simultaneamente, um factor de atracção.

Note-se a maior propensão para a inscrição no ensino profissional, no Douro, comparativamente à média nacional e regional.

**Quadro 12 – Educação e formação profissional, nas áreas básicas de cooperação portuguesas**

	Taxa de escolarização no ensino superior	Proporção de inscritos em áreas de C&T no ensino superior	% alunos matriculados em ensino profissional no total de alunos matriculados no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário
	2006/2007	2006/2007	2006
España	-	-	-
Castilla y León	-	-	7,7
Zamora	-	-	-
Salamanca	-	-	-
Portugal	28,1	29,8	7,6
Norte	24,7	31,1	7,4
Alto Trás-os-Montes	30,6	22,6	7,3
Douro	27,4	35,1	10,2

Fonte: INE, 2008, Anuário Estatístico da Região Norte, 2007

#### *Equipamentos culturais, recreativos e desportivos*

A oferta de equipamentos culturais públicos (museus e colecções museográficas; espaços cénicos estáveis e salas de concertos) tem vindo a crescer, aproximando as áreas de fronteira das médias nacionais. Já no que refere aos equipamentos privados, permanece uma situação de sub dotação no Norte de Portugal, que pode eventualmente agravar-se dadas as perdas demográficas observadas. Em Castilla y León, mantêm-se valores similares à média nacional para equipamentos culturais privados (cerca de 30% para museus privados, e cerca de 20% para outros recintos culturais privados).

Os dados do Quadro 13 indicam, para o Norte de Portugal, uma situação de sub dotação mas também uma menor propensão para visitar os equipamentos e uma taxa de ocupação inferior, nas NUTS III consideradas. Ao contrário, em Castilla y León, a oferta de museus e de colecções museográficas duplica a média nacional, sendo semelhante a esta no que respeita a outro tipo de recintos culturais (espaços cénicos e salas de concertos).



### Quadro 13– Equipamentos culturais e recreativos

	Museus por 100000 habitantes	Visitantes por museu	Recintos culturais por 100000 habitantes	Sessões por recinto
	2006	2006	2006	2006
España	3,40	39119	4,19	-
Castilla y León	9,91	27571	3,90	45,2
Zamora	7,09	-	3,04	43,1
Salamanca	7,93	-	4,24	48,95
Portugal	2,69	34123	3,51	65,8
Norte	1,95	30122	1,71	85,5
Alto Trás-os-Montes	0,32	13135	0,41	42,9
Douro	0,23	5759	0,61	44,1

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte, 2006. D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León con datos de la D.G. de Promoción e Instituciones Culturales de la Consejería de Cultura y Turismo. Ministerio de Cultura en [www.mcu.es/estadisticas](http://www.mcu.es/estadisticas)

### Equipamentos turísticos

No que respeita aos equipamentos turísticos deve, desde já, salientar-se que a área em estudo apresenta um conjunto de activos que pode sustentar uma oferta turística alternativa aos pacotes tradicionais de Verão (sol-praia-noite) e de Inverno (neve-ski), tanto mais interessante quanto se sustenta na excelência da paisagem, na preservação de determinados modos de vida e na qualidade dos equipamentos, orientando-se para segmentos de mercado de maior poder de compra e sem um comportamento cíclico tão acentuado – turismo rural e de natureza, estadias de curta duração, *spas* e termas.

### Quadro 14– Equipamentos turísticos

	Nº de estabelecimentos		Nº de quartos	
	2001	2006	2001	2006
España	16369	18304	685668	814890
Castilla y León	1501	1608	27715	33656
Zamora	131	113	1956	2111
Salamanca	224	250	4668	5949
Portugal	1781	2028	99120	117565
Norte	392	452	13776	17155
Alto Trás-os-Montes	58	61	1673	2009

Douro	34	36	1091	1141
-------	----	----	------	------

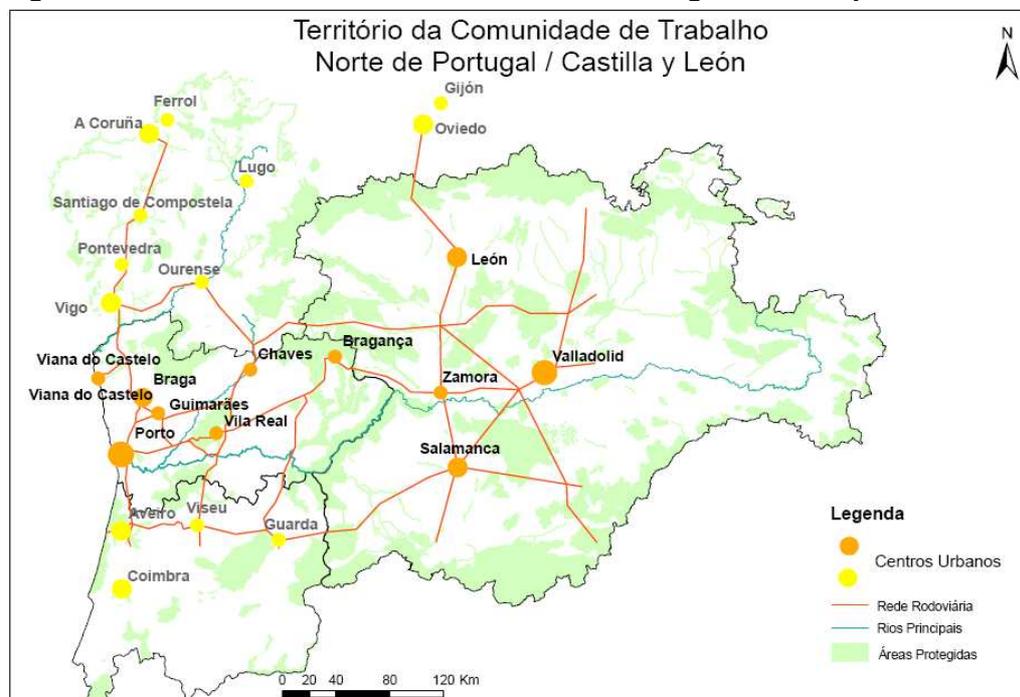
Fonte: INE, Portugal, Censos 2001 e Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos  
 Instituto Nacional de Estadística, España, en <http://www.ine.es>

Pode contudo observar-se, com excepção de Zamora, um retrocesso da importância relativa da oferta sub-regional no total regional, quer no que respeita ao número de estabelecimentos, quer no que respeita ao número de quartos.

#### 4.2.5. Dinâmicas a Nível de Infra-estruturas

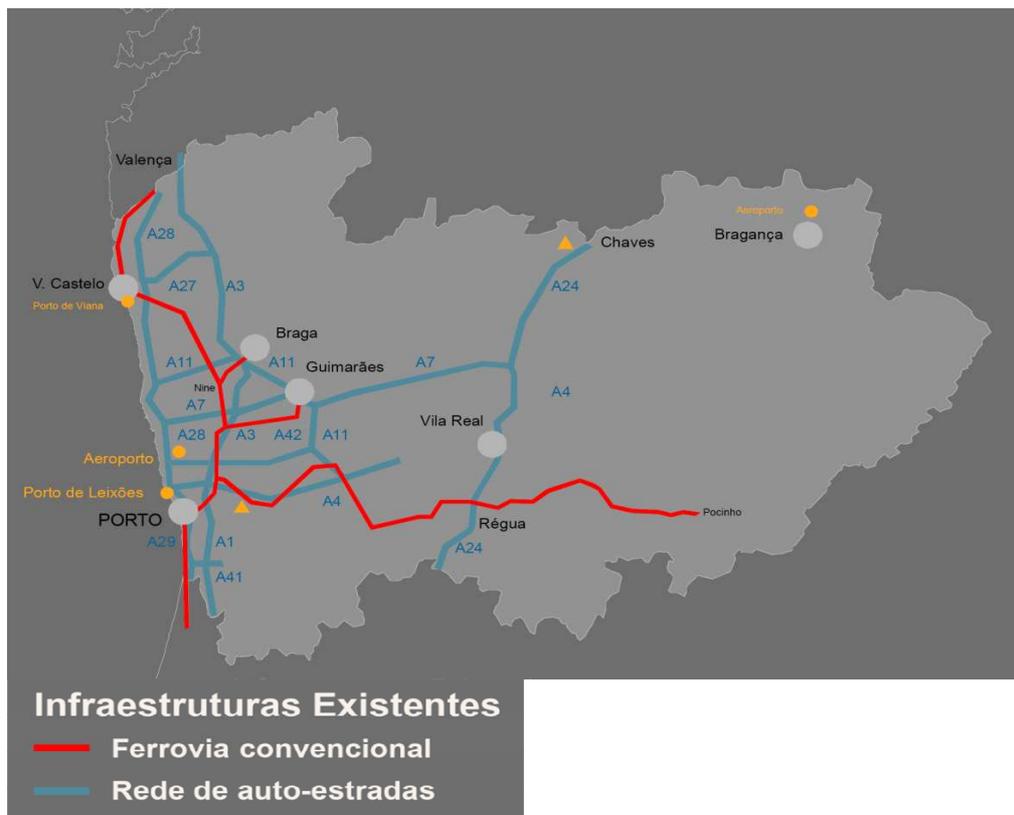
Nesta matéria, há a referir que, não obstante os avanços na Infraestruturação rodoviária do território, algumas áreas permanecem sub dotadas e com fracas condições de acessibilidade e de conectividade. Saliente-se, em primeiro lugar, que o reforço da acessibilidade e da conectividade incidiu, sobretudo, nas ligações à fronteira e às grandes áreas urbanas nacionais, em detrimento das ligações intrarregionais (vd. Figura 2). Em segundo lugar, refira-se o retrocesso, nestas áreas, das ligações ferroviárias, forçando o recurso ao transporte rodoviário de passageiros (vd. Figuras 2 e 3).

**Figura 2 - Redes rodoviárias no território Norte de Portugal – Castilla y León**

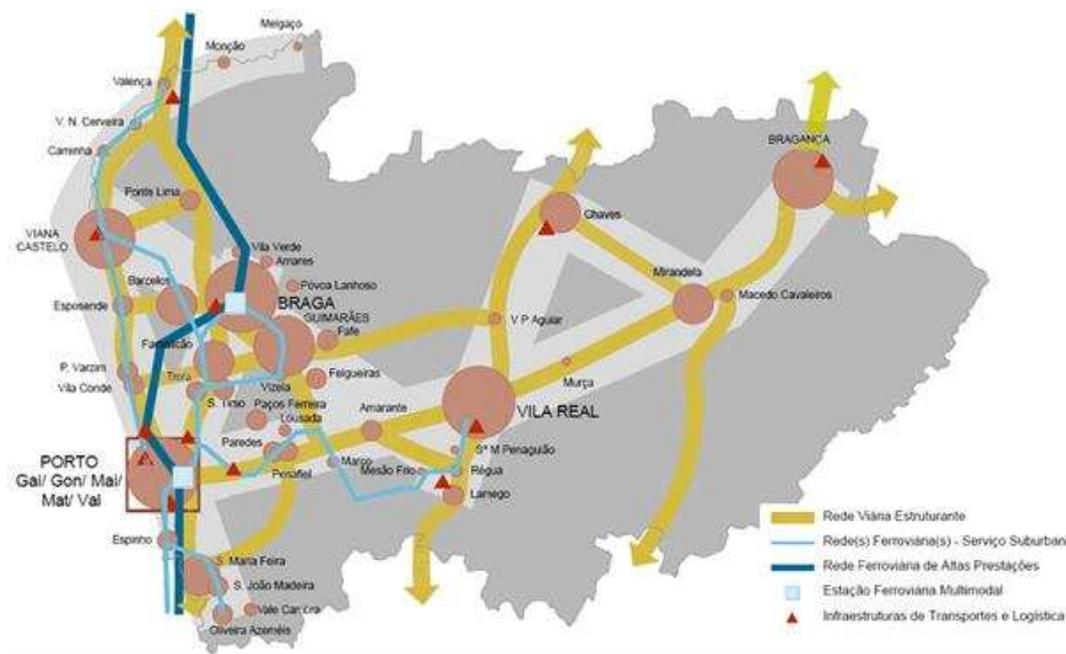


Fonte: CCDR-N e PROT-Norte

**Figura 3 - Rede Multimodal de transportes e conectividade: infra-estruturas existentes e cenário prospectivo**



### Cenário Prospectivo



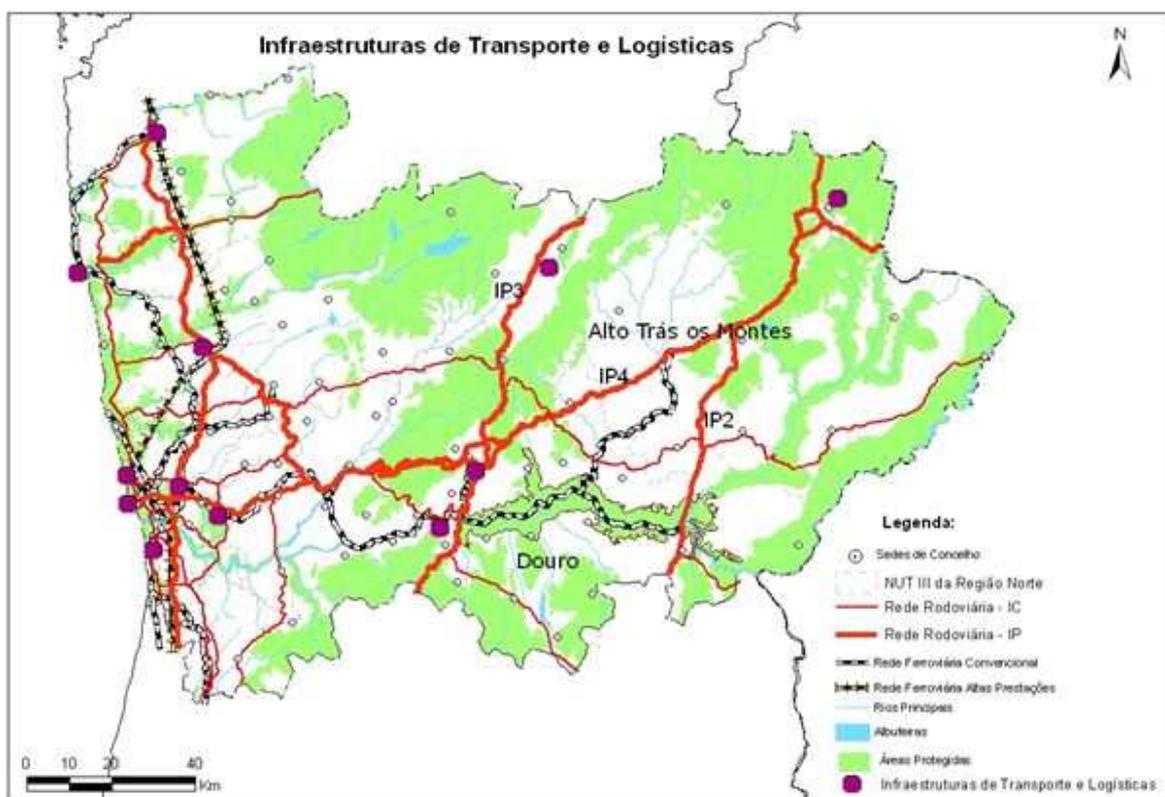
Fonte: CCDR-N e PROT-Norte

As plataformas logísticas e as infra-estruturas de transporte da região Norte estão apresentadas no mapa da figura 4, enquadradas pelas redes rodoviárias e ferroviárias. Nesta matéria a região Norte, de acordo com o diagnóstico de base do Plano de Acção

2008-2013 para a promoção da Mobilidade, Transportes e Logística no Norte de Portugal (p. 19 e seguintes), caracteriza-se por uma carência de espaços infra-estruturados (plataformas) de reorganização e crescimento e por uma matriz dispersa e não infra-estruturada em que estão a trabalhar inúmeros operadores logísticos, designadamente nos espaços envolventes das grandes infra-estruturas de transportes tais como o Porto de Leixões, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Terminal Multimodal de Valongo, etc., ou de unidades produtivas mais ou menos concentradas em zonas industriais consolidadas.

No transporte de mercadorias, os investimentos anunciados e, em alguns casos já concretizados, de construção de plataformas logísticas, bem como a rede de rodovias contribuem para melhorar a acessibilidade e consolidar as redes de comercialização nas áreas de fronteira. No Norte de Portugal, fazem parte da futura Rede Nacional de Plataformas Logísticas de Portugal (2008-2011) as plataformas logísticas de Valença do Minho, Chaves, Maia (Trofa) e o porto de Leixões, que se prevê que tenham conexão com o traçado da alta velocidade.

**Figura 4 – Infra-estruturas de transporte e logísticas no Norte de Portugal**



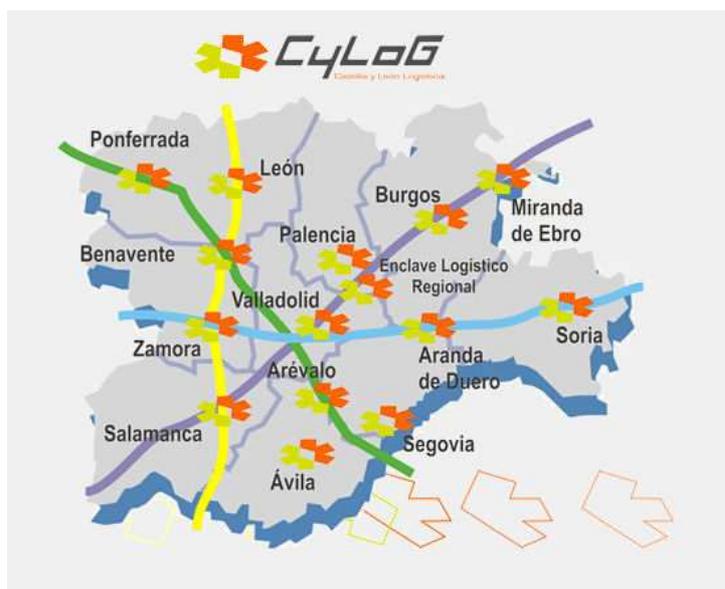
Fonte: CCDR-N



Por seu lado, o território de Castilla y León estende-se por mais de 94.000 km<sup>2</sup> (ocupa quase 20% do total nacional, e tem uma extensão superior à de Portugal), pelo que a sua rede de estradas é muito extensa e apresenta uma elevada dotação territorial (0,35 km/km<sup>2</sup> em Castilla y León, face a 0,31 km/km<sup>2</sup> de média nacional) e populacional (13,84 km/1000 habitantes, a mais elevada de Espanha). Segundo dados de 2006, o comprimento total é de 32.760 km, representando 19,7% do total nacional, sendo assim a rede mais extensa no conjunto das Comunidades Autónomas espanholas.

Num território tão amplo, observa-se uma dispersão das plataformas logísticas existentes (fig. 4), com o conseqüente risco de perda de competitividade, e a redução da influência e do potencial desta região no noroeste da Península (por outro lado, é uma saída natural das regiões Norte e Centro de Portugal para a Europa). Em apoio da estruturação do sector logístico na região, a Lei 3/2008, de 17 de Junho, que aprovou as Directrizes Essenciais de Ordenamento do Território de Castilla y León, considera estratégico para o desenvolvimento futuro da Comunidad potenciar o corredor do Duero, de Zamora a Soria por Toro, Tordesillas, Valladolid, Peñafiel, Aranda de Duero e El Burgo de Osma, o qual deve completar-se em direcção a Este, conectando-se com o Arco Mediterrânico através do corredor do Ebro e até França através do Pirinéu aragonês, assim como em direcção Oeste até ao Porto. Mesmo assim, Castilla y León considera prioritário o corredor que liga a cidade de León com Bragança, através de La Bañeza e de Sanabria que, complementando-se com a ligação entre León e as Asturias, permitirá a interconexão entre o Norte de Portugal e o mar Cantábrico. Algumas destas vias integram o Plano Regional de Estradas 2008-2020.

**Figura 5 – Infra-estruturas de transporte e logísticas em Castilla y León**



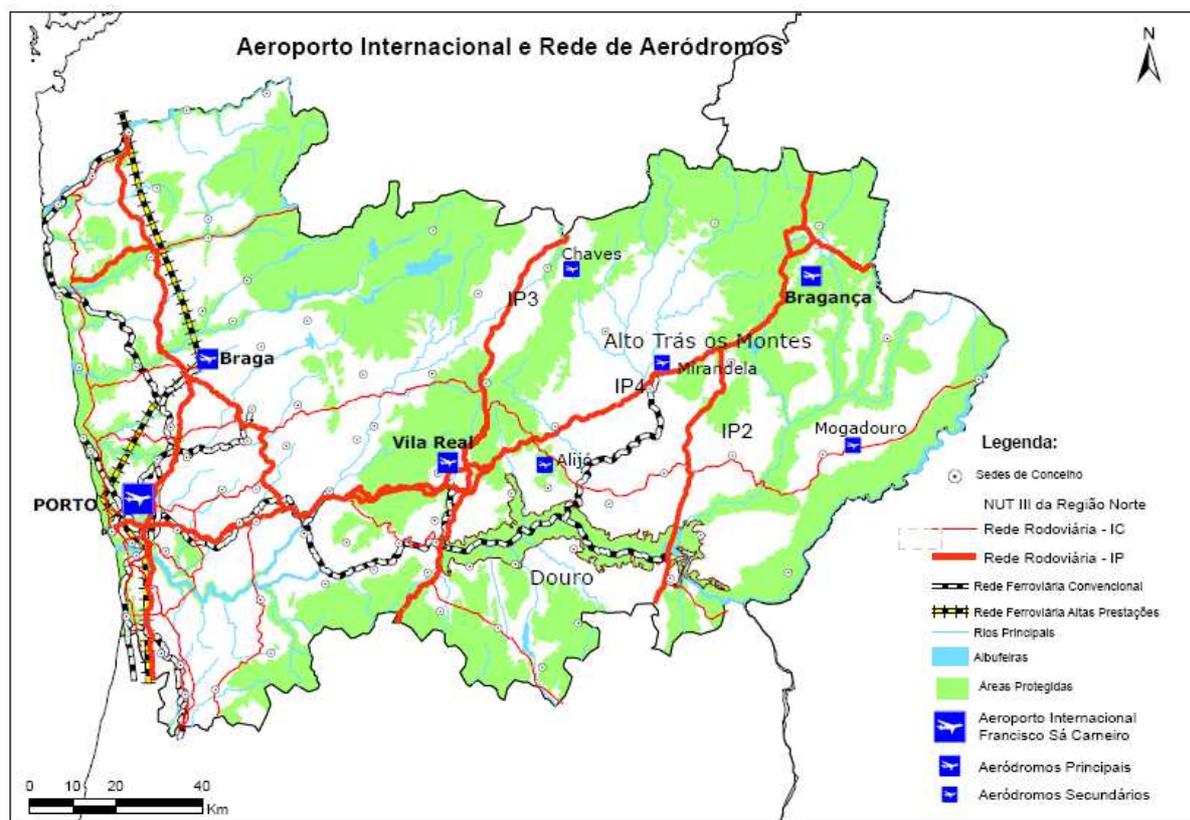
Fonte: Red Cylog de Castilla y León

Desde 2008, existe um acordo entre a plataforma logística de Salamanca e a Autoridade Portuária de Leixões (o porto de maior potencial no território português) para acelerar o crescimento conjunto e melhorar a competitividade de ambas. Mediante este acordo, Leixões garante através de Salamanca a continuidade do crescimento do seu tráfego portuário e os movimentos de armazenagem, assim como o incremento do transporte de mercadorias até Castilla y León e, desde esta região, ao resto da Europa.

Refira-se ainda a dotação de infra-estruturas aeroportuárias da região Norte. A Região dispõe de um aeroporto internacional (Aeroporto Francisco Sá Carneiro), dois aeródromos com tráfego regular (Vila Real e Bragança), cinco outros aeródromos abertos ao público (Maia, Braga, Chaves, Mirandela e Mogadouro) e dois aeródromos, de momento, encerrados (Espinho e Alijó). Existe ainda uma rede complementar de heliportos de maior proximidade que é fundamental, por exemplo, para efeitos de emergência médica e protecção civil.

Em Castilla y León, localizam-se quatro aeroportos nas imediações de Burgos, León, Salamanca e Valladolid. Este último, o que regista maior número de movimentos por ano, está aberto ao tráfego internacional. Em 2008, o aeroporto de Valladolid geriu quase meio milhão de passageiros, 13.000 movimentos de aeronaves e 35 toneladas de carga. Na região localizam-se, ainda vários aeródromos de uso privado, destinados a avionetas e ultraligeiros.

**Figura 6 – Infra-estruturas aeroportuárias**



Fonte: Orientações Estratégicas para o Sector Aeroportuário Nacional

Os consumos de energia eléctrica por habitante são baixos, face às médias nacionais respectivas, o que reflecte, por um lado, a fraca capacidade económica da população e, por outro lado, a debilidade da estrutura económica local e a ausência de grandes centros urbanos. Estes territórios apresentam, contudo, uma capacidade importante de produção de energia a partir de recursos renováveis tradicionais (água) bem como de novas fontes de energia (eólica, resíduos agrários e florestais).



**Quadro 15– Indicadores de infra-estruturas**

	Consumo de energia eléctrica por habitante (milhares de kWh)	% População servida por sistema público de abastecimento de água	% População servida por sistema público de drenagem de águas residuais	% População servida por sistema público de tratamento de águas residuais
	2006	2006	2006	2006
España	-	-	-	-
Castilla y León	4,9	100	-	85,5
Zamora	3,9	-	-	74,1
Salamanca	3,9	-	-	91,9
Portugal	1,3	90,6	75,9	69,7
Norte	1,3	82,5	66,4	64
Alto Trás-os-Montes	1,1	95,9	83,8	78,1
Douro	1	97	82	80

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, 2007, Anuário Estatístico da Região do Norte. D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León con datos del EREN (Ente Regional de la Energía de Castilla y León).

#### 4.2.6. Dinâmicas de Utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC)

Os indicadores de acesso e de utilização de novas tecnologias na região Norte estão abaixo da média nacional, ao contrário de Castilla y León, que apresenta valores superiores à média nacional. Realizou-se, nos anos mais recentes, um esforço muito importante de extensão do acesso aos equipamentos e serviços que viabilizam o uso das TIC, campanhas de iniciação ao uso de Internet entre os adultos e no mundo rural, quer pela implantação de equipamentos em serviços públicos (bibliotecas, salas multimédia), quer pela oferta local de cursos de formação, quer ainda pelos programas recentes de distribuição de equipamentos pelas escolas e pela população escolar. A estrutura etária da população residente e o custo, ainda assim elevado, de acesso às novas tecnologias, podem constituir obstáculos importantes à convergência com as áreas mais desenvolvidas.



**Quadro 16– Indicadores de acesso e utilização das TIC**

	% de utilizadores de computador no total da população residente (16 a 74 anos)		% de utilizadores de internet no total da população residente (16 a 74 anos)		% utilizadores de comércio electrónico no total da população residente (16 a 74 anos)	
	2002	2007	2002	2007	2002	2007
UE25	-	65	-	59	-	24
UE15	51	67	41	62	13	27
Espanha	20	57	20	52	2	13
Castilla y León	53,3	53,7	29,8	39,0	11,0	26,0
Zamora	31,3	46,1	22,6	38,6	16,2	18,5
Salamanca	47,0	58,9	31,7	42,8	18,7	24,6
Portugal	27	46	19	40	2	6
Norte	22	41	16	34	-	-
Alto Trás-os-Montes	-	-	-	-	-	-
Douro	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Portugal, Anuário Estatístico da Região Norte, vários anos.

Instituto Nacional de Estadística, España, in <http://www.ine.es>

D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León, "Estadística sobre las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones".

#### 4.2.7. Dinâmicas Ambientais<sup>16</sup>

As áreas fronteiriças são detentoras de um importante património natural e paisagístico grande parte do qual protegido por estatutos especiais (parques e reservas naturais, áreas húmidas, Rede Natura 2000). A construção de barragens e outras intervenções no território criaram bacias artificiais que têm vindo a ser aproveitadas para fins lúdicos, desportivos e turísticos. Trata-se de zonas de grande biodiversidade que constituem reservas de património natural, histórico e cultural que importa preservar.

Observa-se, contudo, no Norte de Portugal, um défice em infra-estruturas de tratamento de águas residuais, de recolha selectiva de resíduos e de protecção das áreas naturais e das florestas. Dados recentes relativos a indicadores de cobertura (Quadro 17) mostram, porém, que a proporção de população servida, nas NUTS III Douro e Alto Trás-os-Montes, é superior à observada quer a nível regional quer nacional.

Contudo em Espanha, como consequência da execução do Plano Nacional de Saneamento e Tratamento 1995-2005, mais de 90% da população está conectada a um sistema de tratamento. O volume de águas residuais urbanas tratadas apresenta, desde 1995, um aumento de 150%.

<sup>16</sup> Seguimos aqui a caracterização do POCTEP, pp. 25-26



**Quadro 17– Indicadores ambientais**

	% população servida por estações de tratamento de águas residuais	% população servida por sistema público de abastecimento de água	% população servida por sistemas de drenagem de águas residuais	% recolha selectiva de resíduos urbanos
	2006	2006	2006	2005
España	92	92	92	46,2
Castilla y León	-	-	-	83,9
Zamora	-	-	-	96,3
Salamanca	-	-	-	86,4
Portugal	70	91	76	6,0
Norte	64	82	66	5,6
Alto Trás-os-Montes	78	96	84	2,3
Douro	80	97	82	3,1

Fonte: INE, 2008, Anuário Estatístico da Região do Norte  
Instituto Nacional de Estadística, España, en <http://www.ine.es>  
D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León con datos de la Consejería de Medio Ambiente.

#### 4.2.8. Dinâmicas da Estrutura do Sistema de Povoamento<sup>17</sup>

Seguindo a tendência geral de concentração da população nas áreas urbanas, observou-se nestes territórios uma transferência da população em favor das áreas urbanas de média dimensão e das capitais regionais<sup>18</sup>.

**Quadro 18 – Distribuição da população residente segundo a dimensão dos lugares**

	Taxa de urbanização (% população residente em lugares de 10000 e mais habitantes)	% população residente em cidades estatísticas	
	2001	2004	2007
España	78,0	78,0	80,0
Castilla y León	54,85	55,54	55,65
Zamora	40,8	42,0	43,0
Salamanca	57,1	57,7	56,6
Portugal	37,7	38,1	38,5
Norte	36,2	36,5	36,9
Alto Trás-os-Montes	22,9	27,9	28,3
Douro	7,3	21,1	23

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2004 e 2007.  
Instituto Nacional de Estadística, España, en <http://www.ine.es>  
D.G. de Estadística de la Junta de Castilla y León con datos del INE.

<sup>17</sup> Seguimos aqui a caracterização do POCTEP, pp. 27

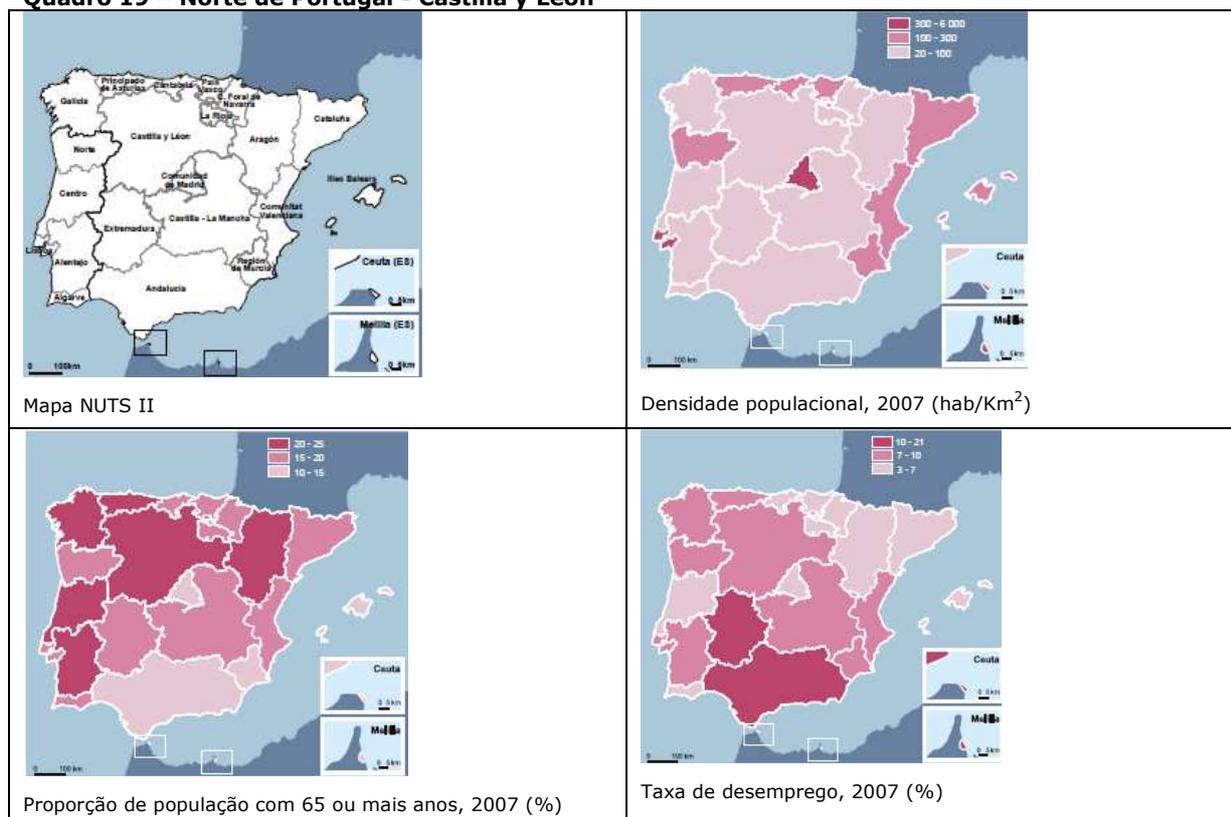
<sup>18</sup> Na ausência de regionalização, estas correspondem, em Portugal, no espaço em análise, às capitais de distrito: Vila Real e Bragança.

### 4.3. Diagnóstico do Território de Fronteira Norte – Castilla y León – Matriz SWOT

#### 4.3.1. Coesão Territorial Norte de Portugal - Castilla y León

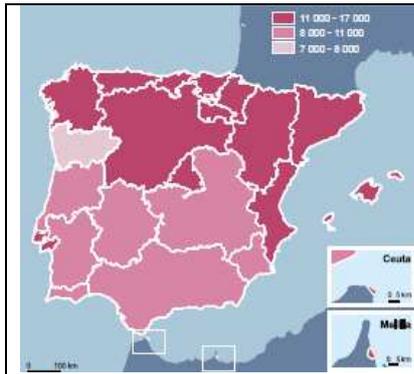
Na figura seguinte apresenta-se um conjunto de mapas que permite uma visão comparativa e sintética da Região do Norte face à Comunidade Autónoma de Castilla y León, bem como de cada uma destas regiões face ao comportamento das demais regiões que integram os correspondentes espaços nacionais, na Península Ibérica.

**Quadro 19 – Norte de Portugal - Castilla y León**





COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013 | PLANO DE ACÇÃO



Rendimento disponível bruto das famílias, per capita, 2006



Médicos por 1000 habitantes, 2007



Espectadores de cinema por 1000 habitantes, 2006



Alojamentos com acesso à Internet, 2007 (%)



Resíduos urbanos recolhidos, 2005 (Kg/hab.)



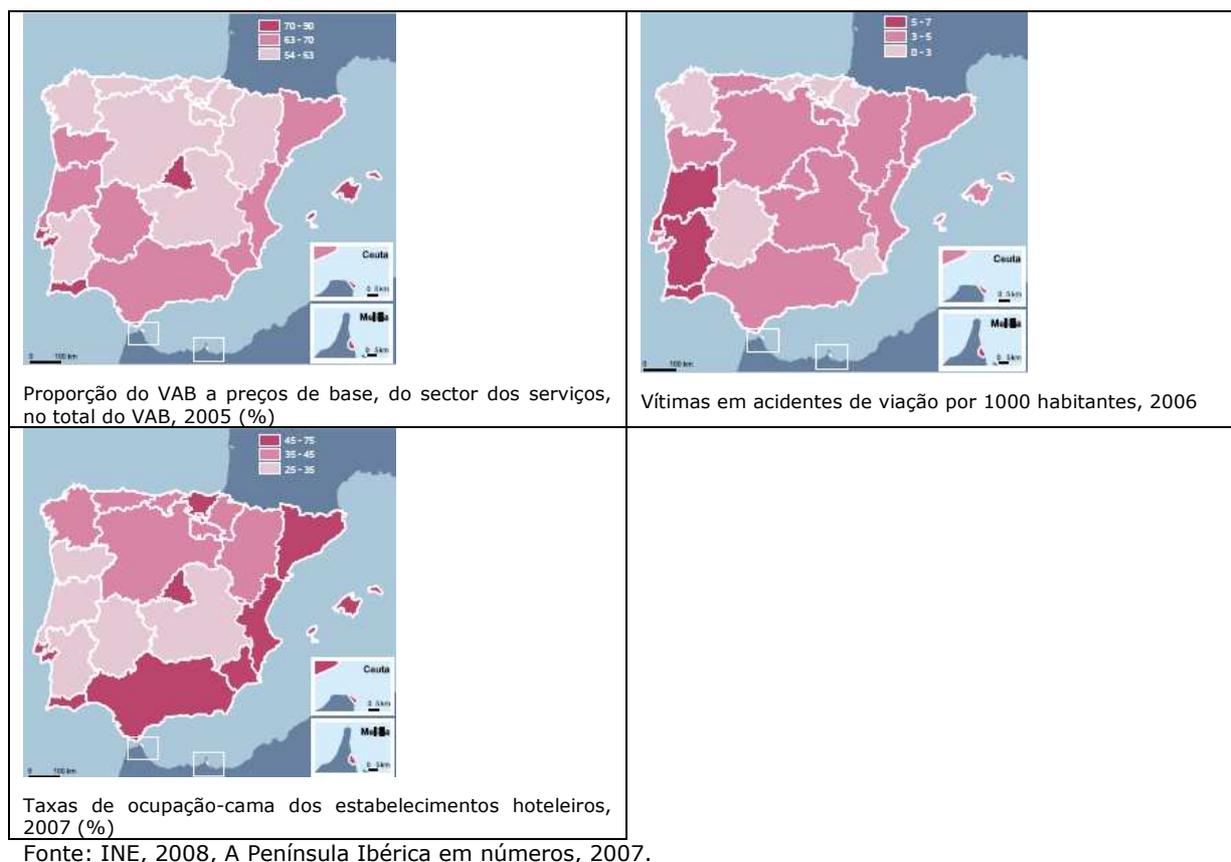
Consumo médio de água, 2005 (litros/hab./dia)



Proporção do VAB a preços de base, do sector da construção, no total do VAB, 2005 (%)



Proporção do VAB a preços de base, do sector da indústria transformadora no total do VAB, 2005 (%)



Em síntese, pode concluir-se que as duas regiões se diferenciam pelos seguintes aspectos:

- densidade populacional mais elevada na Região Norte, se bem que as NUTS III Douro e Alto Trás-os-Montes apresentem valores mais próximos dos observados em Castilla y León;
- menor peso da população com 65 e mais anos de idade na Região do Norte, que apresenta valores inferiores aos nacionais, enquanto Castilla y León apresenta valores superiores à média nacional; maior proximidade de Douro e Alto Trás-os-Montes a Castilla y León;
- transferência de população para as áreas urbanas de média dimensão e capitais distritais ou provinciais, mais acentuada em Castilla y León; forte concentração da população no litoral português, em detrimento do resto do território, em especial das sub-regiões fronteiriças;
- no que respeita a indicadores de nível de vida, de utilização de TIC, de conforto, de cobertura de infra-estruturas e ambientais, Castilla y León apresenta valores superiores aos observados na Região do Norte;



- maior dependência de Castilla y León do sector da construção, em linha com o que acontece com a economia espanhola, comparativamente à economia portuguesa;
- maior peso da indústria transformadora e dos serviços no VAB da Região do Norte, comparativamente a Castilla y León;
- níveis de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros mais elevados em Castilla y León;
- quanto a acessibilidades, está por definir um modelo territorial que configure o conjunto das duas regiões como um importante eixo de conexão entre os eixos Este-Oeste e Norte-Sul da Península Ibérica, incluindo importantes infra-estruturas de transporte rodo-ferroviário e aéreo, com capacidade para captar novos fluxos tanto de passageiros como de mercadorias;
- o desenvolvimento logístico em Castilla y León não está harmonizado com o do Norte português, o que é imprescindível para aproveitar o potencial logístico de ambas as regiões, converter o conjunto num referencial logístico do norte e do noroeste peninsular, e fortalecer a integração, a mobilidade e a conectividade nas regiões fronteiriças, e para a expansão dos mercados e a internacionalização das regiões.

#### 4.3.2. Matriz SWOT

De seguida apresenta-se os principais pontos fortes e fracos das NUTS III do Douro e do Alto Trás-os-Montes, no Norte de Portugal, e de Zamora e Salamanca, em Castilla e León, bem como as principais oportunidades e ameaças, tomando como principal vector de análise a cooperação entre o Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma de Castilla y León.

**Quadro 20 – Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças nas áreas de cooperação portuguesas, Norte de Portugal Castilla y León**

Pontos fracos	Pontos fortes
Perda de expressão demográfica; envelhecimento da população	Proximidade e identidade cultural
Qualificação da população	Património; diversos sítios classificados como Património da Humanidade pela UNESCO
Incipiente capacidade de iniciativa em novos sectores	Diversidade ambiental e património natural; recursos hídricos importantes
Reduzida dimensão do mercado interno, quer devido à dimensão populacional quer ao baixo rendimento per capita	Infra-estruturas de conexão internacional (aerportos, portos marítimos, eixo multimodal de la Red Transeuropea de Transportes
Baixa produtividade	Potencial de desenvolvimento turístico (turismo rural, turismo de natureza, enoturismo, termas, gastronomia)
Níveis de equipamento inferiores à média nacional	Potencial de desenvolvimento agrícola centrado na



COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013 | PLANO DE ACÇÃO

no Norte de Portugal	agricultura biológica, produtos com denominação de origem
Escassez de agentes envolvidos no processo de cooperação	Progressiva consolidação da cooperação como elemento central da política europeia na promoção do desenvolvimento regional
Falta de identificação de áreas de complementaridade	Clarificação do enquadramento legal – Tratado de Valência – dos processos de cooperação entre Portugal e Espanha
Insuficiente conexão do sistema rodo-ferroviário entre Castilla y León e o Norte de Portugal, em especial na área de fronteira entre Zamora e Alto Trés-os-Montes	Alguma experiência de participação de agentes regionais como chefes de fila de projectos europeus
Insuficiente articulação entre distintos modos de transporte e debilidade dos sistemas públicos de transporte	
<b>Ameaças</b>	<b>Oportunidades</b>
Aumento da exposição à concorrência	Integração das economias de fronteira
Redução do envelope financeiro para a cooperação transfronteiriça	Mobilidade dos recursos humanos entre as regiões
Aumento do número de regiões de fronteira	Aproveitamento das infra-estruturas existentes, obtenção de economias de escala na prestação de serviços à população e melhoria das prestações
Redução do papel das comunidades de trabalho, se funções das autoridades de gestão forem atribuídas a um agrupamento europeu de cooperação transfronteiriça	Reforço da cooperação
	Descentralização da cooperação para o nível regional, no quadro da Comissão Europeia
	Maior nível de participação das autarquias em acções de cooperação
	Interesse na articulação da preparação de programas de desenvolvimento de regiões de fronteira



## **5. Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León**

Tendo por base a análise de diagnóstico efectuada e a matriz SWOT, bem como os fundamentos regulamentares atrás apresentados, designadamente, os objectivos e prioridades estratégicas já definidos em diversos regulamentos e planos operacionais relativos às regiões Norte de Portugal e Castilla y León de Espanha, será de seguida configurada a estratégia de cooperação entre as duas regiões. Esta estratégia partirá da definição de uma Visão para a Euro-região que assentará naturalmente nas visões estratégicas para a Região Norte (Visão Norte 2015) e para Castilla y León (objectivo global POCyL), enquanto meta, ela própria, condutora e potenciadora das visões já definidas por cada Estado membro para as duas regiões.

A definição da estratégia de cooperação assenta igualmente na identificação de um conjunto de objectivos centrais e intermédios a atingir em estreita ligação com a Visão definida para a Euro-região. De seguida, tendo por base as prioridades estratégicas já existentes em documentos enquadradores prévios, são identificadas as áreas/temas de cooperação estratégica e as linhas de acção a privilegiar no âmbito de cada temática.

A elaboração do presente plano estratégico de cooperação assume também como base as prioridades estratégicas definidas no POCTEP para a área de cooperação Norte-Castilla y León referidas anteriormente. São elas, a competitividade, promoção do emprego e desenvolvimento económico, a protecção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável, a consolidação das estruturas de comunicação e o fomento da cooperação e integração social e institucional.

Relativamente a cada uma das prioridades estratégicas, o POCTEP define um conjunto de objectivos a atingir ao nível da cooperação Norte de Portugal – Castilla y León apresentados no quadro seguinte.



#### Quadro 21 - Prioridades Estratégicas da Cooperação Transfronteiriça Norte – Castilla y León

<b>1. Competitividade, promoção do emprego e desenvolvimento económico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Modernizar a estrutura produtiva</li><li>• Aumentar os investimentos em I&amp;D e ampliar o âmbito da sociedade da informação</li><li>• Favorecer a transferência tecnológica (parcerias universidades-empresas)</li><li>• Internacionalizar as PME</li><li>• Fomentar a mobilidade do capital humano</li><li>• Valorizar o eixo Douro/Duero, especialmente nos domínios da paisagem, cultura, vinho e turismo</li><li>• Promover o turismo rural e o turismo de natureza</li><li>• Fomentar a especificidade da indústria agro-alimentar</li></ul>
<b>2. Protecção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Preservar e conservar o património natural</li><li>• Melhorar a eficiência energética</li><li>• Promover inovações ambientais</li><li>• Prevenir catástrofes naturais</li><li>• Garantir a conservação do património histórico</li></ul>
<b>3. Consolidação das estruturas de comunicação</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Promover a gestão da bacia hidrográfica do Douro/Duero</li><li>• Fomentar um urbanismo sustentável</li><li>• Garantir a coordenação de grandes intervenções: sistemas baseados na logística</li><li>• Reforçar a capilaridade do espaço de fronteira e as comunicações intermodais</li></ul>
<b>4. Fomento da cooperação e integração social e institucional</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Reforçar a cooperação entre entidades da administração pública regional, agentes económicos, sociais e culturais dos dois lados da fronteira</li><li>• Promover uma maior interacção cultural e social entre as populações raianas</li><li>• Garantir o desenvolvimento de serviços comuns</li><li>• Fomentar a utilização partilhada e/ou em rede de equipamentos sociais, culturais e de lazer</li></ul>

Fonte: POCTEP

Note-se, por último, que o Plano de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León tem por base os princípios definidos no POCTEP, ou seja, os princípios de **concentração**, da **selectividade**, da **sustentabilidade económica e financeira**, do **aumento de escala da intervenção**, da **co-responsabilidade** e da **simplificação de estruturas e procedimentos**.

#### 5.1. Visão

A denominada Visão Norte 2015 enquanto meta a atingir pela estratégia de desenvolvimento para a região Norte é a seguinte (vd. POR Norte, p. 55):

*A Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de **convergência** a nível europeu, assegurando, de forma **sustentável**, **acréscimos de rendimento** e de **emprego** da sua*



*população e promovendo, por essa via, a **coesão económica, social e territorial**.*

Por outro lado, o objectivo final para a estratégia regional de Castilla y León surge da seguinte forma (vd. POCyL, p. 82):

***Convergir com a União Europeia através do crescimento económico e desenvolvimento social.***

Acresce, ainda, o objectivo final definido pelo POCTEP (vd. POCTEP, p. 65):

*Contribuir para reforçar a **coesão económica e social** do espaço de fronteira luso-espanhola através da **cooperação territorial** valorizando o capital acumulado durante as três gerações do INTERREG.*

Na sequência, define-se a seguinte Visão para a Euro-região Norte de Portugal – Castilla y León:

**VISÃO PARA A COOPERAÇÃO  
NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN**

A EURO-REGIÃO NORTE DE PORTUGAL – CASTILLA Y LEÓN SERÁ UM **ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL** POTENCIADOR DA **COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL** ASSENTE EM **CRESCIMENTO ECONÓMICO, MAIS EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL SUSTENTÁVEL.**

A Visão para a Euro-região Norte de Portugal – Castilla y León apresenta-se assim totalmente enquadrada na Estratégia de Lisboa renovada, na qual a política de coesão surge, assumidamente, como uma questão estratégica.

## **5.2. Objectivos da Estratégia de Cooperação**

Tendo em vista a concretização da Visão para a Euro-região Norte de Portugal – Castilla y León são formulados três objectivos centrais para a estratégia de cooperação com



base, por um lado, nos pilares básicos da Estratégia de Lisboa renovada, e por outro, nos objectivos definidos nos programas operacionais de desenvolvimento regional de cada uma das regiões. Assim, este Plano Estratégico visa a promoção da cooperação entre as duas regiões com vista a:

- Promover a articulação dos territórios da Euro-região, tornando-a num lugar mais atractivo para viver, trabalhar e investir, através da compatibilização do “Plano Regional de Ordenamento do Território – Norte” com o “Plan Regional Valle del Duero”;
- Aumentar a competitividade do tecido produtivo da Euro-região por via da atracção de investimento, da intensificação tecnológica, do conhecimento e da inovação;
- Aumentar a coesão social e territorial intervindo ao nível da equidade de acesso a bens e serviços, da capacitação do capital humano e da mobilidade das pessoas.

A acrescentar aos objectivos centrais define-se, igualmente, um conjunto de dez objectivos de natureza específica para a estratégia de cooperação Norte de Portugal – Castilla y León, assentes nas prioridades estratégicas definidas no POCTEP, nas prioridades de desenvolvimento regional das duas regiões, bem como nas opções estratégicas territoriais das duas regiões.



## Quadro 22 - Os objectivos da Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León 2007-2013

### OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

**OE1:** Promover a **modernização e competitividade da estrutura produtiva** da Euro-região através de atracção de investimentos em **I&D**, da aposta na sociedade do **conhecimento**, no favorecimento da **transferência tecnológica** (relação com Universidades) e na **internacionalização** das empresas

**OE2:** Incentivar a organização do sistema de **acessibilidades**, com vista a inserir este território nas **grandes redes de transportes internacionais**, concluindo os principais itinerários principais que servem a região, reforçando o papel dos seus pontos nodais e valorizando o futuro serviço de Alta Velocidade Peninsular (Vigo/Valladolid/Madrid)

**OE3:** Valorizar as **infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de internacionalização**, com uma aposta forte nas infra-estruturas e nos serviços de logística, numa perspectiva integrada

**OE4:** Apoiar a estruturação da **rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&DT e de áreas de localização empresarial** tendo em vista consolidar pólos de competitividade articulados pelas novas condições de acessibilidade

**OE5:** Apoiar o desenvolvimento do **cluster do turismo**, valorizando o **património cultural**, em particular as sinergias resultantes dos valores culturais inscritos na lista de sítios Património da Humanidade, **a identidade cultural e o património natural**

**OE6:** Valorizar a **protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos** como um pilar fundamental de desenvolvimento, de sustentabilidade e de centralidade na zona de fronteira

**OE7:** Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções **agropecuárias e florestais** de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável

**OE8:** Apoiar o reforço do **sistema urbano**, potenciando os eixos rodoviários principais de articulação inter-regional abrangendo centralidades potenciais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade tanto ao longo do eixo Porto – Valladolid, E82 (A11 Corredor del Duero/IP4/A4) como dos IP2 e IC5

**OE9:** Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das **energias alternativas e das energias renováveis** bem como acções de promoção de **eficiência energética**. **Apoiar uma infra-estrutura energética diversificada de elevada capacidade e qualidade, factor necessário para o desenvolvimento socioeconómico**

**OE10:** Apoiar a promoção da **sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração** numa óptica de equidade social e de combate à desertificação, reforçando a dimensão funcional dos principais aglomerados, num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Reforçar a cooperação institucional consolidando o funcionamento da Comunidade de Trabalho Castilla y León Norte de Portugal e procurando a complementaridade e o valor acrescentado das restantes estruturas estáveis de cooperação do âmbito territorial das duas regiões

Fonte: Elaboração própria

### 5.3. Áreas de Cooperação

O plano estratégico de cooperação Norte – Castilla y León completa-se com a definição das áreas e temas prioritários de cooperação, bem como, das linhas de acção primordiais em cada área/temática.

Seguindo esta linha metodológica, foram, desde logo, identificadas quatro áreas de cooperação prioritárias:

**Área prioritária de cooperação 1:** Competitividade, Inovação, Emprego e Formação

**Área prioritária de cooperação 2:** Património Natural, Património Cultural e Turismo

**Área prioritária de cooperação 3:** Acessibilidade, Logística e Ordenamento do território

**Área prioritária de cooperação 4:** Cooperação Institucional e Políticas Sociais

e uma **Área Especial de Cooperação** estruturada em torno do **eixo Douro/Duero**.

**Quadro 23 - Linhas de acção por área prioritária de cooperação**

<b>1. Competitividade, Inovação, Emprego e Formação</b>	
1.1.	Inovação e Desenvolvimento
1.2.	Energia
1.3.	Desenvolvimento Rural
1.4.	Formação e Emprego
1.5.	Promoção Empresarial, Investimento, Comércio Bilateral e Pólos e Clusters de Competitividade
<b>2. Património Natural, Património Cultural e Turismo</b>	
2.1.	Ambiente
2.2.	Prevenção de riscos
2.3.	Cultura
2.4.	Turismo
<b>3. Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território</b>	
3.1.	Logística e Transportes
3.2.	Ordenamento do Território
<b>4. Cooperação Institucional e Políticas Sociais</b>	
4.1.	Cooperação Institucional
4.2.	Cooperação de Proximidade

Fonte: Elaboração própria

## **Área Prioritária 1: Competitividade, Inovação, Emprego e Formação**

### ***Linha de Acção 1.1: Inovação e Desenvolvimento (I&D)***

Em matéria de I&D, o Plano de Acção para a Inovação no Norte de Portugal 2008-2010 atribui um papel central à consolidação de um Sistema Regional de Inovação, através da consolidação dos recursos de I&D+I existentes, do reforço do esforço tecnológico, da promoção da interligação e *networking* e da clusterização na região de iniciativas



externas. Este sistema permitirá a criação de novas vantagens competitivas, assentes em inovação e mudanças estruturais em sectores definidos como prioritários – vinho, floresta, agro-alimentar, energia. Por outro lado, o Plano de Acção para a Promoção do Acolhimento Empresarial no Norte de Portugal 2008-2010 prevê uma linha de acção relativa a projectos de criação/expansão de áreas de acolhimento empresarial de qualificação superior fortemente articuladas com a rede de Parques de Ciência e Tecnologia e com o Sistema Regional de Inovação em sentido lato.

Do lado de Castilla y León, o documento Estratègia Regional de Investigación Científica, Desarrollo Tecnológico e Innovación de Castilla y León 2007-2013 identifica como elementos chave da estratégia os incentivos à investigação e à sua articulação com o sistema produtivo, a retenção de recursos humanos especializados, o impulso à participação em redes e plataformas internacionais, o desenvolvimento de parques tecnológicos e o fomento da orientação empresarial da investigação. Por fim, o Plan de Innovación y Desarrollo Tecnológico en el Duero visa coordenar e fomentar acções em matéria de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico para a criação de novos produtos e serviços, tanto em sectores tradicionais como em sectores avançados, assim como, estimular a implantação da sociedade de informação e a criação de redes e clusters de excelência.

No âmbito do presente plano de cooperação, esta linha de acção reveste-se de especial importância para a promoção da modernização da estrutura produtiva da euro-região, atracção de actividades intensivas em I&D, fixação de recursos humanos qualificados, obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade.

No desenvolvimento desta linha de acção deverá ter-se em atenção as novas condições de acessibilidade, procurando estruturar-se uma rede de instituições de investigação e de áreas de localização industrial que permita consolidar pólos de competitividade ou clusters regionais já existentes.

Os principais **domínios de intervenção** desta linha de acção estão apresentados na tabela seguinte.

**Quadro 24 - I&D - Domínios de intervenção prioritários**

1. Promoção e consolidação de redes entre entidades públicas e privadas do sistema de ciência e tecnologia (universidades e laboratórios associados) e entre estas e as empresas e associações empresariais
2. Promoção e consolidação de redes em torno de projectos de I&D em que participam instituições de ambos os lados da fronteira
3. Promoção e consolidação de projectos de I&D relativos a sectores de actividade relevantes na região – vinho, lacticínios e outros produtos da pecuária, floresta
4. Fomento da mobilidade dos recursos humanos do sistema de I&D e da integração entre as instituições de I&D
5. Criação de ambientes favoráveis à cooperação e à transferência de tecnologia e de conhecimento
6. Promoção da incorporação da inovação nos bens e serviços produzidos na euro-região

Fonte: Elaboração própria

As **tipologias de projectos** enquadráveis em cada um dos domínios de intervenção identificados são as seguintes:

**1. Promoção e consolidação de redes entre entidades do sistema de ciência e tecnologia e entre estas e as empresas e as associações empresariais**

- Articulação entre Pólos de Competitividade e Tecnologia/*clusters* entre o Norte de Portugal e Castilla y León

- Projectos de equipamentos científico-tecnológicos e de dotação de redes transfronteiriças entre unidades de ambos os lados da fronteira

- Projectos transfronteiriços entre centros educativos e tecnológicos e entre empresas para o fomento de actividades em rede e a transferência de conhecimento em áreas sectoriais prioritárias e de grande potencial nas duas regiões, como sejam, o sector automóvel, indústria agro-alimentar e o sector das energias renováveis

- Projectos de promoção de oferta conjunta de formação de 2º e 3º ciclos em regime de cooperação ou múltipla titulação em domínios científicos e áreas temáticas particularmente adequadas às características das duas regiões (por exemplo, formação na área do desenvolvimento rural, do turismo e dos vinhos)



## **2. Promoção e consolidação de redes em torno de projectos de I&D em que participam instituições de ambos os lados da fronteira**

- Projectos de partilha de conhecimentos e projectos comuns de I&D em áreas estratégicas da região: agro-alimentar; aproveitamento de recursos energéticos; ambiente; florestas

## **3. Promoção e consolidação de projectos de I&D relativos a sectores de actividade relevantes na região**

- Capitalizar a dinâmica das estratégias de eficiência colectiva relevantes, neste âmbito (Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial e Cluster dos Vinhos do Douro)

- Projectos de transferência de conhecimento entre as duas regiões nos sectores de actividade relevantes na região (vinho, lacticínios e outros produtos da pecuária, floresta)

- Acções de I&D conjuntas relativas a produtos regionais relevantes que visem a identificação de oportunidades de valorização económica desses produtos (amêndoa, castanha, cogumelos, frutos secos, etc.)

## **4. Fomento da mobilidade dos recursos humanos do sistema de I&D e da integração entre as instituições de I&D**

- Projectos de promoção do intercâmbio de docentes, investigadores e estudantes das duas regiões em domínios científicos complementares entre as diferentes entidades envolvidas

## **5. Criação de ambientes favoráveis à cooperação entre unidades do sistema científico e tecnológico e as empresas e à transferência de tecnologia e de conhecimento**

- Projectos que promovam a identificação de ideias de negócio com valor económico susceptíveis de se converterem em empresas globais baseadas no conhecimento

- Projectos de articulação das áreas de acolhimento empresarial com as várias infra-estruturas de C&T e com os parques tecnológicos (Parque Tecnológico de León e o Parque Científico de Salamanca), nomeadamente acções de demonstração e de disseminação tecnológica e de transferência de tecnologia



## **6. Promoção da incorporação da inovação nos bens e serviços produzidos nas regiões.**

- Projectos de intercâmbio de práticas de incorporação de valor acrescentado e de certificação da qualidade dos produtos da região

### ***Linha de Acção 1.2: Energia***

No contexto actual o recurso a formas alternativas de energia impõe-se não apenas com objectivos de sustentabilidade ambiental mas também por diminuir o recurso a formas de energia dependentes de recursos importados e sujeitos a flutuações exógenas quer no preço quer nas quantidades oferecidas nos mercados internacionais.

Em matéria de Energia, o *Plano de Acção para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal 2008-2010*, que se insere no pacto regional para a competitividade, visa estabelecer os fundamentos de uma articulação sistémica do binómio procura / oferta de energia e o estabelecimento de um novo paradigma energético assente na **diminuição do recurso a energias fósseis**, promoção de **novas formas de energia**, maior **eficiência na utilização da energia**, exploração dos **recursos energéticos locais e produção de proximidade**.

Por seu turno, o “Programa Operativo FEDER de Castilla y León” elege, entre os seus objectivos intermédios, o aproveitamento do potencial energético da região, através do desenvolvimento dos recursos energéticos e da construção das infra-estruturas necessárias em matéria de energias renováveis, como forma de promover o desenvolvimento da economia regional e de alcançar os objectivos do protocolo de Kioto. Também o “Plan de Desarrollo Energético en el Duero” (PDED), inserido no “Plan Regional de Âmbito Territorial “Valle del Duero””, defende uma actuação integrada na produção, distribuição e poupança de energia, assente em princípios de sustentabilidade ambiental, tecnológica e económica e de participação dos diferentes agentes.

Dado o carácter estratégico da energia, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável das regiões, e as oportunidades que este sector pode criar enquanto motor de crescimento e difusor de inovação, dado ainda a concordância de objectivos definidos nos planos estratégicos e operacionais quer do Norte quer de Castilla y León, para além das duas regiões partilharem um importante recursos comum, neste sector, o



Douro/Duero, já denominado "Rio de la Energia"<sup>19</sup> esta linha de acção reveste-se de especial importância pelos efeitos directos e indirectos no desenvolvimento desta euro-região – maior competitividade, ganhos ambientais, efeitos em termos de desenvolvimento rural, inovação, criação de empregos qualificados e oportunidades para o aproveitamento de recursos locais e emergência de novas actividades.

Note-se que as regiões estão bem dotadas de recursos no que respeita às energias renováveis, propondo-se que a cooperação se estruture em torno dos domínios de intervenção identificados na tabela seguinte.

**Quadro 25 - Energia - Domínios de intervenção prioritários**

1. Exploração das potencialidades regionais em matéria de energias renováveis e alternativas, em particular, hídrica, eólica, solar, biomassa
2. Promoção de sistemas comuns de gestão de recursos energéticos
3. Acções de promoção de eficiência energética e do uso racional e integrado da energia
4. Desenvolvimento de projectos de I&D no domínio das energias renováveis e da eficiência energética
5. Fomento de novas actividades económicas associadas à fileira das energias renováveis

Fonte: Elaboração própria

As **tipologias de projectos** enquadráveis em cada um dos domínios de intervenção identificados são as seguintes:

**1. Exploração das potencialidades regionais em matéria de energias renováveis e alternativas, em particular, hídrica, eólica, solar, bioenergia e energia geotérmica**

- Projectos que promovam uma maior utilização de fontes locais de energia renovável e a diversificação das fontes de energia, em particular tendo em vista a produção descentralizada de electricidade, aquecimento e arrefecimento
- Projectos que promovam a integração das fontes de energia na economia e ambiente local e a integração dos sistemas locais nos sistemas energéticos das regiões
- Projectos de desenvolvimento de produção de energia em pequena escala

<sup>19</sup> Junta de Castilla y León, Programa Cúpulas del Duero, Jornadas de Discusión del Proyecto Cúpulas del Duero, Mesa de la Energía.



## **2. Promoção de sistemas comuns de gestão de recursos energéticos**

- Projectos de desenvolvimento e harmonização de metodologias de avaliação do desempenho dos equipamentos e sistemas energéticos
- Projectos que visam o desenvolvimento de normas comuns de monitorização dos sistemas energéticos
- Projectos de desenvolvimento de normas comuns para a certificação, manutenção e inspecção periódica das instalações
- Coordenação e agilização administrativa de projectos que envolvem recursos energéticos de ambas as zonas
- Desenvolvimento de projectos conjuntos de avaliação e sistemas de gestão dos recursos energéticos renováveis
- Cooperação na caracterização da ampliação e modificação das infra-estruturas existentes e busca de sinergias nas infra-estruturas de energia existentes de ambos os lados da fronteira

## **3. Acções de promoção de eficiência energética e do uso racional e integrado da energia**

- Projectos que promovam a utilização de fontes passivas de energia, nomeadamente de energia solar, nos edifícios
- Coordenação de programas formativos e campanhas de divulgação
- Projectos de difusão de tecnologias de produção de energias híbridas, explorando a complementaridade entre fontes de energia, como, por exemplo, a energia hidráulica e eólica
- Projectos de divulgação de boas práticas e acções de sensibilização tendo em vista a diminuição do uso de energias fósseis
- Projectos de desenvolvimento de soluções que visem melhorar a eficiência energética do edificado já existente ao nível das fachadas e coberturas, janelas e outras aberturas ou ainda do aproveitamento da inércia térmica
- Projectos de divulgação de práticas de poupança de energia e de substituição de equipamentos existentes por equipamentos novos com maior eficiência energética

## **4. Desenvolvimento de projectos de I&D no domínio das energias renováveis e da eficiência energética**



- Projectos comuns em áreas estratégicas como por exemplo o estudo da possibilidade de integração de painéis foto voltaicos ou de aproveitamento da bioenergia ou da energia geotérmica
- Estudo de soluções de integração de equipamentos em edifícios já existentes e, em particular, desenvolvimento de soluções adequadas aos sítios classificados como património da humanidade ou áreas de paisagem protegida

#### **5. Fomento de novas actividades económicas associadas à fileira das energias renováveis**

- Projectos de produção de energia ou gás a partir do aproveitamento da biomassa, complementares e/ou em substituição de actividades agrícolas, florestais ou pecuárias
- Projectos de produção de equipamentos destinados à produção / distribuição de energia a partir de recursos renováveis e autóctones e à integração da energia excedentária produzida nos sistemas centralizados de distribuição
- Promoção de novas actividades industriais ligadas a estes sectores

#### ***Linha de Acção 1.3: Desenvolvimento rural***

Dada a desigual repartição da população nas duas regiões, com uma forte concentração nas principais áreas urbanas, e correspondente abandono e envelhecimento das áreas rurais, ao mesmo tempo que se assiste ao crescimento descontrolado das periferias das grandes áreas urbanas, ambas as regiões elegem o eixo do desenvolvimento sustentável do território, como um eixo estratégico, tanto em termos de coesão como de competitividade regional.

Neste contexto a intervenção no domínio dos sectores mais directamente associados ao desenvolvimento rural revela-se estratégica, não apenas na óptica da valorização dos recursos mas também na da obtenção de maior crescimento, defesa das comunidades locais e das suas particularidades de socialização, para além do reforço da identidade cultural, da auto-estima e da coesão.

Nesta linha de acção elegeram-se como áreas de intervenção prioritárias, na perspectiva da cooperação Castilla y León – Norte de Portugal, as áreas temáticas abaixo identificadas.

#### **a) Agricultura**



A cooperação deverá incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções agro-pecuárias de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável, nomeadamente:

- estudos de viabilidade para a criação local de um pólo de competitividade associado ao vinho e/ou um *cluster* agro-alimentar;
- promoção de projectos conjuntos de I&D na área do vinho, dos lacticínios, da pecuária, associando universidades, laboratórios e empresas;
- acções conjuntas de divulgação dos produtos locais e de penetração em novos mercados;
- estudos de mercado e de valorização de produtos tradicionais: cogumelos, frutos frescos e secos.

## **b) Floresta**

A floresta é um recurso importante das nossas regiões e a sua exploração sustentável contribui para o alcançar de objectivos em matéria ambiental, de crescimento, de diversificação da base económica e desenvolvimento sustentável. Trata-se contudo de um recurso ameaçado, sobretudo no que respeita à floresta autóctone e composta por espécies de crescimento lento. Assim, a cooperação deverá estruturar-se em acções conjuntas de:

- desenvolvimento de sistemas integrados de prevenção de riscos e de doenças;
- desenvolvimento de sistemas integrados de gestão, protecção e exploração sustentável dos recursos silvícolas;
- promoção de I&D nas matérias identificadas nos dois pontos anteriores;
- estudos de mercado e de valorização económica dos recursos silvícolas;
- promoção do associativismo;
- desenvolvimento de instrumentos de engenharia financeira – fundos de investimento florestal – de promoção do redimensionamento e/ou internacionalização das unidades silvícolas
- desenvolvimento de áreas de micoturismo e floresta como lugares de atracção para a educação ambiental e o turismo familiar.

## **c) Denominações de origem**



A cooperação deverá seguir as linhas indicadas na alínea a) e estruturar-se em torno do desenvolvimento de marcas de referência que possam aplicar-se aos diversos produtos com denominação de origem. Assim propõe-se:

- desenvolvimento de marcas comuns, âncora, sob as quais seriam promovidos e distribuídos os produtos com denominação de origem e/ou biológicos.

#### ***Linha de Acção 1.4: Formação e Emprego***

Em matéria de emprego, a acção da União Europeia configura-se através da denominada Estratégia Europeia de Emprego (1997, revista em 2002 e 2005), a qual consiste numa série de directrizes e de recomendações que cada Estado membro deve incluir e desenvolver nos seus Planos Nacionais de Acção para o Emprego. A maior parte dessas directrizes são combinações de medidas activas, passivas e estruturais do mercado de trabalho que devem servir de base para o desenho e execução das políticas de emprego europeias a todos os níveis: estatal, regional e local.

Por seu turno, a Agenda de Lisboa (2000) fixa como objectivo que a União Europeia se deve converter no ano 2010 na economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada no conhecimento, capaz de um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social.

A política de emprego de Castilla y León está conforme o programa da Estratégia Europeia para o Emprego, gerando sinergias e complementando a política espanhola de emprego, definida no Plano Nacional de Acção para o Emprego. Baseando-se nestas estratégias e planos e incorporando as conclusões da Estratégia de Lisboa em matéria de emprego, em Castilla y León encontra-se em vigor o IV Plano Regional de Emprego (2007-2010). Além disso a região conta com o Serviço Público de Emprego de Castilla y León (ECYL), organismo autónoma criado pela Lei 10/2003, de 8 de Abril.

As directrizes integradas da União Europeia contribuem para centrar a Estratégia de Lisboa, fixando três **objectivos estratégicos**:

1. Atrair e reter mais pessoas no emprego e modernizar os sistemas de protecção social, fomentando uma aproximação do ciclo de vida ao trabalho, assegurando mercados laborais inclusivos e cobrindo as necessidades do mercado de trabalho.



2. Melhorar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade dos mercados de trabalho
3. Aumentar o investimento em capital humano mediante a melhoria da educação e das qualificações.

Estes objectivos estratégicos podem converter-se em domínios de intervenção prioritários desta linha de acção. Neles podem incluir-se as seguintes **tipologias de projectos**:

**1. Impulsionar a mobilidade transfronteiriça através do emprego, melhorando a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas.**

- Analisar o mercado de trabalho transfronteiriço e identificar as oportunidades de emprego
- Articular a oferta de emprego entre os serviços e centros dependentes dos Serviços Públicos de Emprego localizados na fronteira entre Castilla y León e o Norte de Portugal
- Criar um sistema de informação para a partilha da oferta e procura de emprego, aproveitando as sinergias da Rede EURES (European Employment Services), criada pela Comissão Europeia para prestar serviços de informação e de assessoria destinados aos trabalhadores e empresários, sobre o mercado de trabalho no espaço económico europeu
- Estudar a pertinência de implementar uma delegação do serviço EURES Transfronteiriço entre Castilla y León e o Norte de Portugal, para dar resposta às necessidades de informação ligadas à mobilidade transfronteiriça de trabalhadores e de empresários, assim como partilhar a oferta e procura de emprego de interesse transfronteiriço
- Coordenar as actividades de formação e as práticas profissionais nas zonas transfronteiriças para aumentar a empregabilidade dos que procuram emprego de ambos os lados da fronteira
- Aumentar a participação dos mais desfavorecidos ou em risco de exclusão do mercado de trabalho em acções de formação orientadas para o emprego transfronteiriço (Pessoas pouco qualificadas, incapacitadas, desempregados de longa duração, etc.)
- Responder melhor às necessidade do mercado de trabalho, adaptando-as à procura de formação, considerando tanto os novos empregos



como os empregos com altas taxas de inserção e os empregos criados de novo associados a infra-estruturas de saúde, comerciais, hoteleiras, entre outras, relevantes para ambas as regiões.

## **2. Investir em capital humano, melhorando a educação e as capacidades**

Os sistemas de educação e de formação devem adaptar-se respondendo a novas exigências em matéria de competências profissionais. Neste sentido, os projectos conjuntos devem ser encaminhados de modo a potenciar a Orientação Profissional e a Formação Profissional Ocupacional, e a melhorar o capital humano, em relação com o Emprego.

### **2.1. Formação Profissional**

A Conselheria de Educação da Junta de Castilla y León, através da Direcção-Geral de Formação Profissional e o Instituto de Emprego e Formação Profissional do Norte de Portugal, desenvolvem há anos projectos conjuntos que visam favorecer a empregabilidade na zona transfronteiriça do Norte de Portugal e de Castilla e León pondo em prática acções de formação profissional para aumentar as capacidades profissionais dos jovens e adultos da zona.

Dando continuidade a estas acções, no período 2009-2013 pretende-se, no território de Castilla y León e do Norte de Portugal:

- Impulsionar a mobilidade transfronteiriça na Formação Profissional mediante o intercâmbio de professores e de alunos no âmbito das respectivas áreas profissionais, para adquirir novos conhecimentos e práticas
- Completar a formação adquirida em Espanha e em Portugal mediante estágios em empresa do país vizinho, tendo em vista favorecer a inserção profissional dos jovens das zonas transfronteiriças
- Facilitar a informação e orientação de professores, alunos e áreas profissionais através de uma página Web específica, conjunta e bilingue
- Favorecer o conhecimento dos idiomas português e espanhol para uma maior qualificação dos recursos humanos



## 2.2. Universidade

A estratégia Universidade-Empresa 2008-2011 de Castilla y León é a primeira deste género em Espanha. Esta Estratégia pretende fortalecer o triângulo do conhecimento (Educação, Inovação e Investigação) como base para a construção de vantagens competitivas, fomentando a inovação tecnológica nas empresas a partir da transferência do conhecimento gerado nas universidades e criando as bases de um crescimento económico sustentável e de uma criação de emprego de qualidade.

Na sequência desta Estratégia propõe-se para o território de Castilla y León e do Norte de Portugal a actuação nas seguintes áreas:

- Transferência de conhecimento e I+D+I:
  - Fortalecer as estruturas de comunicação e transferência de conhecimento e dar estabilidade aos recursos humanos especializados das Universidades e Centros Tecnológicos
  - Incrementar a transferência de resultados de investigação realizada nas Universidades para as Empresas, aproveitando o potencial de investigação concentrado no sistema universitário, transformando o mesmo em inovação empresarial, crescimento económico e emprego
  - Aumentar o número de patentes nacionais requeridas
  
- Educação, formação permanente e convergência Universidades - Empresas
  - Relacionar as Universidades e Centros Tecnológicos regionais com as empresas que desenvolvem a sua actividade em ambas as regiões, de modo a que o pessoal investigador possa converter o seu conhecimento num activo económico
  - Estimular a cooperação na investigação entre o mundo universitário e empresarial e facilitar a mobilidade de investigadores e de trabalhadores em ambos os sentidos
  - Criar “cátedras empresa” para articular a colaboração permanente entre a Universidade e determinadas empresas, integrando o ensino no tecido industrial e facilitando a participação de profissionais como professores
  - Impulsionar a inserção tutelada no mundo do trabalho, mediante implementação de estágios em empresas durante o período lectivo do curso, ou a realização de projectos de fim de curso nas empresas



- Forae de diálogo Universidade Empresas
  - Fomentar a cultura de inovação e de empreendedorismo no sistema Universidade-Empresa e na sociedade em geral
  - Identificar de forma efectiva a procura empresarial e a oferta tecnológica das Universidades e Centros Tecnológicos
  - Criar bases de dados conjuntas na Internet
  - Potenciar a participação das empresas, grupos de investigação e centros tecnológicos em programas, redes e plataformas internacionais

***Linha de Acção 1.5: Promoção Empresarial, Investimento, Comércio Bilateral e Pólos e Clusters de Competitividade***

Para Castilla y León, em matéria de Promoção Empresarial e Comércio deve ter-se em conta o II Plano para a Internacionalização Empresarial de Castilla y León 2008-2011 que tem como objectivos gerais promover a participação de novas empresas no processo de internacionalização em vez de consolidar a actividade exterior já existente, aprofundar a diversificação de sectores exportadores e de mercados de destino, duplicar as exportações das empresas regionais nos sectores ligados ao Automóvel e impulsionar a captação de investimento para a região.

Para alcançar todos estes objectivos o novo Plano aponta duas estratégias correlacionadas, a sectorialização, consolidando os sectores com uma grande tradição exportadora e impulsionando os sectores que podem diversificar a oferta da região (sectores emergentes), e a estratégia de mercados ou geográfica, impulsionando acções nos mercados com vendas já consolidadas e potenciando a presença noutros mercados com oportunidades para as empresas da região.

As relações comerciais hispano portuguesas tiveram, nos últimos anos, uma evolução muito positiva, com grande actividade de importações e de exportações bilaterais. Os sectores em que se centra predominantemente a actividade comercial são o agro-alimentar e o automóvel.

No sector agro-alimentar destacam-se produtos como a carne bovina fresca, bolachas, a carne de porco, conservas vegetais, açúcar, bolos e similares, conservas de carne, enquanto no sector do transporte se destacam produtos como automóveis, veículos de mercadorias, pneumáticos e componentes para veículos.



A seguir situam-se os sectores dos metais, papel, marroquinaria, químicos, madeira, cerâmica e vidro, cujas vendas registam valores crescentes.

Os verdadeiros protagonistas destes números de intercâmbio foram os empresários das nossas regiões, conscientes que o mercado hispano português é um mercado de oportunidades mútuas.

Para apoiar a sua iniciativa, as instituições regionais realizaram missões institucionais e empresariais de intercâmbio entre os sectores com maior projecção e que compartilham ambos os territórios – turismo, património, ambiente e agro-alimentar – e que são aqueles que, a priori, podem fazer do Douro um referencial económico.

No Plano Estratégico de cooperação Castilla y León – Norte de Portugal 2009-2013, com o objectivo de melhorar a capacidade competitiva do nosso tecido empresarial, deve-se trabalhar para ter empresas mais inovadoras e mais participativas nos processos de internacionalização e de cooperação internacional.

Além disso, dos sectores tradicionalmente considerados relevantes para as regiões, há uma série de sectores estratégicos a médio e longo prazo:

- Energias Renováveis
- Biotecnologia
- TICs
- Aeronáutica e Espacial
- Novas tecnologias de produção

Por outro lado, a Comunicação da Comissão Europeia “Por em prática o conhecimento: uma estratégia ampla de inovação para a EU” destacou a importância de promover a cooperação em matéria de inovação. A Comissão chamava a atenção para a importância dos clusters, os quais “aumentam a produtividade, atraem o investimento, promovem a investigação, consolidam a base industrial, desenvolvem produtos e serviços específicos e convertem-se em focos para o desenvolvimento de capacidades”.

Os novos programas comunitários de política regional para o período 2007-2013 promovem um “planeamento baseado em agrupamentos regionais inovadores, não só em centros urbanos desenvolvidos mas também em regiões rurais ou mais pobres”.



A União Europeia possui instrumentos que visam contribuir para o fortalecimento da cooperação transnacional entre clusters, através de diversas vias, como a Aliança Europeia de Clusters (AEC). A AEC foi criada sob a iniciativa PRO INNO Europe. Facilita o intercâmbio de informação sobre programas de clusters, necessidades específicas para a tomada de decisões e contribui para a identificação de áreas para desenvolvimento de acções conjuntas.

**Quadro 26 - Promoção Empresarial .... - Domínios de intervenção prioritários**

1. Procura conjunta de inovação aplicada à empresa
2. Cooperação na internacionalização
3. Acesso a financiamento
4. Apoio à criação de clusters e de pólos de competitividade
5. Promoção empresarial conjunta

Fonte: Elaboração própria

As **tipologias de projectos** dentro dos domínios de intervenção indicados são as seguintes:

1. Estabelecimento de acordos de colaboração para impulsionar a **participação conjunta das duas regiões em programas europeus**
2. Desenvolvimento de **estudos de benchmarking** que permitam potenciar programas de inovação em ambas as regiões
3. Cooperação no âmbito da **formação e capacitação** dos recursos humanos para a inovação
4. Cooperação na política de apoio à criação de **plataformas tecnológicas e de clusters**
5. Colocar em rede os recursos empresariais e de I+D+i de ambas as regiões

## **Área Prioritária 2: Património Natural, Património Cultural e Turismo**

### ***Linha de Acção 2.1: Ambiente***

As acções a desenvolver nesta linha têm efeitos importantes em termos de conservação dos recursos naturais, de crescimento e desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento do turismo e de criação de novas actividades, contribuindo assim para a diversificação da base económica local. A protecção ambiental e o aproveitamento integrado e sustentável dos recursos constituem, potencialmente, um eixo central da cooperação entre as duas regiões e de obtenção de sinergias e ganhos de eficiência



significativos, se atentarmos na similitude dos problemas que se colocam às duas regiões.

Assim, o *Plano de Acção para a Qualificação do Ambiente no Norte de Portugal 2008-2010*, que se insere no pacto regional para a competitividade, estabelece três áreas estratégicas de actuação – qualidade do ar, passivos ambientais e resíduos sólidos urbanos, remetendo para outras agendas temáticas questões mais transversais, usualmente tratadas no “tema Ambiente” como, por exemplo, a energia, a biodiversidade, a água, o desenvolvimento rural.

Por outro lado, o “Programa Operativo FEDER de Castilla y León” coloca o acento tónico na melhoria da gestão da água, promoção da biodiversidade e protecção da natureza (eixo 3), incluindo também as questões ambientais no eixo 4 – Transportes e energia e no eixo 5 – Desenvolvimento local e urbano sustentável, perspectivando a política de ambiente como veículo para atingir um desenvolvimento económico sustentável. Apesar de estruturado de modo diverso, o programa de Castilla y León contempla actuações em cada uma das áreas prioritárias identificadas no parágrafo anterior. Também o “Plan del Calidad Ambiental en el Duero” (PCAD), inserido no “Plan Regional de Âmbito Territorial “Valle del Duero””, defende intervenções que podem integrar-se nas três áreas estratégicas de intervenção da Agenda Regional do Ambiente.

Atendendo às áreas prioritárias da agenda regional e ao conjunto de questões ambientais tratadas noutras agendas propõe-se que, na euro-região, a cooperação se estruture em torno dos domínios de intervenção indicados na tabela seguinte.

**Quadro 27 - Ambiente - Domínios de intervenção prioritários**

1. Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas
2. Melhoria da qualidade do ar e sistemas de controlo
3. Optimização da gestão de resíduos sólidos urbanos
4. Exploração sustentável do património natural
5. Gestão integrada de recursos naturais e ecossistemas comuns
6. Explorar sinergias na prevenção de catástrofes e riscos naturais
7. Explorar sinergias nas acções de protecção da natureza e biodiversidade, do uso e poupança da água, de educação ambiental
8. Promover acções conjuntas de inovação ambiental e a elaboração de um inventário dos espaços protegidos

Fonte: Elaboração própria



Podem enquadrar-se em cada um dos domínios de intervenção identificados, as seguintes **tipologias de projectos**:

### **1. Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas (AAC)**

- Projectos de inventariação de áreas degradadas e solos potencialmente contaminados
- Definição de metodologias de identificação dos solos contaminados e dos riscos decorrentes
- Definição de metodologias de descontaminação e monitorização dos solos contaminados e de locais com passivos ambientais
- Desenvolvimento de metodologias de hierarquização das AAC, a recuperar e/ou reabilitar
- Identificação de soluções de recuperação e/ou reabilitação de AAC
- Cooperação na recuperação, reabilitação e valorização de AAC, na perspectiva da euro-região
- Desenvolvimento de sistemas comuns de gestão e monitorização das AAC

### **2. Melhoria da qualidade do ar e sistemas de controlo**

- Projectos que visam o desenvolvimento de metodologias de avaliação da qualidade do ar
- Desenvolvimento de ferramentas de monitorização, em tempo real, tendo em vista a prevenção da ocorrência de acidentes associados à deterioração da qualidade do ar
- Desenvolvimento de planos de contingência em caso de deterioração da qualidade do ar em consequência quer de condições naturais quer de acidentes de poluição
- Projectos que visem a modernização das estações de controlo e a reavaliação da localização das estações de controlo, numa óptica de integração a nível da euro-região
- Projectos de desenvolvimento integrado dos sistemas de comunicação entre estações de controlo e os sistemas regionais e entre estes
- Projectos que visam a redução da concentração de partículas na atmosfera, mormente de implementação/melhoria de sistemas de despoluição e de desenvolvimento de sistemas comuns de fiscalização



- Projectos de identificação e difusão de boas práticas e de sensibilização dos agentes económicos

### **3. Optimização da gestão de resíduos sólidos urbanos e promoção da obtenção de eficiência nos sistemas de recolha selectiva e tratamento de resíduos**

- Projectos de desenvolvimento de metodologias de gestão dos resíduos sólidos urbanos tendo em vista a optimização espacial das recolhas e o melhor aproveitamento das infra-estruturas existentes
- Projectos que visam a implementação de sistemas eficientes de recolha selectiva e o tratamento de resíduos perigosos
- Projectos que promovam um acréscimo da eficiência na triagem
- Desenvolvimento de acções tendentes a reduzir a emissão de resíduos e a aumentar a reutilização e reciclagem dos resíduos quer pelas famílias quer pelos demais agentes, públicos ou privados
- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização para o tratamento a dar aos resíduos urbanos perigosos
- Desenvolvimento de campanhas de divulgação de boas práticas em matéria de separação, reutilização, reciclagem dos resíduos
- Projectos de valorização económica dos resíduos sólidos urbanos

### **4. Exploração sustentável do património natural**

- Projectos que promovam a exploração sustentável do património natural das regiões, em particular dos recursos hídricos e florestais, das áreas naturais e protegidas e dos ecossistemas naturais;
- Projectos de inventariação do património natural e dos principais riscos;
- Acções de educação tendo em vista a prevenção dos riscos e a sensibilização das populações para a importância ambiental, económica e social da preservação do património natural

### **5. Gestão integrada dos recursos naturais e ecossistemas comuns**

- Projectos de desenvolvimento de metodologias comuns de gestão integrada dos recursos naturais e dos ecossistemas, ao nível das duas regiões
- Projectos de divulgação de boas práticas em matéria de gestão integrada dos recursos naturais e dos ecossistemas



- Projectos de monitorização dos sistemas de gestão

#### **6. Explorar sinergias na prevenção de catástrofes e riscos naturais**

- Projectos de desenvolvimento de sistemas de monitorização e de identificação dos riscos
- Definição de planos de prevenção e de intervenção comuns
- Projectos de integração e ligação em rede dos agentes e dos meios operacionais
- Projectos de divulgação dos comportamentos a adoptar na eventual ocorrência de catástrofes naturais

#### **7. Explorar sinergias nas acções de protecção da natureza e da biodiversidade, do uso e poupança de água e de outras acções de educação ambiental;**

- Identificação e divulgação de boas práticas
- Projectos que promovam o desenvolvimento de metodologias e de sistemas de gestão tendo em vista a protecção da natureza, da biodiversidade e da água
- Projectos de sensibilização e de educação para a importância da protecção da natureza e da biodiversidade e da poupança e uso adequado da água, numa óptica de desenvolvimento sustentado

#### **8. Promover acções conjuntas de inovação ambiental e a elaboração de um inventário dos espaços protegidos envolvendo o recurso ao sistema de I&D e às TIC**

- Projectos de intercâmbio de conhecimento e de desenvolvimento de um inventário único das áreas protegidas, disponível em base de dados e associado a sistema de informação geográfica, integrando a identificação dos riscos, as entidades gestoras e contactos respectivos e os diversos planos de contingência

#### ***Linha de Acção 2.2: Prevenção de riscos***

Na Cimeira Hispano Portuguesa realizada em Zamora em 22 de Janeiro de 2009, concluiu-se, em matéria de protecção civil, o procedimento que formaliza a modificação do Protocolo adicional sobre ajuda mútua em caso de incêndios florestais (Figueira da Foz, 8 de Novembro de 2008), que permite a ampliação da zona de actuação aos 15 km,



sem autorização prévia, em caso de incêndios florestais nas zonas fronteiriças. Além disso ambos os Governos comprometeram-se a apoiar a elaboração de um catálogo de meios e recursos comuns aos dois países, que poderá ser utilizado em caso de catástrofe ou de emergência grave.

No âmbito da protecção de riscos realizaram-se, nos últimos anos, diversas análises da situação tendo sido detectadas uma série de ameaças ou riscos susceptíveis de afectar de forma negativa a possibilidade de desenvolvimento das áreas fronteiriças; é o caso dos fenómenos meteorológicos, os acidentes nas estradas, a possibilidade de emissões ou descargas poluentes nos rios e pântanos.

A partir dessa análise começou-se já a trabalhar de forma conjunta na procura de soluções que eliminam os riscos ou mitigam as suas possíveis consequências; entre os objectivos principais estava o estabelecimento e consolidação de estruturas de cooperação em matéria de Protecção Civil ao longo dos territórios fronteiriços, objectivo já conseguido hoje e reconhecido pelas Autoridades Europeias como exemplo de boas práticas entre ambas as Administrações.

De entre as actividades desenvolvidas destaca-se a criação de dois Centros Coordenadores de Emergência (um na província de Salamanca e outro em Zamora) para melhorar a coordenação e actuação das equipas operacionais na resolução de emergências.

Em consequência desenvolveram-se programas de formação para o pessoal de intervenção, dirigidos à formação em riscos concretos (riscos tecnológicos ou riscos derivados de fenómenos meteorológicos adversos).

Mantendo a linha de cooperação dos últimos anos, considera-se de interesse ancorar a cooperação entre as duas regiões através de intervenções nos domínios de continuação.



**Quadro 28 - Prevenção de riscos - Domínios de intervenção prioritários**

1. Estabelecimento de medidas tendentes evitar, reduzir ou corrigir os danos ocasionados por elementos naturais
2. Desenvolvimento de mecanismos de apoio mútuo em emergências
3. Cooperação em situações de emergência
4. Desenvolvimento de acções em matéria de educação, informação e formação em protecção civil

Fonte: Elaboração própria

A partir de agora, e no âmbito da estratégia de cooperação até 2013, colocam-se os seguintes **objectivos** ou **tipologias de projectos**:

1. **Elaboração de um documento conjunto e de um plano de actuação que integre os Planos especiais de transporte de mercadorias perigosas por rodovia ou ferrovia** de ambas as regiões e estabeleça políticas de actuação conjunta em caso de acidente em zonas próximas da fronteira que exija a activação dos mesmos, para que se possam aproveitar os recursos de uma e de outra região para uma melhor resolução da emergência
2. **Utilização conjunta dos Centros de formação especializada em técnicas de actuação contra o fogo** para a formação do pessoal de ambas as regiões, a fim de melhorar e ensaiar as técnicas de actuação (A Comunidade de Castilla y León conta com duas escolas – a Escola de Formação de Salamanca, especializada na formação de técnicas de actuação em caso de fogos urbanos e industriais, e - o Centro de Defesa contra o Fogo, radicado em León e no qual são ministrados cursos de formação para actuação contra incêndios florestais e rurais).

**Linha de Acção 2.3: Cultura**

Como consequência da intensidade que alcançaram as relações entre as regiões Norte de Portugal e Castilla y León, considera-se a continuidade da execução de acções de âmbito cultural e patrimonial que integram esta linha de acção.

Os principais **objectivos estratégicos** são, por um lado, o aprofundamento das manifestações culturais e, por outro lado, valorizar e recuperar o património construído. Neles se enquadram as seguintes **tipologias de projectos**:

1. CULTURA: Aprofundar as manifestações culturais



As acções devem focar-se na promoção das artes cénicas de Castilla y León e Norte de Portugal, para revitalizar culturalmente a “linha mestra” comum: o rio Douro/Duero. Para isso, propõe-se:

- Desenvolver manifestações da cultura actual, propiciando o encontro e diálogo entre os criadores de ambas as regiões através da música, das artes plásticas e do património
- Criar uma Feira da Música, com carácter de permanência, que congregue num único espaço comum tanto os representantes do mundo da música (grupos musicais de estilos diversos, produtores, distribuidores, casas discográficas, *luthiers*, etc.) como o público em geral, com a finalidade de se converter num centro de intercâmbio de opiniões, tendências e informação do sector e numa referência a nível ibérico
- Por em funcionamento oficinas de Tecelagem Artística e um Centro de Interpretação da mesma, para dar a conhecer o trabalho dos desenhadores e permitir que estes alcancem autonomia no mercado
- Promover as artes cénicas de Castilla y León em espaços de interesse patrimonial portugueses e vice-versa, dando utilidade diferente aos espaços considerados de interesse cultural
- Promover as indústrias culturais de Castilla y León e do Norte de Portugal, a fim de divulgar a obra de artistas regionais no mercado internacional e impulsionar os bens e serviços culturais regionais fora da Península Ibérica.

## 2. PATRIMÓNIO CULTURAL: Valorizar e recuperar o património construído

Anteriormente as acções neste âmbito foram dirigidas ao intercâmbio metodológico e técnico sobre a intervenção no património construído (escavações arqueológicas, restauro,...), assim como para a valorização e criação de circuitos para visita pública de imóveis e dos seus bens móveis.

No período 2009-2013 propõe-se a realização de acções nas zonas de fronteira e no vale do Douro:

- Intercâmbio de metodologias e técnicas sobre a intervenção integral em bens patrimoniais das terras de fronteira referentes a acampamentos romanos, defesas amuralhadas, monumentos eclesiásticos, arte mudéjar e medieval



- Intercâmbio de metodologias e técnicas sobre a intervenção em bens patrimoniais das terras de fronteira referentes às primeiras ocupações sistemáticas do Douro (anteriores à existência da fronteira), castelos e fortalezas, presença na zona da Ordem de Cister e à arquitectura da água.

#### **Linha de Acção 2.4: Turismo**

O PROT- Norte define uma visão para o Turismo na Região Norte (p. 115): “O Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o turismo num factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional”.

Concretizando esta visão, o Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal assenta em quatro pilares (p. 81):

- 1) “Um destino de excelência e autenticidade histórico-cultural de âmbito nacional e internacional, suportado pelos sítios classificados Património da Humanidade - Eixo Património Mundial - e pelo vasto e rico património histórico-cultural, material e imaterial existente por toda a Região”;
- 2) “O primeiro destino enoturístico nacional, com relevância internacional, gerador de experiências únicas e memoráveis, tendo como mote a cultura do vinho e da vinha e uma envolvente turística multifacetada”;
- 3) “O primeiro destino de Turismo de Natureza e Rural do país, com expressão ibérica e europeia, assente numa rede regional de áreas protegidas e rurais de elevado valor natural e paisagístico”;
- 4) “O primeiro destino de Turismo de Saúde e Bem-Estar nacional (*wellness destination*), com base num elemento único e diferenciador – a água mineral natural - e a inovação e modernização da rede de estâncias termais regional”.

Em matéria de desenvolvimento turístico da Região, as acções a desenvolver devem assentar num conjunto de premissas fundamentais, designadamente a Excelência, a Competitividade e a Inovação e a Sustentabilidade das acções a implementar. Por outro lado, estas acções devem articular-se com os eixos prioritários para o desenvolvimento turístico da Região do Norte (vd. Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, pp. 82 e seguintes), isto é, devem promover:



- a **qualificação dos recursos turísticos** (que visem o desenvolvimento da Região do Douro e de outros territórios com vocação turística e/ou possuidores de produtos turísticos considerados prioritários para a Região) e a **criação de infra-estruturas básicas** de suporte ao desenvolvimento do Turismo na Região, envolvendo, nomeadamente, a melhoria das acessibilidades rodo-ferroviárias, a criação de melhores condições para a navegação fluvial e marítima e a criação de um sistema de informação e sinalização turística;
- a criação de uma **oferta de alojamento** assente em padrões de qualidade e sustentabilidade e pela dinamização de acções de animação turístico-cultural (nomeadamente, eventos);
- a **projectão e promoção (marketing)**, de forma coordenada e articulada, da oferta turística do Norte e dos seus sub-espacos e produtos turísticos prioritários (nomeadamente no mercado nacional e, sobretudo no mercado internacional, com particular enfoque no mercado ibérico);
- a **qualificação dos recursos humanos e a empregabilidade** do tecido produtivo da Região, designadamente, no Turismo;
- o **conhecimento e a informação** sobre as dinâmicas do turismo regional (espaço de reflexão e acompanhamento do turismo do Norte de Portugal).

O Quadro seguinte resume os objectivos prioritários das acções no âmbito do turismo na Região Norte.

**Quadro 29 - Objectivos Prioritários para o Desenvolvimento Turístico da Região do Norte**

Recursos e Infra-estruturas de Suporte ao Turismo Regional
Alojamento e Animação
Marketing e Promoção Turística Regional
Qualificação e Formação dos Recursos Humanos
Dinamização, Acompanhamento e Informação – “Intelligence”

Fonte: Adaptado do PROT-Norte e Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal

O PROT-Norte e o Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal propõem o desenvolvimento de Programas de Acção de Desenvolvimento Turístico integrado em torno de três dimensões, conforme apresentado no quadro seguinte.



**Quadro 30 - Programas de acção para o desenvolvimento turístico**

<b>1) Programas de Acção de natureza transversal</b>
Promoção turística regional Qualificação e formação de recursos Humanos na área do Turismo
<b>2) Programa de Acção de enfoque territorial</b>
Programas em territórios com excepcional aptidão e vocação turística, como por exemplo o Douro
<b>3) Programas de Acção focalizados nos produtos turísticos prioritários da Região do Norte</b>
No <b>Douro</b> : <b>Prioridade muito elevada:</b> Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Gastronomia e Vinhos – Enoturismo, Turismo Histórico-Cultural ( <i>Touring</i> ) <b>Prioridade Elevada:</b> Turismo de Saúde e Bem-estar; Golfe; Em <b>Trás-os-Montes</b> : <b>Prioridade muito elevada:</b> Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Turismo de Saúde e Bem-estar, Turismo Histórico-Cultural <b>Prioridade Elevada:</b> Gastronomia e Vinhos – Enoturismo, Golfe

Fonte: Adaptado do PROT-Norte e do Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal

Neste contexto, esta Linha de Acção visa o desenvolvimento de acções de cooperação integrada em torno destes quatro pilares e, mais concretamente, assente nos recursos turísticos da região Norte de Portugal, designadamente, os diversos sítios classificados como Património da Humanidade, a Região Demarcada do Douro e a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, a rede de áreas protegidas e as unidades de TER – Turismo em espaço rural e a elevada oferta de unidades termais.

Concretamente, ao nível do turismo rural e de natureza, esta linha de cooperação deve apoiar o desenvolvimento do turismo, valorizando o património cultural, em particular as sinergias resultantes dos sítios Património da Humanidade, a identidade cultural e a protecção e ordenamento do património natural, como pilares fundamentais de desenvolvimento sustentável da euro-região.

Neste contexto a cooperação deve privilegiar acções de:

- coordenação de usos turísticos e tradicionais das áreas rurais e protegidas;
- promoção conjunta e em rede de novos tipos de actividades turísticas mais compatíveis com o aproveitamento sustentável de um ambiente natural de excelência;
- promoção conjunta e em rede dos sítios classificados como Património da Humanidade;



- utilização dos recursos turísticos imóveis como factor de diversificação da actividade económica e de divulgação do património cultural das regiões;
- promoção do uso das TIC em acções de divulgação dos recursos turísticos locais;
- sistemas comuns de gestão dos recursos e infra-estruturas turísticas;
- articulação das sub-marcas e dos diferentes produtos turísticos existentes;
- desenvolvimento da oferta de caminhos, percursos e ecopistas;
- desenvolvimento de uma sinalética comum;
- desenvolvimento da oferta de alojamentos ambientalmente sustentáveis e que respeitam a identidade local;
- estudo e desenvolvimento de uma marca comum, em articulação com o proposto na alínea anterior para os produtos com denominação de origem;
- Criação de produtos e pacotes turísticos partilhados;
- Desenvolvimento de actividades complementares e do turismo activo com a colaboração entre empresas e a eleição de pontos estratégicos no eixo Douro/Duero.

### **Área Prioritária 3: Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território**

#### ***Linha de Acção 3.1: Logística/Transportes***

O Plano de Acção 2008-2013 para a promoção da Mobilidade, Transportes e Logística no Norte de Portugal estabelece, entre outros, os seguintes objectivos para a região nesta área de actuação:

- Consolidar as infra-estruturas de transporte e logística que são essenciais à afirmação da região do norte no contexto da globalização económica
- Consolidar as infra-estruturas e serviços de transportes que são essenciais à melhoria da conectividade da rede urbana regional, assim como à sustentabilidade dos territórios de baixa ocupação
- Promover a concretização das infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento de produtos turísticos de excelência
- Melhorar a competitividade do sector dos transportes e logística promovendo a investigação, a inovação e a internacionalização, assim como a sustentabilidade ambiental e energética.



Por seu turno, a Lei 3/2008 de 17 de Junho, que aprova as Directrizes Essenciais de Ordenamento do Território de Castilla y León, considera estratégico para o desenvolvimento futuro da Comunidade potenciar:

- O corredor do Douro, de Zamora a Soria, por Toro, Tordesilhas, Valladolid, Peñafiel, Aranda de Duero, e El Burgo de Osma, que deve ser completado para este, conectando com o Arco Mediterrânico através do corredor do Ebro e até França pelo Pirinéu Aragonês, bem como em direcção oeste até ao Porto
- O corredor que liga a cidade de León a Bragança, através de La Bañeza e Sanabria, complementado com a comunicação entre León e Asturias, de modo a permitir a interconexão entre o Norte de Portugal e o Mar Cantábrico.

Além disso, no âmbito do Plan Regional Territorial del Valle del Duero, o Plan de Redes Dotacionales del Duero define como objectivo o desenvolvimento de propostas em matéria de infra-estruturas e transportes, equipamentos e serviços, com vista a melhorar a conectividade e a qualidade de vida no Douro, incluindo cinco grandes áreas de actuação: Infra-estruturas, Gestão de Transportes, Logística, Telecomunicações, Dotações (solo e habitação).

No âmbito deste plano de cooperação, as duas regiões têm um papel importante de conexão entre os eixos Este-Oeste e Norte-Sul, possuindo importantes infra-estruturas de transporte rodo e ferroviário e aéreo, com capacidade para captar novos fluxos tanto de passageiros como de mercadorias.

Assim, o investimento em infra-estruturas de transporte é fundamental para o reforço da integração, da mobilidade e da conectividade nas regiões de fronteira mas também para o alargamento dos mercados e a internacionalização da região, com efeitos positivos sobre o emprego e a produção. Ainda, a integração entre os diferentes modos de transporte, as telecomunicações e as actividades de armazenagem pode gerar novas funções logísticas que revestem um carácter estratégico do ponto de vista da competitividade dos territórios e da sua capacidade para atrair novas actividades. Neste contexto, saliente-se que o investimento na rede ferroviária reveste um carácter estratégico, quer pela acrescida mobilidade de bens e de pessoas que proporciona quer pelos efeitos positivos sobre outros sectores prioritários, como o ambiente.

Por outro lado, refira-se a importância da afirmação dos aeroportos e aeródromos da região no quadro regional de acessibilidades aéreas nas regiões em causa, atendendo à



sua potencial influência tanto para o interior da Galiza como para Castilla y León e ainda a maior abertura ao exterior que proporciona relativamente ao Vale do Douro na sua componente turística. Saliente-se igualmente a possibilidade de alguma “sinergia” de localização face à relativa proximidade da paragem em Puebla de Sanabria do comboio de Alta Velocidade entre Madrid e Santiago/La Coruña.

Dadas as características dos territórios mais directamente abrangidos pelo plano de cooperação deve ainda dar-se especial atenção aos sistemas de transportes públicos em territórios de baixa densidade.

Complementarmente, urge o desenvolvimento das infra-estruturas de apoio à estruturação do sector logístico na região, sob pena de definitiva perda de competitividade com a conseqüente redução da área de influência natural e potencial desta região no Noroeste Peninsular, dada a matriz dispersa e desinfraestruturada das plataformas logísticas existentes.

Por fim, haverá que definir as acções concretas, de modo a conferir prioridade aos modelos de gestão e a articular a actuação no domínio da logística e dos transportes com outras áreas de intervenção, nomeadamente o ambiente e a preservação dos recursos naturais.

Considera-se assim prioritário, o reforço da cooperação entre as duas regiões, em torno do objectivo de organização do seu sistema de acessibilidades, transportes e logística, através da intervenção nos domínios apresentados no quadro seguinte.

**Quadro 31 - Logística/Transportes - Domínios de intervenção prioritários**

1. Construção e manutenção de itinerários rodoviários, ferroviários e fluviais e sua articulação
2. Desenvolvimento de serviços de telecomunicações
3. Desenvolvimento de infra-estruturas aeroportuárias e portuárias
4. Desenvolvimento e articulação de infra-estruturas logísticas
5. Integração das infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e dos serviços de logística

Fonte: Elaboração própria

As **acções e tipologias de projectos** em cada um destes domínios de intervenção são as seguintes:



## **1. Construção e manutenção de itinerários rodoviários, ferroviários e fluviais e sua articulação**

- Conclusão dos itinerários rodoviários principais que servem a região, de modo a inserir na nas grandes redes de transportes internacionais

Melhoria da ligação rodoviária nacional (N218) entre Bragança e Miranda do Douro com passagem por Vimioso, potenciando a estruturação do território transfronteiriço e o papel das cidades em articulação com o desenvolvimento do turismo

Conclusão do IC36 (V. N. Foz Côa – Barca d’Alva, com ligação a Vitigudino e Salamanca), importante para a ligação rodoviária entre todos os sítios classificados como de Património da Humanidade

- Requalificação e consolidação de ligações rodoviárias transfronteiriças já existentes, bem como, construção de ligações transfronteiriças que facilitem o intercâmbio e a mobilidade, como por exemplo, as que assegurem as ligações entre as cidades das duas regiões e as principais redes rodoviárias

Desenvolvimento do projecto das auto-estradas do mar através da definição do prolongamento do futuro corredor de auto-estrada de Amarante a Quintanilha para Castilla y León (designadamente entre a fronteira, Zamora, Tordesilhas e Valladolid), aproximando estas regiões do Porto de Leixões

Melhoria da ligação rodoviária entre Bragança e Puebla de Sanabria (IP2) através de uma infra-estrutura adequada aos tráfegos expectantes e à sensibilidade do território que atravessa

- Articulação dos sistemas de transportes públicos de proximidade, nos territórios de baixa densidade

- Projectos de informação e divulgação de conhecimentos e de experiências de gestão e valorização de áreas ambientalmente sensíveis e gestão sustentável em áreas de baixa densidade no domínio dos transportes e da mobilidade



- Conservação/Manutenção da infra-estrutura ferroviária no Vale do Douro com vista à exploração do seu valor patrimonial e potencial turístico, prevendo parcerias com agentes económicos de área complementares (turismo, excursões rodoviárias, barcos,...)
- Articulação do sistema de transportes da euro-região com o sistema de transporte da euro-região Norte-Galiza

## **2. Desenvolvimento de serviços de telecomunicações**

- Aumento da cobertura da rede de banda larga e desenvolvimento de serviços avançados de telecomunicações
- Desenvolvimento de sistemas tarifários apropriados para as telecomunicações móveis em zonas de fronteira

## **3. Desenvolvimento de infra-estruturas aeroportuárias e portuárias**

- Prospecção de potencialidades das estruturas aeroportuárias das duas regiões ao nível da carga aérea associada ao consumo/produção no espaço de Trás-os-Montes, Zamora, Salamanca e Benavente em associação com uma plataforma logística de nível sub-regional
- Potenciação do porto fluvial de Vega Terrón com vista ao estabelecimento de uma logística transfronteiriça

## **4. Desenvolvimento e articulação de infra-estruturas logísticas**

- Projectos transfronteiriços para o desenvolvimento conjunto de infra-estruturas logísticas no espaço de fronteira através por exemplo da utilização da alfândega de Vega Terrón
- Projectos de desenvolvimento do Porto de Leixões, nomeadamente através do desenvolvimento das infra-estruturas de cargas e de passageiros, da articulação com outros modos de transporte, de projectos de acompanhamento virtual de carga e ainda da promoção da fixação de clientes fulcrais nas plataformas logísticas de proximidade



## **5. Integração das infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias, portuárias, ferroviárias e dos serviços de logística**

- Instalação de um sistema de comunicações intermodal, associando a via fluvial com o comboio turístico, as vias rodoviárias com a ferrovia e articulando com as plataformas logísticas
- Produção de estudos de viabilidade, estratégicos e ambientais de alcance transfronteiriços

### ***Linha de Acção 3.2.: Ordenamento do Território***

Para o desenvolvimento desta linha de acção do Plano estratégico deve ter-se em conta também a Lei 3/2008, de 7 de Junho, que aprova as Directrizes Essenciais de Ordenamento do Território de Castilla y León.

Nesta Lei faz-se referência à prioridade que é para Castilla y León o fomento de uma maior interacção territorial com a Europa e, em especial, com as regiões Norte e Centro de Portugal, activando acções de melhoria das infra-estruturas de comunicação e de transporte, bem como projectos territoriais em espaços fronteiriços.

Considera-se estratégica a coordenação dos instrumentos de ordenamento e gestão do território nas zonas fronteiriças, em especial nos espaços naturais, tanto pela fragilidade destes territórios como pelo potencial dos mesmos para dinamizar as zonas mais desfavorecidas.

## **Área Prioritária 4: Cooperação Institucional e Políticas Sociais**

### ***Linha de acção 4.1.: Cooperação Institucional***

Nos últimos anos a Junta de Castilla y León e a CCDRN realizaram um grande esforço para estreitar as relações de cooperação transfronteiriça mantidas desde o ano de 1995. Reforçou-se a Comunidade de Trabalho com a sua **Adaptação ao Tratado Hispano Português de Cooperação Transfronteiriça** entre instituições e entidades territoriais

e realizou-se uma importante reorganização dos Comités sectoriais que a integram, com o objectivo de conseguir uma cooperação mais ágil e eficaz

**Quadro 32 – Novos Comités Sectoriais**

Competitividade, Inovação, Emprego e Formação
Património Natural, Património Cultural e Turismo
Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território
Cooperação Institucional e Políticas Sociais
Projecto Estruturante Douro-Duero

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, em Maio de 2009 teve lugar a assinatura do **Memorando de Entendimento sobre a cooperação transfronteiriça** com o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, com o qual se pretende “promover as acções necessárias para o estabelecimento e consecução de uma estratégia conjunta de cooperação transfronteiriça”.

Com o objectivo de mostrar a disposição das partes em estabelecer os meios necessários para alcançar um nível óptimo de comunicação e coordenação das acções que se empreendam no quadro deste Memorando de Entendimento, proceder-se-á ao intercâmbio de informação e à designação de uma pessoa, da parte do Governo português. De cada Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e outra pessoa, por parte do Governo de Castilla y León, para o adequado acompanhamento das acções, assim como das iniciativas que possam surgir e sejam de interesse comum. Estas pessoas participarão dos trabalhos e das sessões plenárias das Comunidades de Trabalho.

Principais acções a levar a cabo no período 2009-2013:

1. Criação de uma comissão de acompanhamento do Memorando de Entendimento sobre cooperação transfronteiriça assinado entre Castilla y León e o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional português em 2009
2. Estabelecimento de um calendário de reuniões técnicas regulares entre os coordenadores da Comunidade de Trabalho Castilla y León- Norte de Portugal
3. Cooperação na elaboração de uma programação estável, de carácter semestral, que inclua todas as actividades hispano-lusas com presença e/ou apoio da Comunidade de Trabalho, a realizar nesse período



4. Consolidação do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças como um serviço técnico para a promoção e fomento das actividades de cooperação transfronteiriça no espaço territorial da Comunidade de Trabalho Castilla y León-Norte de Portugal
5. Elaboração de um anuário estatístico Norte de Portugal-Castilla y León e de outros estudos que contribuam para melhorar o conhecimento sobre a realidade regional
6. Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos novos Comités Sectoriais e apoio aos projectos por eles implementados
7. Estudo da complementaridade e possível cooperação com o resto das estruturas de cooperação transfronteiriça existentes no território de Castilla y León – Norte de Portugal:
  - Comunidade de Trabalho Bragança – Zamora
  - Comunidade de Trabalho Salamanca – Douro Superior
  - AECT ZASNET
  - AECT Duero – Douro

#### ***Linha de Acção 4.2.: Cooperação de Proximidade***

Tal como se afirma no Memorando de Entendimento sobre cooperação transfronteiriça entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional do Governo de Portugal e a Junta de Castilla y León, deve potenciar-se a cooperação transfronteiriça e inter-regional entre a Comunidade Autónoma de Castilla y León e as regiões Norte e Centro de Portugal, com o objectivo básico de colaborar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que vivem no território transfronteiriço, mediante a prestação de serviços essenciais, fundamentalmente Educação, Saúde, Protecção Civil, Serviços Sociais e Transportes.

Nesta linha de acção, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação Norte de Portugal Castilla y León, elegeram-se como áreas de intervenção prioritárias as seguintes:

##### **a) Educação**

A colaboração existente entre Castilla y León e a Região Norte em matéria de educação centrou-se sobretudo na melhoria a formação dos docentes de ambas as regiões, valorizando a riqueza linguística, cultural e científica dos professores. Procurou-se potenciar o desenvolvimento de materiais didácticos e o intercâmbio de experiências entre professores e alunos.



No actual quadro de cooperação o primeiro objectivo fundamental é potenciar o uso e o conhecimento as novas tecnologias de informação e de comunicação. Para isso a cooperação deverá centrar-se na elaboração de materiais didácticos, formação de professores e intercâmbio de experiências.

No passado 13 de Julho de 2009 foi assinado em Mérida um Memorando de entendimento entre o Ministério de Educação do Reino de Espanha e o Ministério de Educação da República Portuguesa para o ensino e promoção das respectivas línguas.

Ambos os Ministérios se comprometem a:

- Apoiar a introdução e desenvolvimento da aprendizagem das duas línguas oficiais como línguas de opção de avaliação curricular nos centros escolares de ambos os Estados;
- Realizar acções de formação de docentes, seminários e outros eventos de carácter pedagógico e científico, que fomentem a qualidade do ensino.

Uma das principais apostas do Plano Estratégico de Cooperação Norte – Castilla y León 2009-2013 na área da Educação será estender o estudo e conhecimento da língua portuguesa entre a população de Castilla y León, e da língua espanhola no Norte de Portugal, nos distintos níveis de educação formal (Primária, Secundária e Universidade) e nas diferentes formas de formação contínua (para profissionais e para desempregados).

As principais **tipologias de projectos** são:

1. Colaboração transfronteiriça no processo de implementar o português como língua estrangeira aos alunos de Castilla y León e o espanhol como língua estrangeira aos alunos do Norte de Portugal nos níveis educativos de educação formal
2. Continuar a estender o estudo do português em Castilla y León e do espanhol no Norte de Portugal, no ensino formal, orientado para objectivos profissionais, mediante a formação contínua dos trabalhadores em diferentes sectores



3. Criar programas conjuntos que permitam melhorar o nível do professorado. Avaliações conjuntas da qualidade do ensino, apoio a intercâmbios de formação dos professores (seminários específicos, cursos de verão, etc.)
4. Articulação de procedimentos para a contratação de professores e/ou leitores nativos especializados em Espanhol (Português) como Língua Estrangeira, formados nas Universidades de Castilla y León (Norte de Portugal), para o ensino formal da Região do Norte (Castilla y León)
5. Acordo de colaboração entre as Universidades de Castilla y León e do Norte de Portugal para estabelecer pontes de comunicação entre os responsáveis do Plano Espanhol de Castilla y León E/LE (Espanhol como Língua Estrangeira) e as iniciativas que em matéria de P/LE (Português como Língua Estrangeira) estejam planeadas.

## **b) Saúde**

Na XXIV Cimeira Hispano-Lusa celebrada em Zamora na passada semana, os governos de ambos os países assinaram o Acordo Programa assim como o Acordo Administrativo de cooperação sanitária transfronteiriça, com o fim de, entre outros, melhorar o acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos de ambos os países na fronteira comum. Isto permitirá ir realizando convénios específicos entre a Comunidade Autónoma de Castilla y León e a Administração Regional de Saúde do Norte de Portugal, que regularão os diferentes aspectos da cooperação no domínio da saúde, para garantir a continuidade da assistência à população, a organização do transporte de doentes, assim como as urgências, facilitando a utilização de recursos humanos e materiais e promovendo a complementaridade dos conhecimentos e das práticas clínicas.

Contamos com a experiência em cooperação nesta área que se materializou em projectos que foram objecto de financiamento por fundos europeus, como os projectos que visavam a criação de redes de telemedicina para permitir a assistência especializada em centros públicos de saúde localizados em ambos os lados da fronteira, melhorar a acessibilidade a serviços psiquiátricos em zonas rurais ou melhorar a continuidade de cuidados a pessoas que habitam em zonas de fronteira com enfermidades mentais graves e prolongadas e assim aumentar a qualidade de vida e atingir a reabilitação total.



Deste modo os possíveis **domínios de intervenção** nesta área, para a Junta de Castilla y León e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, esta último através do impulso, apoio e orientação, podem ser encontrados nos acordos anteriormente mencionados:

- Estabelecimento das condições, natureza, organização, lugares de atendimento, tempo de atendimento, coordenação de meios, etc., das intervenções transfronteiriças dos profissionais de saúde
- Melhorar e garantir a continuidade dos cuidados, acolhimento e informação aos pacientes
- Estabelecimento de critérios de avaliação e controlo da qualidade e da segurança dos cuidados de saúde.

A **tipologia dos projectos** poderia ser a seguinte:

- Fomentar a relação entre os serviços de Cuidados Primários e Hospitalares que fazem o diagnóstico e tratam doentes oncológicos de ambos os lados da fronteira
- Coordenar esforços tanto em matéria de prevenção como de intervenção na problemática das pessoas com problemas de álcool e transtornos duais
- Fomentar a colaboração e o intercâmbio de informação em relação aos contaminantes telúricos que afectam ou podem afectar ambas as regiões assim como outros contaminantes ambientais que passam as fronteiras, como no caso da contaminação atmosférica
- Estabelecer relações interlaboratoriais entre ambos os países para avançar no conhecimento e na detecção de contaminantes
- Alcançar acordos de colaboração sobre transplantes de órgãos
- Estabelecer acordo que permitam coordenar os cuidados de saúde urgentes em caso de emergência sanitária, devido ao amplo território que é compartilhado pelas regiões. Especialmente interessante seria estabelecer procedimentos conjuntos em vários aspectos fundamentais para a prestação de cuidados de saúde adequados nesta franja da fronteira, como: actuação em matéria de gestão e de redireccionamento das chamadas de utentes que solicitam cuidados de saúde, assistência no lugar do acidente e atenção a situações com múltiplas vítimas



- Legalizar e normalizar os cuidados a pessoas que residam ou trabalhem em zonas de fronteira e que actualmente não dispõem de cartão adequado de acesso aos cuidados dos centros a que se dirigem

### **c) Serviços Sociais**

A experiência dilatada em projectos de cooperação em matéria de serviços sociais entre ambas as regiões permite perfilar e aprofundar as matérias de cooperação neste domínio de intervenção.

Contando com o co-financiamento de fundos europeus executaram-se projectos em matéria da prevenção do consumo de tabaco, álcool e outras drogas, intercâmbios de conhecimento quanto ao funcionamento e estratégias de intervenção na prevenção do consumo de drogas e no tratamento da toxicoddependência, em matéria de melhoria da qualidade de vida das pessoas com incapacidades intelectuais e das suas famílias na zona transfronteiriça, em matéria de assistência terapêutica a pessoas dependentes, ou projectos orientados para o aproveitamento dos novos empregos nos serviços sociais para alcançar a inserção laboral e atender às comunidades mais desfavorecidas.

Deste modo, os possíveis campos de intervenção nesta área, para a junta de Castilla y León e para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte de Portugal, esta última mediante o impulso, apoio e orientação a estas acções podem ser:

- Realização de jornadas para o intercâmbio e conhecimento das estratégias e do funcionamento dos serviços sociais em ambas as regiões
- Desenvolvimento de acções conjuntas de informação, prevenção
- Desenvolvimento de acções para favorecer a mobilidade laboral nas jazidas de emprego dependentes dos serviços sociais
- Criação de redes específicas para serviços sociais.

### **Área Especial de Cooperação: Projecto Estruturante Douro - Duero**

O eixo Douro – Duero é um eixo estruturante do território objecto deste plano estratégico, merecendo pois papel destacado em sede da estratégia da região e da



cooperação entre a região Norte e Castilla y León, enquanto corredor natural de ligação entre as duas regiões.

O PROT-Norte expressa o seguinte desígnio sobre o Douro:

“O Douro enquanto paisagem, cultura, vinho e turismo, pode sustentar uma estratégia de consolidação urbana e desenvolvimento sustentável, e simultaneamente de preservação do património cultural e natural” (p. 71).

Por outro lado, o Plan Regional Territorial del Valle del Duero define um marco de actuação para o Douro que:

- Protege e potencia os valores naturais e culturais
- Utiliza os recursos como chave para o desenvolvimento regional
- Aproveita as potencialidades e as vantagens competitivas
- Adapta as políticas sectoriais às características do Douro
- Consolida as estratégias de cooperação transnacional.

O eixo Douro-Duero apresenta um conjunto de características específicas que devem ser consideradas aquando da estruturação das linhas de acção neste território e que demonstram as potencialidades do Douro como grande eixo estratégico/eixo vertebral da Região. São elas:

- Diversidade do meio natural;
- Riqueza do património cultural, histórico e artístico;
- Recursos hídricos e ambientais;
- Potencial energético;
- Equilíbrio entre os espaços rurais e urbanos;
- Produtos agro-alimentares com denominação de origem;
- Capital humano sustentado em Universidades e em Centros de I&D;
- Desenvolvimento do sector dos transportes e do sector agro-alimentar.

Concretizando este enquadramento estratégico e de actuação para o Vale do Douro, esta área prioritária visa o enquadramento de acções assentes no eixo Douro-Duero, definindo-se três linhas de acção prioritárias:

Linha de Acção 1: Vinho/Turismo

Linha de Acção 2: Paisagem protegida



### Linha de Acção 3: Património da Humanidade

A definição destas três linhas de acção bem como dos seus conteúdos tem em vista a configuração de um eixo de acções e projectos que tornem este espaço num espaço com capacidade de atracção, de estruturação regional e de dinamização do conjunto da Região.

#### ***Linha de Acção 1: Vinho/Turismo***

A aposta no turismo no Douro é uma alavanca para o desenvolvimento socioeconómico de toda a Região Norte. No âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), a Região do Douro foi identificada como um pólo turístico prioritário (único da Região Norte). A Região do Douro surge, assim, como uma área prioritária do desenvolvimento turístico regional, com vista a torná-la num pólo turístico de projecção internacional.

Concretizando a estratégia nacional, o Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal apresenta o turismo como um eixo essencial da estratégia de desenvolvimento da Região, identificando o Vale do Douro, desde a fronteira à cidade do Porto, como um dos grandes desafios turísticos para a região e para o país. Neste contexto, a Região do Douro é apresentada como o primeiro destino enoturístico nacional, com relevância internacional, apoiado na cultura do vinho e da vinha e na envolvente turística multifacetada.

Por seu lado, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD) prevê que o desenvolvimento da oferta turística do Vale do Douro deverá assentar numa tematização do território que integre os seguintes vectores (pp. 83 e 84):

- Uma afirmação turística integrada, característica de todo o Vale do Douro;
- Uma série cadenciada de zonas de vocação turística diferenciadas ao longo do rio;
- Um conjunto de empreendimentos turísticos âncora, de natureza privada e pública;
- Uma tipologia de estruturas turísticas características do Douro.

Este Plano assume que a estratégia do turismo no Douro deve “visar o enquadramento do turismo duriense, logo que a sua oferta tenha volume e consistência para rivalizar com os seus vizinhos, no âmbito mais lato do DOURO-DUERO, explorando, então sim, o



seu grande e diferenciador potencial internacional como “Um Destino – Dois Países – Uma Região” (PDTVD, p. 84).

Ainda na linha da cooperação Douro – Duero, o PVDTV defende que o Douro – Duero terá que ganhar visibilidade como um novo destino turístico no mercado internacional, nomeadamente “como um dos grandes rios românticos da Europa (a par do Loire, do Reno e do Danúbio), multifacetado, com regiões produtoras de excelentes vinhos, com uma assinalável diversidade de ecossistemas e de excepcionais valores patrimoniais, alguns deles inscritos na Lista do Património Mundial, com uma excelente oferta em termos de alojamento e de animação nas vertentes do turismo de natureza e cultural, do turismo gastronómico e enoturismo, mas também de turismo activo e de aventura e, na periferia do Vale do Douro, do turismo de saúde e bem-estar e do turismo de golfe” (ib, p.87).

Na sequência, esta linha de acção visa congrega diferentes conceitos, no sentido de apostar no potencial turístico do Douro numa dimensão mais ampla e integrada – a *natureza e a cultura* intimamente ligadas à *produção do vinho*.

Definem-se, assim, no âmbito desta linha de acção, cinco áreas prioritárias de intervenção.

**Quadro 33 - Douro-Duero: Vinho / Turismo - Domínios de intervenção prioritários**

1. Infra-estruturação do território e dos serviços
2. Oferta turística
3. Qualificação dos recursos humanos
4. Imagem do destino turístico Douro
5. Capacidade institucional do Vale do Douro

Fonte: Elaboração própria

As **acções e tipologias de projectos** enquadráveis em cada um destes domínios de intervenção são as seguintes:

**1. Infra-estruturação do Território e dos Serviços**

Acções que visem o reforço da infra-estruturação do território nos seguintes níveis:

- Infra-estruturas complementares de âmbito intermunicipal e regional e sinalização turística



- Actividade turístico-fluvial
- Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do Turismo
- Património ambiental e desenvolvimento rural e local
- Património histórico-cultural

Enquadram-se nestas acções, as seguintes tipologias indicativas de projectos:

- Desenvolvimento de eixos viários com mais-valias turísticas, por exemplo, que constituem vias panorâmicas sobre o Douro
- Concepção e implementação conjunta de uma Rede de Informação e Sinalização Turística no Vale do Douro, podendo incluir a identificação/sinalização do Alto Douro Vinhateiro e da Rota Património da Humanidade e o desenvolvimento de uma Rede de Postos de Informação Turística de qualidade.
- Concepção e implementação conjunta de uma rede de sinalização turístico-fluvial no Rio Douro
- Projectos que, pelo uso das TIC contribuam, nomeadamente, para o aumento da acessibilidade à sociedade de informação, a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade das empresas turísticas e para a cobertura de todo o Vale do Douro com redes de telefones móveis
- Intervenções conjuntas que visem a recuperação de depósitos de resíduos sólidos e a recuperação e limpeza das margens do rio Douro
- Projectos de recuperação, revitalização e promoção integrada das “Aldeias Vinhateiras”
- Projectos que visem a promoção em rede de actividades de interpretação ambiental com interesse turístico
- Projectos integrados e concebidos em rede que visem a criação/recuperação/valorização de espaços com elevado valor patrimonial, museológico e artístico para a promoção de actividades turístico-culturais e a reabilitação e dinamização de edifícios/equipamentos para fins turísticos (alojamento, animação, percursos, etc.)

## **2. Oferta turística**

Acções que visem a dinamização, qualificação e aumento da oferta turística no Douro, a dois níveis:

- Alojamento, Termalismo e Animação Turística
- Turismo em Espaço Rural e de Habitação e Turismo de Natureza

Alguns projectos indicativos inseridos nesta prioridade são os seguintes:

- Projectos de investimento em empreendimentos turísticos de alojamento assente em padrões de qualidade e sustentabilidade



- Projectos que visem a recuperação e valorização de instalações termais para fins turísticos, tendo em vista a valorização do Turismo de Saúde e Bem-Estar da Região;
- Projectos dinamizadores de actividades de animação turística, nomeadamente, negócios ligados à actividade turístico-fluvial, turístico-ferroviária e/ou turístico-ambiental
- Projectos de criação de empreendimentos de turismo em espaço rural e de habitação que visem, sobretudo, a valorização da identidade e matriz “Quintas do Douro”
- Projectos de criação de empreendimentos de Turismo de Natureza que contribuam para o desenvolvimento do Turismo de natureza na região, designadamente, no Parque Natural Douro Internacional.

### **3. Qualificação dos recursos humanos**

Acções que visem a qualificação e a formação de recursos humanos de forma a dotar as regiões de capacidade de implementação das medidas e acções identificadas. Assim, prevê-se acções no âmbito das estruturas e equipamentos de apoio à formação, inovação e conhecimento e de promoção da empregabilidade.

Concretamente, os projectos prioritários neste domínio serão os seguintes:

- Desenvolvimento de infra-estruturas de suporte à qualificação dos recursos humanos no domínio do turismo e hotelaria
- Criação de centros de excelência e inovação em áreas/sectores prioritários (como seja o vinho e os produtos de gastronomia regional)
- Projectos que visem o aumento do conhecimento sobre a formação e a empregabilidade em turismo e a dinamização de uma bolsa de novas oportunidades de emprego e de formação na área do turismo e hotelaria (envolvendo as instituições de ensino, as empresas turísticas e outros agentes do sector).

### **4. Imagem do destino turístico Douro**

Acções conjuntas e articuladas entre as duas regiões que promovam a consolidação e a afirmação da imagem do Douro enquanto destino turístico, designadamente:

- Acções de marketing, animação e excelência turística, por exemplo, acções de promoção de produtos regionais, criação de agendas culturais, percursos turísticos, feiras temáticas, realização de eventos de projecção internacional, entre outros.
- Criação de itinerários turístico-culturais, através de projectos de consolidação de rotas já existentes (Rota do Vinho do Porto e a Rota do Azeite, Rota Património Mundial da



Bacia do Douro) e de criação de novas (por exemplo, na área da cultura, redes de miradouros, caminhos de vocação turística)

### **5. Capacidade institucional do Vale do Douro**

Acções que visem o reforço da capacidade institucional do Vale do Douro e a promoção da cooperação, no domínio do turismo, promovendo a articulação e desenvolvendo acções concretas de cooperação internacional inter-regional e transnacional, tais como:

- integração e participação activa em redes internacionais (designadamente, no âmbito do Património Mundial e do Turismo) – podendo incluir, nomeadamente, iniciativas integradas de promoção e formatação de pacotes e rotas turísticas integradas em termos temáticos e/ou geográficos; a promoção de iniciativas em matéria de ensino, formação profissional, a troca de informação e experiências (Fora, Seminários, *Workshops*, Estudos; etc.) e a dinamização de acções de animação turística conjuntas (designadamente, através da realização de eventos e/ou feiras).
- Conferências de âmbito nacional e/ou internacional que promovam o debate e a reflexão sobre temas/áreas chave para o desenvolvimento turístico da Região, como sejam a cultura, a paisagem, o vinho e o turismo.

#### ***Linha de Acção 2.: Paisagem protegida***

Esta linha de acção visa a valorização dos recursos naturais da região, designadamente ao nível do eixo Douro-Duero, através de estratégias adequadas e inovadoras, criadoras de consciência ambiental e de estímulo às práticas de eficiência ambiental e de avaliação sistemática de impactos.

Devem, pois, ser favorecidas acções no sentido da protecção e da preservação das várias zonas de interesse natural da região, que carecem de intervenção e protecção contínua de forma a evitar a sua deterioração.

As prioridades de intervenção neste domínio estão indicadas na tabela seguinte.

#### **Quadro 34 - Douro-Duero: Paisagem protegida - Domínios de intervenção prioritários**

1. Conservação ambiental
2. Protecção de espaços e dos valores naturais da região
3. Preservação da diversidade de ambientes naturais da região

Fonte: Elaboração própria



As **acções e tipologias de projectos enquadráveis** nestes domínios prioritários seriam:

- 1. Acções de valorização das zonas naturais** através da gestão conjunta dos parques naturais Douro-Duero
- 2. Projectos de cooperação no domínio da gestão sustentável dos recursos florestais e paisagísticos** transfronteiriços
- 3. Acções conjuntas de gestão da biodiversidade, da qualidade da água, do ar e dos resíduos**
- 4. Acções conjuntas de gestão da bacia do Douro-Duero** enquanto recurso natural, económico e cultural
- 5. Acções conjuntas de nível inter-municipal de investimento florestal** com vista à protecção das áreas florestais
- 6. Acções de promoção de redes de estruturas e de equipamentos** de promoção e preservação dos **recursos paisagísticos** na região transfronteiriça
- 7. Acções de promoção sustentável da paisagem protegida** no âmbito de actividades turísticas (de natureza, actividades ao ar livre)

### ***Linha de Acção 3: Património da Humanidade***

Esta linha de acção visa impulsionar os lugares declarados de Património da Humanidade na região - o Parque Arqueológico do Côa, o Alto Douro Vinhateiro e os centros históricos do Porto e de Guimarães em articulação com os sítios de Castilla y León.

Esta linha de acção deverá potenciar e desenvolver um projecto promovido recentemente pela Fundação Rei Afonso Henriques que contempla os sítios do Norte de Portugal e de Castilla y León classificados pela Unesco, trabalho que já revela alguma cooperação neste âmbito. Este projecto está consubstanciado no Plano de Acção para a Promoção Turística da Rota do Património Mundial da Bacia do Douro e assenta na denominada "Rota do Património Mundial da Bacia do Douro". Definem-se nesta linha de acção três domínios de intervenção prioritários.

#### **Quadro 35 - Douro-Duero: Património da Humanidade - Domínios de intervenção prioritários**

1. Gestão de intervenções arquitectónicas
2. Protecção e revitalização do património
3. Rentabilização dos recursos existentes

Fonte: Elaboração própria



As acções enquadráveis nesta linha de acção são as seguintes:

- Acções conjuntas para a gestão de intervenções arquitectónicas coerentes com o território e com vista à sua manutenção como Património da Humanidade
- Acções de rentabilização articulada dos recursos existentes através da gestão em rede e partilhada desses recursos
- Acções conjuntas de protecção desse património e revitalização dos elementos patrimoniais da região, tendo em vista a afirmação do Vale do Douro como um destino turístico coerente e de qualidade.

Seriam, assim, enquadráveis nesta linha de acção os seguintes projectos indicativos:

- Concepção de um plano para melhoria e integração dos destinos e produtos turísticos integrantes da bacia do Douro
- Elaboração de um plano de *marketing* que contribua para criar uma marca da rede e posicionar o produto no mercado turístico
- Elaboração de um guia dos destinos da Rota
- Criação de um guia turístico dos destinos da Bacia do Douro
- Criação de uma plataforma de comunicação da Rota do Património Mundial na Bacia do Douro que possibilite a adequação entre a oferta e a procura de forma atempada
- Criação e implementação de um sistema de certificação do património

#### **Linha de Acção 4: As Cúpulas do Douro**

No âmbito da área de cooperação Douro-Duero, define-se, adicionalmente, um conjunto de temas de cooperação que preconizam cinco actuações emblemáticas, designadas de cúpulas do Douro.

As Cúpulas do Douro (v. “Estrategia Conjunta de Cooperación Castilla y León – Norte de Portugal”) são suportes físicos para o desenvolvimento de actividades turísticas, formativas, de investigação e desenvolvimento e inovação, organizados por áreas de intervenção.

Cada cúpula visa constituir um programa de intervenções arquitectónicas e paisagísticas singulares, com vista ao aproveitamento de recursos, conhecimentos e iniciativas no âmbito do rio Douro, garantindo uma gestão adequada desses recursos.



As finalidades das Cúpulas del Duero incluídas no âmbito do Plan Regional de Âmbito Territorial Valle del Duero são várias, sendo de destacar pelo seu enquadramento no presente plano de cooperação as seguintes:

- Configurar um macro projecto de âmbito regional e transfronteiriço
- Dinamizar um projecto coerente de desenvolvimento sustentável do Douro
- Preservar o património natural e cultural
- Definir compatibilidades com o desenvolvimento rural
- Constituir um mecanismo de concertação de iniciativas territoriais
- Coordenar e integrar as instituições em torno do Douro

No âmbito desta reflexão, entende-se que para a Região alvo deste plano estratégico devem ser definidas cinco cúpulas correspondentes a cinco temáticas. São elas:

- Água

A água como recurso vital de qualquer ecossistema; a água como elemento estratégico da geopolítica mundial; o Douro como activo específico que exige um plano de gestão sustentável

o Agro-alimentar

Os produtos agro-alimentares da região do Douro e a sua qualidade, com particular destaque para o vinho como recurso gastronómico, cultural, económico e turístico

o Tecnologia

As infra-estruturas de transporte e de telecomunicações como factores fundamentais do desenvolvimento da região, fortemente ancoradas no Douro.

o Energia

O potencial energético do Douro, especialmente no que se refere às energias renováveis com vista ao desenvolvimento da região

o Paisagem

O património natural do Douro como elemento potenciador de desenvolvimento económico da região

Cada uma destas temáticas é considerada estratégica para a Região Norte, em geral, e para o eixo Douro-Duero, em particular, e enquadra-se nas prioridades estratégicas definidas para a região. Por outro lado, são temáticas onde a cooperação transfronteiriça



potencia actuações mais eficientes e eficazes, bem como, geradoras de mais valor para as regiões envolvidas. Assim, o âmbito de actuação e as linhas de acção em cada uma destas temáticas incluem naturalmente o que já foi desenvolvido nas áreas de cooperação acima descritas.

### **Cúpula da Água**

A água da região é um bem comum às duas regiões devendo por isso ser alvo de gestão conjunta. Por outro lado, o Douro é um activo específico destas regiões, devendo portanto ter um plano de gestão sustentável em todos os seus possíveis usos – reserva estratégica de água, turismo, ecologia, economia, social, cultural, etc.

Relativamente à cúpula Água, define-se um conjunto de princípios e normas orientadoras para a gestão dos recursos hídricos a aplicar ao território Douro-Duero, em grande alinhamento com o definido no PROT – Norte, entendendo-se, pois, que eles devem ser privilegiados em sede da definição de acções nesta matéria.

De forma resumida, esses princípios preconizam o seguinte:

- a) Assegurar a gestão dos recursos hídricos ao nível da unidade constituída pela Bacia Hidrográfica;
- b) Reforçar a cooperação ibérica no domínio dos recursos hídricos, à luz dos princípios de gestão integrada consignados na "Directiva – Quadro da Água";
- c) Promover a valorização socioeconómica das zonas ribeirinhas;
- d) Salvaguardar a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos;
- e) Concluir a construção dos aproveitamentos previstos no plano de barragens para abastecimento de água domiciliário;
- f) Promover a integração e utilização conjunta das origens superficiais e subterrâneas, garantindo a gestão adequada dos recursos hídricos;
- g) Proceder à delimitação e protecção das zonas inundáveis;
- h) Evitar a redução do coberto vegetal das cabeceiras das linhas de água e/ou a sua impermeabilização;
- i) Introduzir o critério do desempenho ambiental, nomeadamente quanto à eficiência energética e ao uso eficiente da água, na selecção de projectos de desenvolvimento turístico.



Tendo por base os princípios enunciados, esta cúpula incidirá sobre três domínios prioritários, a saber:

- Água

- Criadora de paisagens naturais e micro-espços de alto interesse
- Os usos da água na agricultura, indústria, energia, consumo humano, lazer, etc.
- Qualidade e sustentabilidade do uso dos recursos hídricos
- O potencial do património hidráulico da região
- Os cursos de água como espaços de vida e relação social

- Infra-estruturas ambientais do Douro

- Melhoria das infra-estruturas ambientais na bacia hidrográfica do Douro
- Gestão dos resíduos na bacia hidrográfica do Douro
- Tratamento dos efluentes urbanos

- Valorização do Território Douro

- Tratamento das paisagens únicas, as ribeiras e o caudal do Douro
- Recuperação das paisagens degradadas

### **Cúpula Agro-alimentar**

A agricultura e as actividades conexas são uma actividade dominante na região. Urge potenciar a sua dinamização através de novas produções e novas formas de organização empresarial. Esta Cúpula visa potenciar os produtos do Douro e a sua qualidade com vista à obtenção de excelência nos produtos e nos serviços. As denominações de origem, os produtos da terra e biológicos, a excelência dos produtos gastronómicos, como o vinho, os queijos, as carnes, o azeite, entre outros, constituem, enquanto recursos turísticos, veículos estratégicos de acção.

Os domínios prioritários das actuações nesta temática são os seguintes:

- Optimização do sector agrícola

- Aplicação das TIC
- Melhoria e implementação dos regadios
- Promoção do associativismo e do cooperativismo activos

- Programas de promoção de culturas de grande valor acrescentado

- Culturas energéticas (biodiesel e bioetanol)



### Alimentação

- Fomento da inovação e da qualidade
- Apoio à comercialização dos produtos do Douro
  - Extensão da marca Douro a produtos e serviços de qualidade
  - Criação de uma rede de distribuição de produtos de qualidade

Neste âmbito, algumas das acções possíveis são:

- Apoio à comercialização dos produtos do Douro: marca Douro, feiras, plataformas virtuais, redes de lojas
- Desenvolvimento e promoção das indústrias do vinho, queijo, do azeite, do sector hortofrutícola
- Acções conjuntas de projecção no exterior dos produtos
- Centros de inovação na área da agricultura, pecuária, sector alimentar
- Centros de certificação dos produtos do Douro

### **Cúpula da Tecnologia**

Esta Cúpula visa enquadrar e potenciar acções no domínio das infra-estruturas de telecomunicações e de transporte, nas suas diferentes manifestações, física e virtual, como base de desenvolvimento e indicador de qualidade de vida. A acessibilidade, a intermodalidade, o conhecimento, a mobilidade sustentável são novas formas de perspectivar o território ligadas a novas formas de utilização das tecnologias nos sectores tradicionais. Esta Cúpula visa, por um lado, apostar na utilização das novas tecnologias de informação e comunicação em sectores tradicionais e, por outro, promover novas tecnologias de transporte potenciando a região como um ponto de intercâmbio de informação, mercadorias e pessoas apoiado na intermodalidade do transporte como garantia de eficácia.

Os domínios de intervenção prioritários nesta cúpula são:

- Acessibilidade e racionalidade do transporte
  - Optimização das rotas de transporte
  - Aplicação das TIC na logística e no transporte
- Infra-estruturas sustentáveis de transporte no Douro
  - Consolidação das vias rodoviárias do Douro
  - Reconversão do corredor ferroviário do Douro



Construção de um novo corredor logístico ferroviário do Douro

Navegabilidade do Douro

- Infra-estruturas de telecomunicações no Douro

Desenvolvimento da sociedade de informação no Douro

-Intermodalidade e logística no Douro

Transformação do Douro num corredor logístico multimodal de primeiro nível

Apoio à distribuição de produtos e serviços através das TIC

Transporte e logística de mercadorias perigosas

Neste âmbito, algumas das acções possíveis são:

- Consolidação e desenvolvimento das redes rodoviária e ferroviária
- Aproveitamento e dinamização de infra-estruturas aeroportuárias existentes e de outras infra-estruturas de natureza logística
- Corredor logístico do Douro
- Comércio electrónico
- Implantação de infra-estruturas de telecomunicações de banda larga
- Integração digital do Douro
- Transportes ecológicos
- Disseminação das TIC nos sectores fundamentais da região

### **Cúpula da Energia**

Esta cúpula visa o aproveitamento e potenciação da grande riqueza de recursos aplicáveis às energias renováveis como resposta à crise dos sistemas tradicionais de produção energética. Para tal, aposta-se na investigação, inovação e desenvolvimento de tecnologia, nomeadamente nos seguintes domínios prioritários:

- Racionalidade no uso da energia

Diversificação energética

Poupança de energia

Consumo responsável

- Novos modelos energéticos

- Compromisso com as energias renováveis

- Potenciação dos recursos de transporte e de distribuição energética

- Energia e mobilidade



Neste âmbito as acções prioritárias situam-se nas seguintes áreas:

- Biomassa
  - Aproveitamento de produção agrária e de resíduos de origem florestal, agrícola ou pecuária
  - Centrais de biogás
  - Cooperação na produção agrícola de biocombustíveis
- Energia eólica
  - o Criação de parques eólicos e potenciação da importância dos existentes na região
  - o Valorização combinada da energia eólica e hídrica
- Energia solar (térmica e foto voltaica)
  - o Aumento da superfície de captação
- Gasoduto transfronteiriço
- Serviço integrado de energia
- Serviço integrado de transportes

### **Cúpula da Paisagem**

O Douro constitui uma sucessão de ambientes e recursos muito diferentes: zonas florestais, ecossistemas aquáticos, áreas naturais, recursos hídricos, entre outros. A diversidade dos recursos e ambientes potencia uma multiplicidade de necessidades e de oportunidades para iniciativas ligadas à protecção da paisagem, à gestão sustentável e ambiental desses recursos naturais. Esta é uma cúpula com dois grandes domínios prioritários:

- Sustentabilidade ambiental
- Desenvolvimento turístico apoiado em iniciativas orientadas para a conservação e para a melhoria dos ecossistemas

Assim, consideram-se no âmbito desta cúpula, as seguintes acções:

- Observatório florestal
- Planos de excelência para o ecoturismo, valorizando novas rotas e itinerários
- Diversificação de oferta turística a partir de cenários naturais
- Monitorização e tele-vigilância da paisagem protegida
- Tratamento das ribeiras do Douro
- Observatórios de fauna e flora



## 5.4 Das Linhas de Acção aos Objectivos Específicos do Plano Estratégico de Cooperação

Definidas que estão as traves mestras da estratégia de cooperação entre as regiões do Norte de Portugal e de Castilla y León, procede-se de seguida à demonstração da coerência interna do plano estratégico, materializada no contributo das linhas de acção propostas para a concretização dos objectivos específicos definidos para a estratégia. O resultado deste exercício de ligação está esquematizado no quadro seguinte.

**Quadro 36 - Ligação entre as linhas de acção e os objectivos específicos da estratégia de cooperação**

Linhas de Acção da Estratégia de Cooperação	Objectivos Específicos
<b>1. Competitividade, Inovação, Emprego e Formação</b>	
Linha de Acção 1.1. Inovação e Desenvolvimento	<b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b> , da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b> , no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas <b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT, de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b>
Linha de Acção 1.2. Energia	<b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética</b>
Linha de Acção 1.3. Desenvolvimento Rural	<b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável
Linha de Acção 1.4. Formação e Emprego	<b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b> , da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b> , no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas <b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT, de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b> <b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> , numa óptica de equidade e de combate à desertificação e num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça
Linha de Acção 1.5. Promoção Empresarial, Investimento, Comércio Bilateral, Pólos e Clusters de Competitividade	<b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b> , da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b> , no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas <b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT, de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b> <b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
<b>2. Património Natural, Património Cultural e Turismo</b>	
Linha de Acção 2.1. Ambiente	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> <b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável <b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética</b>



Linha de Acção 2.2. Prevenção de Riscos	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> <b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável
Linha de Acção 2.3. Cultura	<b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b> , da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b> , no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas <b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
Linha de Acção 2.4. Turismo	<b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
<b>3. Acessibilidade, Logística e Ordenamento do Território</b>	
Linha de Acção 3.1. Logística/ Transportes	<b>OE2:</b> Incentivar a organização do sistema de <b>acessibilidades</b> , com vista a inserir este território nas <b>grandes redes de transportes internacionais</b> <b>OE3:</b> Valorizar as <b>infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de internacionalização</b> e as infra-estruturas de logística <b>OE8:</b> Apoiar o reforço do <b>sistema urbano</b> , potenciando os eixos rodoviários principais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade <b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> , num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça
Linha de Acção 3.2. Ordenamento do Território	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> <b>OE8:</b> Apoiar o reforço do <b>sistema urbano</b> , potenciando os eixos rodoviários principais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade
<b>4. Cooperação Institucional e Políticas Sociais</b>	
Linha de Acção 4.1. Cooperação Institucional	<b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> , numa óptica de equidade e de combate à desertificação e num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Reforçar a cooperação institucional consolidando o funcionamento da Comunidade de Trabalho Castilla y León Norte de Portugal e procurando a complementaridade e o valor acrescentado das restantes estruturas estáveis de cooperação dde âmbito territorial das duas regiões
Linha de Acção 4.2. Políticas Sociais	<b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> , numa óptica de equidade e de combate à desertificação e num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça
<b>Projecto Estruturante Douro – Duero</b>	
Linha de Acção 1. Vinho/Turismo	<b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
Linha de Acção 2. Paisagem Protegida	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> <b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável
Linha de Acção 3. Património Humanidade	<b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
Linha de Acção 4. Cúpulas do Douro	



4.1. Água	<b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética</b>
	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b>
4.2. Agro-alimentar	<b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b> , valorizando o <b>património cultural, a identidade cultural e o património natural</b>
	<b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável
4.3. Tecnologia	<b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b> , da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b> , no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas
	<b>OE2:</b> Incentivar a organização do sistema de <b>acessibilidades</b> , com vista a inserir este território nas <b>grandes redes de transportes internacionais</b>
	<b>OE3:</b> Valorizar as <b>infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de internacionalização</b> e as infra-estruturas de logística
	<b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT, de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b>
4.4. Energia	<b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética</b>
4.5. Paisagem	<b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b>

Fonte: Elaboração própria

## 5.5 O Plano de Cooperação Norte – Castilla y León e as Prioridades Estratégicas do POCTEP

O presente plano estratégico de cooperação assume-se igualmente como potenciador das prioridades estratégicas definidas no POCTEP para a área de cooperação Norte-Castilla y León, designadamente (1) a competitividade, promoção do emprego e desenvolvimento económico, (2) a protecção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável, (3) a consolidação das estruturas de comunicação e (4) o fomento da cooperação e integração social e institucional. A relação entre os objectivos específicos definidos neste plano de cooperação e aquelas prioridades estratégicas é esquematizada no quadro seguinte.

**Quadro 37 - Contributo dos objectivos específicos da estratégia de cooperação para as prioridades estratégicas do POCTEP**

<b>Eixos prioritários do POCTEP</b>	<b>Objectivos específicos da Estratégia de Cooperação Norte de Portugal – Castilla y León</b>
<b>Fomento da competitividade e a promoção do emprego</b>	<p><b>OE1:</b> Promover a <b>modernização da estrutura produtiva</b> da Euro-região através de atracção de investimentos em <b>I&amp;D</b>, da aposta na sociedade do <b>conhecimento</b>, no favorecimento da <b>transferência tecnológica</b> (relação com Universidades) e na <b>clusterização e internacionalização</b> das empresas</p> <p><b>OE4:</b> Apoiar a estruturação da <b>rede de instituições de ensino superior, de Centros de I&amp;DT, de áreas de localização empresarial e de parques de ciência e tecnologia</b> tendo em vista consolidar clusters articulados pelas novas condições de acessibilidade</p> <p><b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b>, valorizando o <b>património cultural</b>, em particular as sinergias resultantes dos valores culturais inscritos na lista de sítios Património da Humanidade, <b>a identidade cultural e o património natural</b></p> <p><b>OE7:</b> Incentivar a preservação das condições de exploração e valorização das produções <b>agro-pecuárias e florestais</b> de qualidade e o desenvolvimento rural sustentável</p> <p><b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas</b> e renováveis bem como acções de promoção da <b>eficiência energética</b></p>
<b>Ambiente, património e prevenção de riscos</b>	<p><b>OE5:</b> Apoiar o desenvolvimento do <b>cluster do turismo</b>, valorizando o <b>património cultural</b>, em particular as sinergias resultantes dos valores culturais inscritos na lista de sítios Património da Humanidade, <b>a identidade cultural e o património natural</b></p> <p><b>OE6:</b> Valorizar a <b>protecção e o ordenamento da paisagem e dos espaços protegidos</b> como um pilar fundamental de desenvolvimento, de sustentabilidade e de centralidade na zona</p>



	<p>de fronteira</p> <p><b>OE9:</b> Apoiar a exploração de potencialidades nos domínios das <b>energias alternativas e renováveis</b> bem como acções de promoção de <b>eficiência energética</b></p>
<b>Ordenamento do território e acessibilidades</b>	<p><b>OE2:</b> Incentivar a organização do sistema de <b>acessibilidades</b>, com vista a inserir este território nas <b>grandes redes de transportes internacionais</b>, concluindo os principais itinerários principais que servem a região, reforçando o papel dos seus pontos nodais e valorizando o futuro serviço de Alta Velocidade Peninsular (Vigo/Valladolid/Madrid)</p> <p><b>OE3:</b> Valorizar as <b>infra-estruturas aeroportuárias e portuárias de internacionalização</b>, com uma aposta forte nas infra-estruturas e nos serviços de logística, numa perspectiva integrada</p> <p><b>OE8:</b> Apoiar o reforço do <b>sistema urbano</b>, potenciando os eixos rodoviários principais de articulação inter-regional abrangendo centralidades potenciais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade tanto ao longo do eixo Porto – Valladolid, E82 (A11 Corredor del Duero/IP4/A4) como dos IP2 e IC5</p>
<b>Integração socioeconómica e institucional</b>	<p><b>OE10:</b> Apoiar a promoção da <b>sustentabilidade dos serviços colectivos e da administração</b> numa óptica de equidade social e de combate à desertificação, reforçando a dimensão funcional dos principais aglomerados, num quadro de cooperação inter-regional e transfronteiriça. Reforço da cooperação institucional</p> <p><b>OE8:</b> Apoiar o reforço do <b>sistema urbano</b>, potenciando os eixos rodoviários principais de articulação inter-regional abrangendo centralidades potenciais, num quadro de cooperação intermunicipal transfronteiriça e de exploração dos mercados de proximidade tanto ao longo do eixo Porto – Valladolid, E82 (A11 Corredor del Duero/IP4/A4) como dos IP2 e IC5</p>

Fonte: Elaboração própria



## 6. Notas finais

Este documento apresenta a estratégia de cooperação para a região Norte de Portugal – Castilla y León, bem como o respectivo plano de acção. O exercício de definição estratégica aqui consubstanciado tem por base a análise de diagnóstico e a consequente matriz SWOT para a região Norte de Portugal – Castilla y León. Simultaneamente, são considerados os vários documentos estratégicos já existentes para as duas regiões, como sejam as prioridades estratégicas definidas no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha 2007-2013, os próprios Programas operacionais regionais de cada região, os planos de ordenamento do território de cada região e o Memorando de Entendimento entre Castilla y León e as Comissões de Coordenação das regiões Norte e Centro de Portugal.

A estratégia definida inclui uma Visão para a Euro-região, assim como um conjunto de objectivos específicos a atingir. Considerando a Visão e os objectivos específicos, são definidas as áreas e os temas prioritários de cooperação estratégica e as linhas de acção a desenvolver no âmbito de cada temática. Propõem-se linhas de acção tanto no âmbito da cooperação sectorial, como no âmbito da ligação estruturante Douro-Duero e, ainda, ao nível da cooperação urbana. Em cada linha de acção são identificados domínios prioritários de intervenção e tipologias de acções enquadráveis nestes domínios.

Entende-se, pois, que o presente plano de acção potenciará o relançamento da cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, de forma inovadora, com forte aposta na cooperação no âmbito de temáticas sectoriais consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional de cada uma das regiões e que, por essa via, se revestem de importância extrema para a prossecução das prioridades estratégicas que cada região se propôs atingir no período 2007-2013. É, conseqüentemente, um instrumento fundamental que certamente conduzirá à concretização do desígnio plasmado no Memorando de Entendimento assinado entre a Comunidade Autónoma de Castilla y León e as Comissões de Coordenação das Regiões Norte e Centro de Portugal: “fomentar uma maior coesão social, económica e territorial, bem como, com o fim último de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos dos nossos territórios, em particular dos transfronteiriços”.



Norte de Portugal – Castilla y León  
COMUNIDADE DE TRABALHO COMUNIDAD DE TRABAJO

COOPERAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORTE E DE CASTILLA Y LEÓN 2009-2013 | PLANO DE ACÇÃO